UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

JANICLEIDE MARTINS DE MORAIS ALVES

MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS:
preservação da memória e promoção dos direitos humanos

JOÃO PESSOA
2014

JANICLEIDE MARTINS DE MORAIS ALVES

MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS:
preservação da memória e promoção dos direitos humanos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas/PPGDH, da Universidade Federal da Paraíba/UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas.

Linha de pesquisa: Direitos Humanos e Democracia: teoria, história e política

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Lúcia de Fátima Guerra Ferreira

JOÃO PESSOA
2014

JANICLEIDE MARTINS DE MORAIS ALVES

MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS:
preservação da memória e promoção dos direitos humanos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas/PPGDH, da Universidade Federal da Paraíba/UFPB, como requisito para obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas.

Linha de pesquisa: Direitos Humanos e Democracia: teoria, história e política.

Aprovada em: _____ / _____ / _____.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof.ª Dr.ª Lúcia de Fátima Guerra Ferreira
Orientadora - UFPB

_____

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Examinador Externo - UFPB

_____

Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto
Examinador Externo - UEPB

_____

Prof.ª Dr.ª Maria de Fátima Ferreira Rodrigues
Suplente - UFPB

_____

Prof.ª Dr.ª Monique Guimarães Cittadino
Suplente - UFPB

DEDICO este trabalho à minha mãe Francisca Mártir,
filha de agricultor que, se estivesse em nosso meio,
celebraria essa conquista como sua.

Aos familiares dos mortos e desaparecidos do regime
civil-militar.

À Elizabeth Teixeira, aos camponeses e às
camponesas que lutaram e que ainda lutam por terra,
liberdade e cidadania.

Decreto Lei - parágrafo único:
Fica definitivamente proibido
ter medo da liberdade
(Toninho)

O passado não é mais garantia do futuro, eis a razão principal da promoção da memória como campo dinâmico e única promessa de continuidade.
(Paul Ricouer)

AGRADECIMENTOS

A meu ver, uma das partes delicadas da finalização de um trabalho é a dos agradecimentos, porque sempre corremos o risco de não contemplar a todos(as) que contribuíram para a sua realização. Esperando não cometer esse erro, inicio agradecendo a escrita desta dissertação a Deus, que me amparou nos momentos mais difíceis.

Na sequência, agradeço a Fabiana Nóbrega, amiga-irmã, que não só me informou deste mestrado, como varou noites ajudando-me a compreender o conteúdo que a seleção exigia. Estendo o agradecimento à sua mãe D. Dina e sua tia Lourdes, que sempre me acolheram como filha.

À minha querida orientadora Profa. Lúcia Guerra, por cuidar de mim no Rio de Janeiro por ocasião de um evento científico, pelo incentivo, por respeitar minha escolha teórica e pelas preciosas contribuições, vindas no momento certo, para o aperfeiçoamento do trabalho.

Aos professores Belarmino Mariano Neto e Paulo Giovani Nunes, pelo apoio desde a graduação, por aceitarem o convite para a minha banca, pela leitura atenciosa e pelas críticas e sugestões imprescindíveis para o crescimento do trabalho.

À Professora Fátima Rodrigues, por se mostrar solícita em auxiliar esta pesquisa.

À minha tia Tiquinha, que mais uma vez cuidou da casa enquanto eu estava imersa nos livros e na escrita da dissertação. Jamais poderei retribuir sua ajuda.

Aos meus queridos filhos, Jonyélison e Jade, pelo apoio, por entenderem a distância que minha escolha acadêmica causou e por suportarem minhas alterações de humor.

Ao meu marido Jean por levar-me ao Memorial das Ligas Camponesas e por tolerar meu isolamento nestes dois anos de estudo.

À Dr.ª Fátima Costa, por acompanhar meu temor de falar em público.

Aos amigos(as) do NDIHR: Náugia Araújo, Ana Andréa Amorim, Ilza Fragoso, Marinalva Clementino, Armando Albuquerque, Laudereida Marques, Ednaldo Alves, Waldeck Coelho e Eveline Filgueiras, responsáveis pela minha tranquilidade na produção deste trabalho. Especialmente à Náugia, pelo incentivo e ombro amigo, à Ana Andréa, pelos sorrisos largos e a Ilza, pela leitura dos meus trabalhos.

Ao Prof. Carlos Xavier, coordenador do NDIHR, pelo apoio e compreensão.

À ICNV Geisel pelo alimento espiritual e às irmãs Lielma Araújo, Gilcélia Nóbrega e Mônica Melo pelo incentivo.

À Vitória Barbosa, pelo empréstimo de livros desde a época da graduação.

Aos colegas do Curso de Práticas Secretariais da UFPB: Edivania Almeida, Alexandre Albuquerque, Rafaelle Freitas e Fabrício Alexandre, que apoiaram minha entrada nesse mestrado.

Aos docentes do NCDH, especialmente: Giuseppe Tosi, Nazaré Zenaide, Mauro Koury, Marconi Pequeno, Fredys Sorto, Lúcia Guerra e Sven Peterke, pelos ensinamentos e por intensificarem minha paixão pelos Direitos Humanos.

Às funcionárias do NCDH: Eliene Antunes, Lúcia Lemos, Sandra Andrade, Fátima Menezes, Ângela Gouveia, Iraci Pereira e D. Socorro, pelo acolhimento.

Aos colegas do mestrado por dividirem suas pesquisas e sonhos de lutar por um mundo melhor: Caroline Bastos, Isabella Arruda, Thiago Leite, Jair Pessoa, Suana Guarani, Rosa Carlos, Virginia Alves, Jonas Morais, Manoel Félix, Maria Luciene Ferreira, Graça Nascimento, Graça Cruz, Pablo Honorato, Socorro Almeida, Socorro Estrela, Armando Dantas e Tarcia Regina. Especialmente à Caroline, Isabela, Suana, Maria Luciene e Virgínia por me acalmarem durante os seminários e pela ajuda na parte técnica do trabalho.

À Kalyne Vieira, que me levou ao Memorial das Ligas Camponesas pela primeira vez.

À direção e aos apoiadores do Memorial das Ligas Camponesas: Alan Nascimento, Luiz Damázio de Lima, Antonio Pereira, Alder Júlio, João Fragoso, Genaro Ieno, Eduardo Costa, Juliana Teixeira, Irmã Marlene Burgers, Socorro Rodrigues, Alane Lima, Josilene Silva e Maria José pela recepção calorosa e assistência.

Em particular, a João Fragoso e Toninho, pelas caronas para o Memorial das Ligas Camponesas e a Alder Júlio pelos ensinamentos e paciência.

À Elizabeth Teixeira, pelo depoimento e exemplo a ser seguido, e à sua família por me receberem em sua casa num momento tão íntimo.

A todos(as) depoentes cujas vozes e sentimentos foram essenciais para a construção do terceiro capítulo.

À Ana Héllen e Tânia Maria, da CPT, pela prestatividade.

Ao Incra e ao IPHAEP pelas informações.

A meu irmão Joselito Martins, pelas viagens ao Memorial das Ligas Camponesas.

Aos meus vizinhos Rita de Kássia e Edilson Alves pelas impressões e por dividir os sorrisos da sua pequena Sophia.

Finalizo agradecendo a todos e a todas que, de alguma forma, contribuíram para a construção desse trabalho, que, com certeza não é só meu.

RESUMO

O estudo buscou analisar a atuação do Memorial das Ligas Camponesas na preservação da memória e promoção dos direitos humanos. Utilizou-se fontes bibliográficas, sítios eletrônicos, pesquisa documental e pesquisa de campo com a metodologia da história oral, que proporcionou uma visão mais aprofundada sobre o que representa este Memorial na vida dos seus idealizadores, atuais integrantes, e moradores da Comunidade Barra de Antas. Fez-se um esboço do nascimento dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais que, no plano mundial, nasceram tardiamente em relação aos direitos civis. Tratou-se também da política direcionada ao Direito à Memória e à Verdade, que se fortaleceu com a aprovação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), e a criação da Comissão Nacional da Verdade, que vêm tentando reparar o sofrimento causado às vítimas do regime civil-militar com o esclarecimento dos fatos que comprovam a violação de Direitos Humanos por motivação política. Realizou-se uma investigação histórica sobre a origem das Ligas Camponesas no Nordeste. A expansão, ações e conquistas das Ligas do Engenho Galileia, em Pernambuco, e de Sapé, na Paraíba, foram analisadas até o Golpe Civil-Militar de 1964, quando elas foram eliminadas. Reconstruiu-se a história do Memorial das Ligas Camponesas, de 2006 até os dias atuais, especialmente, a partir dos depoimentos de pessoas que participaram do seu nascimento e que atuam nas suas atividades. Constatou-se que o Memorial das Ligas Camponesas não é apenas um espaço de memória ou um patrimônio histórico, mas um espaço de formação identitária, política e de luta pelos direitos humanos, sobretudo em Barra de Antas. Verificou-se que a violência ainda é forte no campo brasileiro e que, apesar dos avanços, existem entraves para a efetivação da Reforma Agrária no Brasil. Apesar de democrática, a Constituição Federal não está presente em sua plenitude no cotidiano de todos os brasileiros(as), especialmente dos que vivem no campo.

Palavras-chave: Memorial das Ligas Camponesas. Direitos Humanos. Memória. Ligas Camponesas.

ABSTRACT

The study sought to analyze the performance of the Memorial of the Peasant Leagues in memory preservation and promotion of human rights. We used literature sources, electronic sites, desk research and fieldwork with the oral history methodology, which provided a further insight into what this Memorial represents in the lives of its creators, current members and residents of the Barra de Antas Community. It was done an outline of the economic, social and cultural human rights birth, which globally were born late regarding to the civil rights. It was also treated the policy directed to the Rights of Memory and Truth, that was strengthened by the approval of the National Human Rights Program (NHRP-3) and creation of the National Commission for Truth, which has been trying to repair the suffering caused to the victims of the civil-military regime with the clarification of the facts that prove Human Rights violation by political motivation. We conducted a historical investigation about the origin of the Peasant Leagues in Brazilian northeast. The expansion, actions and achievements of the Ingenuity Galileia's Leagues, from Pernambuco and Sapé, Paraíba, were analyzed until the Civil-Military Coup of 1964 when they were eliminated. The history of the Memorial of the Peasant Leagues was reconstructed since 2006 up to the current days, particularly based on testimonials of people who attended his birth and who act in their activities. It was found that the Memorial of the Peasant Leagues is not only a memory space or historical heritage, but a space of identity formation, politics and struggle for human rights especially in Barra de Antas. It was found that violence is still strong in the Brazilian countryside and despite progress there are obstacles to the realization of Agrarian Reform in Brazil. Although democratic, the Federal Constitution is not present in its fullness in the daily lives of all Brazilians, particularly those who live in the countryside.

Key-words: Memorial of the Peasant Leagues. Human Rights. Memory. Peasant Leagues.

LISTA DE SIGLAS

API - Associação Paraibana de Imprensa

APRA - Associação dos Proprietários da Paraíba

CEMDP - Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CEPLAR - Campanha de Educação Popular

CEVPM-PB - Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CMVJP - Comitê Memória, Verdade e Justiça Paraibano

CNV - Comissão Nacional da Verdade

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DH - Direitos Humanos

DHESC - Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

EFA - Escola Família Agrícola

ETR - Estatuto do Trabalhador Rural

FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

GT - Grupo de Trabalho

IAPs - Institutos de Aposentadoria e Pensão

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JK - Juscelino Kubitschek

MLC - Memorial das Ligas Camponesas

MPF - Ministério Público Federal

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OM – Organização de Massas

ONU - Organização das Nações Unidas

OP - Organização Política

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PIDCP - Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos

PIDESC - Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PNDH-3 - Programa Nacional de Direitos Humanos

PSD - Partido Social Democrático

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RI - Regimento de Infantaria

SAMDU - Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência

SAPS - Serviço de Alimentação e Previdência Social

SERTA - Serviço de Tecnologias Alternativas

SNI - Serviço Nacional de Informações

UDN - União Democrática Nacional

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UNE - União Nacional dos Estudantes

LISTA DE FOTOS

Foto 01 - Paraibanos reconhecidos como mortos e desaparecidos políticos

Foto 02 - Josineide Araújo em depoimento à CEVPM-PB e à CNV

Foto 03 - Assis Lemos em depoimento à CEVPM-PB e à CNV

Foto 04 - Marina Dias em depoimento à CEVPM-PB

Foto 05 - Náugia Maria de Araújo em depoimento na Assembleia Legislativa da Paraíba

Foto 06 - Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco

Foto 07 - Francisco Julião na desapropriação do Engenho Galileia, em 1959.

Foto 08 - Grupo Escolar Gentil Lins, em Sapé

Foto 09 - Camponeses em frente à Liga de Sapé, 1962

Foto 10 - Placa na sede da Liga de Sapé, 1962

Foto 11 - Camponeses reivindicando o fim do Cambão

Foto 12 - Inauguração de um Posto SAMDU em Sapé, 1962

Foto 13 - Comunidade Barra de Antas, 2014

Foto 14 - Capela erguida no lugar em que João Pedro Teixeira foi assassinado

Foto 15 - Monumento erguido na inauguração da Rodovia João Pedro Teixeira, em Sapé, PB

Foto 16 - Lançamento e entrega do livro MEMÓRIAS DO POVO

Foto 17 - Primeira sede do Memorial das Ligas Camponesas

Foto 18 - Memorial das Ligas Camponesas após a restauração

Foto 19 - Ricardo Coutinho entrega chave da casa para Elizabeth Teixeira

Foto 20 - Cinquentenário da morte de João Pedro Teixeira

Foto 21 - Caminhada 52º aniversário de morte de João Pedro Teixeira

Foto 22 – Futuro campo de futebol ao lado do MLC

Foto 23 - Resto da palhoça de Alan - antigo acampamento da Fazenda Antas

Foto 24 - Agricultores(as) comemorando a desapropriação da Fazenda Antas

Foto 25 - Memorial das Ligas Camponesas e propriedade rural

Foto 26 - João Pedro Teixeira e família

Foto 27 - Quadro de João Pedro Teixeira

Foto 28 - Microfone usado por João Pedro nas Ligas

Foto 29 - Carteira das Ligas Camponesas

Foto 30 - Celebração do 52º aniversário de morte de João Pedro Teixeira

Foto 31 - Casa de Manoel Justino, pai de Elizabeth Teixeira

Foto 32 - Elizabeth Teixeira e filhos (as), em 1962

Foto 33 - Encontro de Elizabeth com as filhas e filho, em 1984

Foto 34 - Elizabeth Teixeira em 1964 e 1981, após a Anistia

Foto 35 - Elizabeth Teixeira no 51º aniversário de morte de João Pedro Teixeira

Foto 36 - Oitiva da CEVPM-PB com Elizabeth Teixeira e família

Foto 37 - Visita de Elizabeth e família ao Memorial das Ligas Camponesas em 2014

Foto 38 - Reencontro na calçada do avô Manoel Justino em 2014

Foto 39 - Elizabeth Teixeira e família, CEVPM-PB, CPT e outros visitantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

1 DIREITOS HUMANOS E DIREITO À MEMÓRIA NO BRASIL 25
1.1 DIREITOS SOCIAIS E DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE 30
1.2 COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E CAMPONESES DESAPARECIDOS 36

2 DAS LIGAS CAMPONESAS AO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 46
2.1 ENGENHO GALILEIA: NASCE A LIGA-MÃE 49
2.2 LIGA DE SAPÉ: A MAIOR DO BRASIL 57
2.3 VIOLÊNCIA NO CAMPO 63
2.3.1 João Pedro Teixeira: morre um líder, nasce um mártir. 66
2.4 APOIO URBANO, MOBILIZAÇÃO E CONQUISTAS 72
2.5 DIVERGÊNCIA NO MOVIMENTO CAMPONÊS 83
2.6 REPRESSÃO NO PÓS-GOLPE E ELIMINAÇÃO DAS LIGAS 88

3 MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS 94
3.1 NASCIMENTO DO MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS 95
3.1.1 Ações e conquistas 106
3.1.2 Desapropriação da Fazenda Antas 121
3.1.3 Acervo 129
3.1.4 Relação Memorial-Comunidade Barra de Antas 131
3.1.5 Visitas 138
3.2 ELIZABETH TEIXEIRA: PAIXÃO E LUTA 140
3.2.1 Reencontro da família Teixeira: uma visita especial 148
3.3 MANUTENÇÃO, AUTONOMIA E DESAFIOS DO MLC 153

CONSIDERAÇÕES FINAIS 160

FONTES DOCUMENTAIS 167

JORNAIS 168

FONTES AUDIOVISUAIS 168

DEPOIMENTOS ORAIS 169

REUNIÕES AMPLIADAS NO MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS 169

REFERÊNCIAS 169

APÊNDICES 178

APÊNDICE A – Carta de anuência 179

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) 180

ANEXOS 182

ANEXO 01 - Reunião com o prefeito de Sapé para tratar da desapropriação do MLC em 2010..... 183

ANEXO 02 – Ofício nº 004/2011 – Audiência de desapropriação 184

ANEXO 03 – Decreto nº 32.257/2011 – Desapropriação da casa e terreno 185

ANEXO 04 – Imissão Provisória de Posse 186

ANEXO 05 – Ofício nº 007/2011 – Solicitação restauração da casa 187

ANEXO 06 – Certidão Comitê de Ética da UFPB..... 188

INTRODUÇÃO

Amplamente discutido no meio acadêmico, o movimento social das Ligas Camponesas, sufocado pelo Golpe Civil-Militar de 1964, que deixou cicatrizes profundas nas suas vítimas, continua despertando a atenção de estudiosos e pesquisadores da área, sobretudo porque os camponeses daquela época estão representados, hoje, pelos sem-terra, quilombolas, ribeirinhos, posseiros, extrativistas e indígenas, que são vítimas da violência e exploração que ainda predominam no campo. Estes grupos, apesar de terem seus direitos assegurados por uma Constituição Federal – escrita sob inspiração da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 –, ainda sofrem com a violência dos proprietários rurais, representados, hoje, pelo agronegócio, e continuam reivindicando terra, educação, saúde, segurança, dignidade e cidadania.

Com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que estava na legalidade, as primeiras Ligas Camponesas despontaram no Brasil na década de 1940 como Associações Civis de caráter assistencialista, num momento em que existiam entraves para a sindicalização rural no país. Foi na década de 1950 que essas associações consolidaram-se em busca de benefícios sociais e no enfrentamento à entrada do capital no campo, que acelerou a expropriação do camponês para o aumento dos lucros dos latifundiários à custa de uma violência desenfreada.

Em 1955, no Engenho Galileia, em Pernambuco, nasceu a primeira Liga Camponesa do Nordeste, que conseguiu desapropriar terras, fato que se repercutiu no Brasil, particularmente no vizinho estado da Paraíba, onde foi criada, em 1958, a Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, posteriormente chamada Liga Camponesa de Sapé, que se destacou nacional e internacionalmente como a maior e mais expressiva na luta por direitos sociais no campo e pela Reforma Agrária (AUED, 1986; SOUZA, 1996).

Amparada por alguns segmentos urbanos, os trabalhos da Liga de Sapé, que priorizava assistência médica e jurídica aos camponeses, auxiliando-os nos casos de expulsão da terra, protagonizou uma batalha contra o latifúndio paraibano do Grupo da Várzea[1], em busca de dignidade e de terra para morar e trabalhar, servindo, hoje, de modelo para as lutas de diversos movimentos sociais do campo, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se considera herdeiro das Ligas.

---

[1] Grupo composto pelos usineiros e latifundiários da várzea paraibana, a exemplo de Aguinaldo Veloso Borges e Renato Ribeiro Coutinho.

O caminho percorrido pelos camponeses que decidiram enfrentar a oligarquia dominante não foi fácil. Num momento de grande efervescência, quando as Ligas se espalhavam por todo o Nordeste e começavam a conquistar direitos, como o fim do trabalho gratuito (Cambão) e a instalação de postos médicos, os seus líderes, que já eram perseguidos pelos latifundiários, foram surpreendidos pelo Golpe Civil-Militar de 1964; esse golpe aniquilou o movimento, reprimindo a imprensa, os sindicatos rurais e todos que eram contrários ao regime. Mortes, cassações, clandestinidades, torturas e desaparecimentos forçados são palavras que nos remetem ao período de horror e violação dos Direitos Humanos que o Brasil vivenciou durante o regime civil-militar.

A memória daqueles camponeses, que deram a vida por uma sociedade mais justa, corre o risco de ser esquecida, porque muitos órgãos públicos não se preocupam em mantê-la. Assim, na contramão do esquecimento, com a função de preservar o legado das Ligas, a justiça social, a luta pela terra, pelos direitos humanos e por um Estado democrático, nasce, em 2006, a ONG Memorial das Ligas Camponesas (MLC) na Comunidade Barra de Antas, zona rural do município de Sapé.

Na medida em que o MLC se insurge contra o desprezo à memória, tão comum em nosso Estado e em nosso país, propondo-se a educar a população do campo na busca dos seus direitos e da sua dignidade, evitando que a luta camponesa e a repressão militar sobre as Ligas caiam no esquecimento, sua origem e história merecem ser investigadas.

Nosso interesse pelo tema se deu no ano de 2006, quando da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História na Universidade Federal da Paraíba sobre o líder camponês paraibano Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro). Nesse ano, o MLC era organizado sob a denominação de Memorial João Pedro Teixeira, quando nasceu em nós, o desejo de conhecê-lo e de investigar sua origem e estrutura.

A esse desejo, somamos nossas inquietações sobre a violência que continua fazendo vítimas no campo brasileiro, a situação precária, referente aos direitos sociais, que ainda assola os camponeses, a reforma agrária que não aconteceu, a tragédia que se abateu sobre a vida de Elizabeth Teixeira e sua família, vítimas tanto dos latifundiários quanto do regime civil-militar, e o desaparecimento de Pedro Fazendeiro e de João Alfredo Dias (Nêgo Fuba), que, por continuar um mistério, perpetuou o sofrimento dos seus familiares.

A oportunidade de realizar esta pesquisa teve início em 2012, quando ingressamos no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba. Este ano de ingresso foi oportuno pelo país estar vivenciando um momento singular, com a implementação da

Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada para apurar os casos de violações aos direitos humanos ocorridos durante o regime militar, que atingiram tanto os camponeses quanto os apoiadores das Ligas, além de milhares de opositores políticos.

Além disso, os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade do Estado da Paraíba, instituída em 2013, complementam o estudo que iniciamos em 2006, na medida em que prossegue investigando as circunstâncias do desaparecimento daqueles camponeses e buscando reconciliar-se com todas as vítimas do regime civil-militar.

Também, num momento em que os debates sobre o Direito à Memória e à Verdade estão em evidência, como forma de impedir o silêncio e o esquecimento dos crimes praticados durante aquele regime é oportuno trazer à tona o caso do desaparecimento dos camponeses Pedro Fazendeiro e Nêgo Fuba, através dos depoimentos dos seus familiares, que não puderam chorar seu luto e ainda mantêm cicatrizes abertas. Embora dolorosos, esses testemunhos são importantes para esclarecer o que o regime militar tentou esconder, pois "o trabalho de reconstituir a memória exige revisitar o passado e compartilhar experiências de dor, violência e mortes. Somente depois de lembrá-las e fazer seu luto, será possível superar o trauma histórico e seguir adiante" (BRASIL, 2010, p. 207).

Nessa perspectiva, trouxemos o conceito de memória relacionado à história, pois ambas são importantes para a compreensão do contexto social. A lembrança pessoal de um e de outro ajuda a construir a história (HALBWACHS, 2003). É com o objetivo de resgatar a memória coletiva e construir a história, que o Memorial das Ligas Camponesas reúne lembranças individuais e coletivas da sociedade camponesa.

Ainda nesse contexto, cabe aqui o entendimento de Le Goff (1992, p. 475): "a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção". Nesse sentido, com esse trabalho buscamos contribuir para reavivar a memória coletiva dos camponeses, que fazem parte dessas classes dominadas, que tentam sobreviver e ter visibilidade.

O MLC nasce como uma ressignificação da luta camponesa, porque não se compromete apenas em resguardar a história das Ligas, mas também das lutas por terra que vieram depois do Golpe de 64. Permanecendo abraçado à causa camponesa, ele segue reivindicando condições dignas de sobrevivência no campo, no que diz respeito à saúde, ao meio ambiente, à educação e à posse da terra.

Para nos transportarmos a esse período, que marcou a nossa história, podemos, entre outros meios, recorrer à memória como um caminho que nos resta contra o esquecimento

(DELGADO, 2006; FERREIRA, 2007; POLLAK, 1989; RICOUER, 2003). Le Goff (1994, p. 438) classifica a memória como “um antídoto do Esquecimento”. Nesse aspecto, na qualidade de suporte da memória, a história oral é uma metodologia eficaz para alcançar esse antídoto.

Referência nesta metodologia de pesquisa no Brasil, Alberti (2005, p. 18) assinala que a história oral pode ser definida como um “método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”.

Conforme esta autora, a expansão da história oral, tão oportuna para o resgate da memória, ocorreu na segunda metade do século XX, com o uso do gravador portátil que possibilitou o congelamento dos depoimentos, para posterior consulta. Na década de 1970, esse método se expandiu nos Estados Unidos e Europa, favorecendo o aparecimento de programas de história oral em outros países, a exemplo do Brasil, que, em 1975, implantou um Programa de História Oral no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Cpdoc, no Rio de Janeiro. No início, este programa privilegiou entrevistas de histórias de vida com as elites políticas brasileiras. Posteriormente, as entrevistas foram estendidas para outros segmentos.

Alberti (2005, p. 21) observa que, apesar de ter adquirido “estatuto de *documento*”, a entrevista oral não se prendeu às regras positivistas, porque não representa o passado como aconteceu, mas, documentando-o, abre-o a novas interpretações. Logo, a gravação e transcrição de um depoimento permitem compreender as ações dos indivíduos em determinada época e sociedade e comparar as versões. Com as entrevistas, produzimos os documentos que se tornam fontes “legítimas” e não apresentam erros maiores do que outras fontes documentais históricas.

Partindo desses pressupostos, o nosso trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro, fizemos um breve histórico dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (DHESC) que, ao contrário dos Direitos Civis e Políticos, foram surgindo lentamente através das Constituições pós-Revolução Francesa de 1789.

Ao esboçarmos o nascimento dos DHESC, quisemos mostrar que a inexistência desses direitos no campo brasileiro, na segunda metade do século XX, propiciou a agitação que se instalou nas terras férteis de Pernambuco e da Paraíba com as reivindicações das Ligas Camponesas contra o trabalho gratuito (Cambão), o aumento do foro (aluguel da terra) e as expulsões sem indenização.

No entanto, afirmar que aquela agitação almejava apenas direitos sociais seria anistiar os latifundiários e o Estado pela violência e crimes praticados contra os camponeses, pois o que ocorreu com as Ligas foi uma violação extrema dos direitos humanos civis, se pensarmos que seus protagonistas buscavam o direito à vida, quando eram perseguidos, sofriam atentados ou eram assassinados pelos latifundiários ou pela polícia, com a conivência do Estado.

No período pós-1930, nos governos de Getúlio Vargas, os direitos sociais e as leis trabalhistas surgiram no Brasil, vigorando apenas na área urbana, tendo em vista que as raízes oligárquicas e a conformação social não permitiram que esses direitos fossem implementados para os trabalhadores do campo. A ampliação da legislação trabalhista para o campo ocorreu no governo João Goulart, com o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1962.

Com o fim da era varguista e após vivenciar um período regido pela Constituição democrática de 1946, o Brasil enfrentou uma ditadura civil-militar de 1964 a 1985.

Com o processo de distensão da ditadura, iniciado na segunda metade dos anos 1970, os direitos humanos entraram na pauta da sociedade brasileira, com a ampla mobilização pela anistia política e, especialmente, pela ação dos familiares de mortos e desaparecidos. A partir daí, se tem uma sequência lenta e gradual da implementação de instrumentos próprios de uma justiça de transição, com a Lei da Anistia (1979), a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (1995), a Comissão de Anistia (2001) e a Comissão Nacional da Verdade (2011).

Nesse período, vão se gestando políticas públicas para os Direitos Humanos, em especial para o Direito à Memória e à Verdade, que culminaram no Plano Nacional de Direitos Humanos-3 (PNDH-3), de 2009, e na Comissão Nacional da Verdade, de 2011, que demonstram a intenção do estado brasileiro em se retratar dos crimes cometidos contra os perseguidos políticos e evitar que estes caiam no esquecimento.

Nesse processo, tanto na esfera nacional quanto estadual, para reconstituir a memória do país, sufocada pelo regime militar, as Comissões da Verdade vêm utilizando recursos da história oral para colher testemunhos das vítimas da ditadura ou dos seus familiares, que dificilmente viriam à tona a não ser pela memória dos depoentes.

Vale lembrar que o trabalho dessas Comissões vem recebendo apoio da sociedade, a exemplo do MLC que, por representar a classe camponesa que sofreu experiências traumáticas no regime civil-militar, tem colaborado com a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), no sentido de localizar camponeses que foram vítimas dos latifundiários e do Estado.

No segundo capítulo, mapeamos o nascimento das Ligas Camponesas no Nordeste, destacando a Liga do Engenho Galileia, em Pernambuco, e a Liga de Sapé, na Paraíba, até a eclosão do Golpe Civil-Militar de 1964 quando estas foram eliminadas. Neste percurso, discorremos sobre a violência, as conquistas e as divergências que ocorreram neste movimento camponês, além da repressão sofrida por suas principais lideranças com o Golpe.

Tratamos sobre o desenvolvimentismo do governo de Juscelino Kubistchek (1956-1960), que contribuiu para alargar as diferenças entre o Sudeste desenvolvido e o Nordeste pobre e subdesenvolvido, com a entrada do capital no campo. Nesse período, ao lado da industrialização e aumento das usinas, a questão agrária era tema de debate no país quando as Ligas foram nascendo em busca de benefícios sociais e contra a exploração que regia o campo.

A violência se fez presente durante toda a atuação das Ligas Camponesas. Em Sapé, particularmente, o Grupo da Várzea paraibana, amparado pelo Estado, se consagrou como inimigo feroz desse movimento social. Castigos, prisões e expulsões deram lugar ao assassinato de camponeses, que atingiu um ponto alto, em 1962, com a morte de João Pedro Teixeira, fundador e líder da Liga Camponesa de Sapé. Ante o grande poder de mobilização, as Ligas não se intimidaram com o assassinato de João Pedro e se expandiram em vários estados brasileiros, porém, no Nordeste, houve um maior número de associados.

Embora seguissem os mesmos princípios, as Ligas do Engenho Galileia e de Sapé tomaram caminhos diferentes para a conquista da Reforma Agrária. Enquanto Francisco Julião, presidente das Ligas de Pernambuco defendia uma reforma “na lei ou na marra”, Francisco de Assis Lemos de Souza, da Paraíba, buscava uma luta pacífica, aliada ao governo de João Goulart (AUED, 1986; SOUZA, 1996).

Nesse contexto, quando o Golpe Civil-Militar ocorreu no país, a Paraíba era governada por Pedro Gondim, que se caracterizou por apresentar uma política populista e ambígua, mantendo relações amistosas tanto com os camponeses, quanto com os proprietários rurais do Grupo da Várzea. No âmbito nacional, as forças de esquerda buscavam espaço na política populista de João Goulart, que contrariou a elite dominante ao assinar a Reforma Agrária que contribuiu para o desfecho do Golpe.

Merece ressaltar que o conceito de populismo que utilizamos neste trabalho está relacionado ao fenômeno que caracterizou as relações entre o Estado e a classe popular nos anos de 1930 a 1964, seguindo a compreensão de Benevides (1985), Cittadino (1998) e Carvalho (2002). Esses autores se amparam na tese de Weffort (1980), segundo o qual, no

populismo, a camada popular era estrategicamente manipulada para atender aos anseios do Estado.

O caso da Paraíba apresenta elementos que se coadunam com este conceito, pois, apesar das reações e mobilizações das Ligas Camponesas, houve um controle por parte de Pedro Gondim, que dialogava tanto com os representantes desse movimento camponês, quanto com os latifundiários, que eram seus oponentes.

Vale lembrar que este conceito vem recebendo críticas de estudiosos, mostrando que os trabalhadores não eram passivos diante de governos carismáticos como Getúlio Vargas. Em seu artigo *O nome e a coisa: populismo na política brasileira,* Ferreira (2001, p. 61) assinala que não vê a população como passiva diante dos desmandos do Estado ou como herdeira "do 'clientelismo' da Primeira República". Para o autor (p. 63), o populismo não regeu as "relações entre Estado e sociedade durante o período de 1930 a 1964", porque foi uma categoria inventada para aquele período político.

No terceiro capítulo, para analisar a atuação do Memorial das Ligas Camponesas na preservação da memória e promoção dos direitos humanos, objetivo central do nosso trabalho, fizemos uma reconstrução histórica da origem do Memorial das Ligas Camponesas, analisando o seu percurso desde 2006, quando nasceu, até os dias atuais.

Nascido de um coletivo formado pela Comissão Pastoral da Terra, agricultores e agricultoras, professores e estudantes universitários e militantes dos direitos humanos, o MLC se constitui não apenas como um espaço de memória ou um patrimônio histórico; é um espaço de formação identitária, política e de luta pelos direitos humanos. A sua história está intrinsicamente relacionada às sequelas que a ditadura civil-militar deixou na família e na vida de Elizabeth Teixeira, atualmente com 89 anos, que, apesar da idade avançada, não se nega a participar dos eventos promovidos pelo MLC, salvo por motivo de doença.

Para acompanharmos a evolução do MLC, investigamos inúmeras questões que se complementam, a exemplo: Quem foram os idealizadores do MLC? Que ações ele vem desenvolvendo? Que projetos foram realizados? Como o seu acervo está sendo constituído? Qual a sua relação com a Comunidade Barra de Antas? Como tem apoiado a luta por terra na atualidade? O que tem feito para preservar a memória das Ligas Camponesas? Qual o apoio de Elizabeth Teixeira a este espaço erguido em sua memória? O que mudou na comunidade Barra de Antas após o nascimento do MLC? Com que frequência é visitado, como se mantém financeiramente e como mantém sua autonomia política? Como ele atua no sentido de reivindicar direitos humanos civis, econômicos, sociais, culturais para uma classe que continua sendo perseguida pelos latifundiários sob a conivência do Estado?

Quanto aos procedimentos metodológicos, o tema que investigamos se inclui numa pesquisa qualitativa para a qual se presume a utilização de mais de um método, próprio das ciências sociais (HAGUETTE, 2001). Com relação à pesquisa de campo, seguiu-se Haguette ao afirmar que a observação participante ativa consiste num método em que o observador se insere numa situação social para coletar dados e investigar temas pouco conhecidos.

Isto posto, além de fontes bibliográficas, documentários, sítios eletrônicos e instituições que consultamos, iniciamos nossa pesquisa de campo no segundo semestre de 2012, quando fizemos a primeira visita ao MLC. A partir daí, começamos nossa coleta de dados, participando de algumas reuniões abertas ao público que o Memorial realiza mensalmente, nas quais tivemos a oportunidade de conhecê-lo melhor, acompanhando suas discussões e estreitando laços com seus integrantes. Nestas reuniões, observamos o cuidado que a direção do MLC tem com a pauta do dia 02 de abril, que se consagrou como um grande evento anual em memória ao aniversário de morte de João Pedro Teixeira.

Reparamos esse cuidado, também, contra invasões político-partidárias e percebemos que, embora tome decisões em reuniões internas, a direção do MLC é aberta às sugestões dos visitantes. Existe, ainda, um acolhimento aos simpatizantes da causa camponesa. Merece destaque a recepção calorosa de Alan Nascimento, sempre disposto a ajudar os pesquisadores.

O caderno de anotações proposto por Haguette (2001) e Alberti (2005) foi uma ferramenta indispensável para nossas reflexões, porque permitiu não perdermos detalhes. Ao lado dessa ferramenta, constatamos a importância da observação participante para a coleta de dados que não ocorreria sem a nossa presença no meio pesquisado e sem uma interação observador-observado, como propõe Haguette (2001).

O emprego desta metodologia tanto nas reuniões quanto no entorno do MLC foi de suma importância para levantarmos dados que não constavam nos documentos que examinamos. Também foi essencial para explorarmos os eventos do dia 02 de abril e a visita que Elizabeth Teixeira e família fizeram ao MLC neste ano de 2014.

Para analisar as informações contidas nos documentos e nas entrevistas, além de Alberti (2005) e Delgado (2006) nos guiamos pelo manual de Bardin (2011, p. 51) segundo o qual a análise documental transforma um documento primário em secundário, o que lhe facilita a leitura. Também esta análise é apropriada tanto para textos prontos de jornais, livros, documentos e legislação, que consiste em material de arquivo, quanto para textos fabricados nas entrevistas, que caracterizam a parte empírica da pesquisa.

Logo, a análise que fizemos das fontes primárias como o Estatuto do MLC, Atas de reuniões e de eleições, Ofícios, Jornais, Termo Provisório de Imissão de Posse, Decreto da

desapropriação do terreno do MLC, livro de registro de visitas e de reuniões e fichas de filiados serviram de base para reconstruir o processo de criação do MLC, que foi complementado com a metodologia da história oral, através de entrevistas semiestruturadas. Outro instrumento importante para nossa pesquisa foi o registro fotográfico que fizemos, o que favoreceu o levantamento de um acervo que não constava no MLC.

A história oral, com a técnica eficiente e reveladora da entrevista, resgata a contribuição dos homens comuns para a construção do mundo em que vivemos hoje. Considerado como método de pesquisa, o emprego da oralidade pode trazer de volta a fala daqueles sujeitos que foram silenciados pela história oficial, sendo de grande importância para a reconstrução da memória coletiva e para a formação das identidades.

Alberti (2005) chama a atenção para a cautela que o pesquisador deve ter ao conduzir entrevistas sem influenciar o depoimento do entrevistado. Se abertas, as perguntas devem ser feitas de forma que o entrevistado possa expor o seu ponto de vista, apesar do direcionamento que recebeu. Para a autora (2005, p. 31) "A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim, a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência". Os entrevistados devem ser escolhidos como "unidades qualitativas" pela participação ou testemunho que tiveram no tema estudado para que possam contribuir com depoimentos importantes. Essa escolha deve ser feita ainda no projeto de pesquisa justificando a escolha e o número dos entrevistados. Porém, Alberti lembra que é no processo de realização das entrevistas "que o número de entrevistados necessários começa a se descortinar com maior clareza, pois é conhecendo e produzindo as fontes de sua investigação que os pesquisadores adquirem experiência e capacidade para avaliar o grau de adequação do material já obtido aos objetivos do estudo" (ALBERTI, 2005, p. 36).

Nesse aspecto, utilizamos a entrevista temática com a qual pudemos avaliar a participação dos entrevistados no tema pesquisado. Por possibilitar a mudança de questões, priorizamos as entrevistas semiestruturadas que eram aprimoradas de acordo com os rumos que a conversa tomava. Realizadas com gravador digital, as entrevistas foram transcritas e catalogadas para posterior análise.

Buscando atender aos nossos questionamentos, a escolha dos nossos entrevistados foi pensada ainda no projeto de pesquisa, mas foi se constituindo melhor na medida em que íamos realizando as entrevistas e observando quem deveria ser incluído ou dispensado. Ao todo, foram selecionadas 14 pessoas, das quais 3 são da direção do MLC, 7 são apoiadores e 4 são moradores da Comunidade Barra de Antas.

Os integrantes da direção e os apoiadores do MLC foram escolhidos para reconstruirmos a origem desta entidade e entendermos quais dificuldades ela enfrenta para se manter, como tem resgatado a memória camponesa e atuado na luta por terra hoje, e como mantém sua autonomia política.

Quanto aos apoiadores, estes foram selecionados à medida que eram analisadas as participações deles nas reuniões do MLC, a exemplo de Alder Júlio, que sempre esteve presente e tem profundo conhecimento sobre o nascimento do MLC.

Entre os entrevistados, que serão apresentados ao longo do trabalho, destacam-se Eduardo Costa e Alan Nascimento, que foram escolhidos por fazerem parte do MLC desde o seu nascimento e por continuarem ligados às suas atividades. Também como moradores de Barra de Antas, eles poderiam discorrer sobre a relação entre o MLC e esta Comunidade.

Merece ressaltar o papel de Antônia Maria Van Ham (Irmã Tonny), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que deu os primeiros passos para a criação do MLC e, atualmente, mesmo após ter fixado residência na Holanda, continua a apoiar esta entidade.

Luiz Damázio de Lima (Luizinho) foi selecionado porque figura como presidente do MLC desde 2010, ano em que, através do intenso trabalho de toda a direção junto com os apoiadores, a organização começa a dar passos significativos que, em 2012, resultaram na desapropriação da casa e do terreno no qual está situada.

Apesar do grande número de entrevistas que já concedeu sobre sua trajetória nas Ligas Camponesas, optamos por entrevistar Elizabeth Teixeira buscando extrair seus sentimentos com relação à existência do MLC em sua homenagem.

Bosi (1994) sugere que sejam feitas visitas à casa do depoente e ao contexto social em que ele vive, pois esse contato prévio aproxima entrevistador do entrevistado. Para a autora, é interessante que se firme laços de amizade com o depoente, porque, ao se adentrar em seu universo particular e mergulhar na sua experiência e no seu passado, forma-se um vínculo com ele.

Sentimos essa aproximação quando fomos recebidas na casa de Elizabeth Teixeira que ainda se alegra em dar entrevistas. Na ocasião, quando apresentamos nossa pesquisa e insinuamos que estávamos incomodando o seu descanso, pois ela já tinha feito muito pela reforma agrária e pela democracia no país, ouvimos como resposta: “Eu gosto minha filha! uma velha com 89 anos [...]”.

1 DIREITOS HUMANOS E DIREITO À MEMÓRIA NO BRASIL

> Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária (BRASIL, 1988).

Iniciar este capítulo citando o artigo 184, Título VII, da Constituição Federal brasileira, aprovada vinte e quatro anos após a eliminação das Ligas Camponesas, que recomenda a desapropriação de terras, prevendo meios de garantir os direitos fundamentais do homem, tem um significado especial. Ainda que a Reforma Agrária não tenha se concretizado no Brasil e existam entraves para sua efetivação, o avanço constitucional nesse país representa a conquista de um sonho abraçado pelos camponeses, nas décadas de 1950 e 1960.

Antes de adentrarmos neste sonho, que se projeta nacional e internacionalmente com a criação das Ligas Camponesas no Brasil, nas décadas mencionadas, faremos uma breve exposição da origem dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais (DHESC), pois foi por esses direitos – que lhes eram negados por não existirem no campo brasileiro –, que os camponeses das Ligas lutaram, iniciando uma marcha que dura até hoje. Lembramos que os direitos civis também eram reivindicados pelos camponeses, na medida em que eles lutavam e lutam pelo mais importante deles: o direito à vida.

Até que uma Constituição democrática, voltada para os Direitos Humanos Civis e Políticos, sobretudo para os DHESC, fosse promulgada em nosso país, muitos embates aconteceram. No plano internacional, a Revolução Francesa de 1789 produziu a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão determinando o fim do Antigo Regime, das vantagens dos privilégios feudais e da monarquia absoluta. Esta Declaração tornou-se "uma espécie de carta geográfica fundamental para a navegação política nos mares do futuro, uma referência indispensável a todo projeto de constitucionalização dos povos" (COMPARATO, 2007, p. 151). Apesar de ter se tornado modelo para o mundo, destacando em seu Art. 1º que "os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos", ela não priorizou os direitos sociais. É com a Declaração de Direitos da Constituição de 1791, que os direitos humanos de "caráter social" aparecem na História pela primeira vez, quando se prevê a construção de um lugar de assistência pública para a educação de crianças e amparo aos pobres e enfermos. O

ensino gratuito para todos os cidadãos também aparece no último parágrafo daquela Declaração (COMPARATO, 2007).

Quando as Ligas Camponesas começaram a surgir no Brasil, por volta de 1946, as primeiras Constituições a listar direitos sociais, tinham despontado há quase três décadas e suas ideias estavam influenciando o mundo. Nesta lista, a Constituição Mexicana, de 1917, foi a primeira a dar ênfase aos direitos trabalhistas e à divisão de latifúndios, levando camponeses ao poder, seguida pela Declaração Russa, de 1918, que buscou "suprimir a exploração do homem pelo homem" e passar as terras agrícolas para o domínio da nação (TRINDADE, 2011).

Nascida do embate entre os pensamentos liberal e socialista, a Constituição Mexicana foi a primeira a destacar o direito ao trabalho, à educação laica gratuita e a restrição à propriedade privada, com a divisão de latifúndios. Os direitos trabalhistas passaram a ser direitos fundamentais, ao lado dos direitos políticos e das liberdades individuais, e há, também, a instituição do princípio das relações jurídicas entre trabalhadores e empresários com o contrato de trabalho, em que os empregadores não podem explorar os empregados, lançando bases para o Estado Social de Direito moderno (TRINDADE, 2011; LIMA JR, 2001).

Iniciada em 1910, a revolução popular do México saiu vitoriosa e estabeleceu uma Constituição que, além de estender os direitos civis e políticos, incorporou direitos econômicos e sociais com restrições à propriedade privada, instituindo uma democracia que não favoreceu apenas os interesses liberais. O artigo 28 dessa Constituição "castigava as manobras empresariais para elevações de preços, abolia os privilégios tributários, autorizava o funcionamento de sindicatos e estimulava as associações cooperativas para livrar os produtores rurais dos intermediários" (TRINDADE, 2011, p. 156).

O artigo 27 estabelecia, por sua vez, que as terras e as águas que estivessem no território nacional poderiam ser transmitidas a particulares, porque pertenciam à Nação e determinava medidas para a divisão de latifúndios e para o

> desenvolvimento da pequena propriedade de extração agrícola; à criação de novos centros de população agrícola com terras e águas que lhes sejam indispensáveis; ao fomento da agricultura de modo a evitar a destruição dos elementos materiais e os danos que os bens possam sofrer em prejuízo da sociedade (TRINDADE, 2011, p. 155).

Nesse sentido, a Constituição Mexicana foi a primeira a se preocupar com o pequeno produtor. Segundo Trindade (2011), ela foi a mais avançada da época, e, mesmo que seus preceitos tenham permanecido no papel, entrou para a história. Já para Rosana Reis (2011), além dos limites de propriedade privada, esta Constituição determinou direitos econômicos e sociais como nunca se havia visto na história, pois

> [...] reflete uma combinação das tradições francesa e estadunidense, somadas à influência do pensamento social católico e ao peso das tradições indígenas, sobretudo no que diz respeito à propriedade da terra. Utilizando uma linguagem semelhante às famosas Declarações, a constituição mexicana apresentava uma visão do indivíduo significativamente diferente da tradição liberal, e mesmo republicana. O indivíduo neste caso está situado social e economicamente, e essas dimensões da individualidade também compõem a dignidade humana. (REIS, 2011, p. 106-107).

A Constituição Alemã de 1919 (Constituição de Weimar) pode ser considerada um marco do Constitucionalismo Social, porque "procurou definir o primeiro projeto social-democrático do mundo, sendo resultado, ao mesmo tempo, das concepções liberais e das proposições socialistas" (LIMA JR, 2001, p. 23). Essa Constituição apresentou a igualdade jurídica entre homem e mulher e, assim como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), seguiu o caminho da Constituição Mexicana ao incorporar "a limitação da jornada de trabalho, o desemprego, a proteção da maternidade, a idade mínima de admissão de empregados nas fábricas e o trabalho noturno dos menores na indústria" (COMPARATO, 2007, p. 178).

Com a Revolução Russa, que serviu de modelo para outras revoluções em muitos países, houve um progresso significativo dos direitos econômicos e sociais. A sua Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, adotada em 1918, no III Congresso Pan-Russo dos Sovietes, de Deputados Operários, Soldados e Camponeses, influenciada pela doutrina marxista, afirmou medidas tanto socioeconômicas quanto políticas.

No Art. 1º, Cap. II dessa Declaração de Direitos, está lançada uma medida que remete à Reforma Agrária: "a fim de se realizar a socialização da terra, é abolida a propriedade privada da terra; todas as terras passam a ser propriedade nacional e são entregues aos trabalhadores sem qualquer espécie de indenização, na base de uma repartição igualitária em usufruto" (COMPARATO, 2003, p. 179).

A Revolução Industrial, do século XVIII, desenvolveu o capitalismo e alavancou a desigualdade social através da exploração da classe trabalhadora, obrigada a cumprir jornadas de trabalho extenuantes e desumanas. Influenciadas pelas ideias de Karl Marx, a referida

classe reagiu e, no fim do século XIX, o movimento dos trabalhadores já demonstrava que estava no caminho certo, pois começavam a conquistar algumas vitórias, embora tímidas, "na organização das lutas pelo que, mais tarde, seria conhecido como direitos econômico-sociais (jornada regulamentada, salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias, aposentadoria, acesso à educação e a serviços públicos de saúde, assistência social etc.)" (TRINDADE, 2011, p. 144).

Karl Marx foi um dos principais críticos do liberalismo e do direito natural burguês. No Manifesto Comunista ele assinala que a Revolução Francesa "aboliu a propriedade feudal em favor da propriedade burguesa" e que essa Revolução não foi capaz de diminuir as diferenças de classes, criando, ao contrário, novas formas de opressão e de luta (MARX e ENGELS, 1998, p. 30).

Marx não apenas criticou os privilégios burgueses que sustentavam uma sociedade política individual e egoísta, como idealizou uma luta de classes, em que os trabalhadores, organizados, combateriam a burguesia e o capitalismo, o que eliminaria a desigualdade social. Portanto, o sistema capitalista, que havia se fortalecido na Revolução Industrial, foi rechaçado por Marx (1998) como sendo um mal para a humanidade, por favorecer a classe burguesa que lograria fortunas como decorrência do suor dos operários.

Como vimos, os primeiros direitos econômicos e sociais foram traçados nas Constituições Mexicana e Russa, no entanto, não havia uma carta que recomendasse esses direitos. Esta carta começou a ser delineada após a Segunda Guerra Mundial, com o nascimento da Organização das Nações Unidas (ONU), que foi criada em 1945 para evitar que as atrocidades sofridas pela humanidade durante aquela guerra se repetissem. Nesse sentido, a ONU proclamou, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) para advertir os Estados de que eles não poderiam tratar seus cidadãos da forma que quisessem. Com essa Declaração, os direitos econômicos e sociais são colocados ao lado dos direitos civis e políticos, afirmando a indivisibilidade dos direitos humanos, com a ideia da internacionalização e do respeito às diferenças.

Sobre o conteúdo da DUDH que procurou unir os direitos de liberdade e de igualdade, Lima Jr destaca:

> Em seus trinta artigos, a Declaração Universal de Direitos Humanos unge à condição de 'inalienáveis', direitos humanos tanto civis e políticos, como econômicos, sociais e culturais que visam estabelecer um padrão mínimo de sociabilidade e respeito aos cidadãos, por meio de um instrumento

> internacional civilizatório. Ao estabelecer igual valor aos direitos humanos civis e políticos e aos direitos humanos econômicos, sociais e culturais, a Declaração Universal de Direitos Humanos conjuga os valores da liberdade (liberalismo) e da igualdade (socialismo) (LIMA JR, 2001, p. 27).

Os artigos da DUDH demonstram a ligação das correntes antagônicas do liberalismo e do socialismo em função de um objetivo comum: o bem-estar de toda a humanidade. Ela propõe a indivisibilidade dos direitos humanos ao considerar que direitos civis e políticos necessitam dos direitos econômicos, sociais e culturais, ou seja, uns complementam os outros.

Dentre os artigos que compõem a DUDH, convém destacar: o Art. XXV, que enfoca os direitos ao bem-estar, ao vestuário, à alimentação, à habitação, aos serviços sociais e aos cuidados médicos; o Art. XXVI, que aborda o direito à educação; o Art. XVII que trata do direito à propriedade; o Art. IV que proíbe a escravidão, e o Art. II § 1 e 2 que apresenta os direitos de liberdade e os direitos políticos. Apesar da repercussão que causou ao ser lançada, a DUDH se mostrou sem força jurídica por não ser um tratado, mas apenas uma carta de intenções. Assim, foi constituído o Pacto Internacional de Direitos Humanos (PIDH).

Ao acolher os direitos sociais, além dos civis e políticos, a ONU estabeleceu que os Direitos Humanos (DH) são indivisíveis e que uma geração de direitos não deve substituir a outra. No entanto, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) surge da cisão do Pacto Internacional dos Direitos Humanos, que deveria ser único, a fim de fortalecer a indivisibilidade dos Direitos Humanos, mas, devido ao antagonismo entre os países capitalistas e socialistas, que encabeçaram a Guerra Fria, foi dividido em dois, originando o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP)[2] e o PIDESC, ambos em 1966. Não houve consenso entre os blocos contrários, porque os direitos humanos civis e políticos foram vistos como "autoaplicáveis, passíveis de cobrança imediata, enquanto que os direitos humanos econômicos, sociais e culturais eram programáticos" (LIMA JR, 2001, p.31).

Nessa mesma linha, Comparato (2003) indica que os dois Pactos nasceram de um compromisso diplomático entre os blocos socialistas e capitalistas. Enquanto os países ocidentais defendiam as liberdades individuais contra as intromissões do Estado, os países comunistas enfatizavam os direitos sociais e econômicos ao priorizar as políticas públicas

---

[2] O PIDCP é um dos documentos mais importantes e abrangentes. Nele se declara que toda pessoa tem direito ao reconhecimento de sua personalidade jurídica. Que toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida, desde o momento da concepção. Que se respeite sua integridade física, psíquica e moral. Proíbe que alguém seja submetido a torturas, ou a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Veda a escravidão ou servidão. (MAIA, 2007, p. 92).

como amparo às minorias. Assim, os Pactos foram divididos, de modo que restou, ao Comitê de Direitos Humanos, a responsabilidade por fiscalizar apenas os Direitos Civis e Políticos.

O PIDESC detalha os direitos apresentados na Declaração Universal, mas como ela não aplica a lei, pois é tida como uma carta de recomendações, ele "representa a busca de jurisdicização" desta Declaração (LIMA JR, 2001, p. 30). Também é sua missão incumbir os Estados-partes da responsabilidade pelas violações aos direitos que o compõem, uma vez que a proteção de tais direitos não cabe apenas à jurisdição interna dos Estados.

Dentre os direitos contidos no PIDESC encontram-se: o direito ao trabalho (com salário justo, lazer e descanso); à previdência social; à greve; à associação em sindicatos; à alimentação (com o combate a fome); à moradia (com condições dignas); à vestimenta; proteção à criança; à reforma agrária; à saúde; o respeito à cultura e à educação, para formar cidadãos e para o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais (LIMA JR, 2001; MAIA, 2007).

Diferentemente do PIDCP, que concede direitos aos indivíduos, o PIDESC estabelece deveres aos Estados-partes que precisam progredir, tomando medidas para concretizar os direitos instituídos nesse Pacto. Essas medidas são monitoradas pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que avalia os Relatórios periódicos enviados pelos Estados-partes, conferindo os seus esforços quanto à implantação dos direitos humanos.

O PIDESC e o PIDCP só foram ratificados pelo Brasil em 1992, 26 anos após serem estabelecidos pela ONU.

1.1 DIREITOS SOCIAIS E DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

No Brasil, os direitos sociais entram em cena tardiamente. Marcado pela tradição escravagista e oligárquica, nosso país foi influenciado pelas lutas socialistas que caracterizaram as Revoluções Mexicana e Russa enunciadas anteriormente, tendo na Revolução de 1930 o marco para a inclusão dos primeiros direitos sociais, ainda que sob o autoritarismo dominante. O Estado paternalista e intervencionista, representado pela oligarquia, cuidou para que os direitos sociais fossem assegurados minimamente, organizando-se em defesa dos interesses da classe dominante para impedir o avanço das classes trabalhadoras que começavam a se organizar no início do século XX (CARVALHO, 2002).

Conforme Carvalho, antes de 1930 a questão social no Brasil era tida como "assunto de polícia". Com a Revolução de 30, porém, essa questão foi colocada em discussão e tirada

da marginalidade, apesar de não ter trazido grandes mudanças no tocante aos direitos sociais porque não enfatizou temas essenciais, como a educação, a saúde e a estrutura fundiária. O avanço se deu apenas com a legislação trabalhista e previdenciária, além de alguns direitos civis e políticos, como o direito ao voto para as mulheres e para os maiores de 21 anos, e a proteção à velhice (CARVALHO, 2002; LIMA JR, 2001).

A Primeira República (1889-1930) foi marcada pelo coronelismo, sistema em parte originado do poder dos coronéis da antiga Guarda Nacional, que tinham grande influência no Império e representavam as oligarquias regionais; usavam de força para garantir sua hegemonia política e o prestígio que lhes permitia ocupar cargos de juiz municipal e delegado de polícia. Os coronéis mantinham aliança com os presidentes dos Estados e da República, sendo mais famosa a aliança entre São Paulo e Minas Gerais, que os manteve no controle da política nacional até 1930 (CARVALHO, 2002). Dito isto, o coronelismo foi uma das grandes causas que impediu o desenvolvimento dos direitos civis e políticos no Brasil republicano por que:

> não era apenas um obstáculo ao livre exercício dos direitos políticos. Ou melhor, ele impedia a participação política porque antes negava os direitos civis. Nas fazendas, imperava a lei do coronel, criada por ele, executada por ele. Seus trabalhadores e dependentes não eram cidadãos do Estado brasileiro, eram súditos dele (CARVALHO, 2002, p. 56).

O poder dos coronéis era tão intenso a ponto de submeter o Estado em acordos que impossibilitavam cada vez mais o exercício dos direitos civis. Não havia direito à justiça, de ir e vir, à propriedade, à integridade física, nem à manifestação para os indivíduos que estavam sob a proteção dos coronéis. Se os direitos civis e políticos eram espoliados, dos direitos econômicos e sociais, então, não se ouvia falar até 1930.

Com os entraves apresentados, é com o fim da Primeira República, em 1930, que, segundo Carvalho (2002), pode-se falar que a cidadania no Brasil começa a despontar com o nascimento dos direitos sociais. Interessante lembrar que, antes de surgirem esses direitos que integram o cidadão à riqueza coletiva nacional, já havia tido início a "[...] luta clássica entre capital e trabalho", com a chegada dos imigrantes europeus no Brasil, no início do século XX (DALLARI, 2007, p. 37).

Com um parque industrial sendo erguido em São Paulo, os imigrantes (italianos e espanhóis), que trabalharam primeiro na agricultura, foram para as fábricas. A consciência de direitos e de organização sindical dos europeus logo influenciou os trabalhadores brasileiros

que não tardaram em criar as primeiras associações operárias, tendo ocorrido a primeira greve em 1905, no Rio de Janeiro. Porém, acostumados com o servilismo dos escravos e a apatia dos trabalhadores, proprietários rurais e empresários industriais, com o apoio da Polícia, agiram com violência diante das reivindicações trabalhistas por considerá-las ameaça para a ordem social.

Especialmente no período de 1930 a 1945, dos governos de Getúlio Vargas, foram introduzidos os primeiros direitos sociais no Brasil, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), os IAPs (Institutos de Aposentadoria e Pensão), entre outros fundos assistencialistas. Contudo, os direitos civis e políticos não avançaram e, no entender de Carvalho (2013), na medida em que o Executivo inseriu os direitos sociais sem a participação da sociedade, acabou tornando-a sua dependente, distanciando-a do Legislativo, ou seja, restringiu-a de se mobilizar em busca de seus direitos. É o que Sales (2013) nomeia de "cidadania concedida", que tem raízes no regime escravocrata, em que os senhores de terras mantinham homens pobres e livres dependentes de suas doações e proteção. Esse tipo de cidadania atravessou o período colonial e o imperial (quando se expandiu com o coronelismo) para chegar aos nossos dias.

Cabe destacar que o populismo visto por Carvalho (2002) e Cittadino (1998) como um regime estratégico no qual políticos aproximavam-se das classes populares para atender a seus anseios, bem como para manipulá-las, caracterizou o governo Vargas, mas não alcançou todo o Brasil, pois os direitos sociais não chegaram ao campo da mesma forma que à área urbana. Em vista disso, os camponeses derramaram e ainda derramam sangue para usufruir de direitos e de cidadania.

Foi com a queda do Estado Novo varguista, em 1945, que os direitos civis progrediram lentamente, apesar de constarem nas Constituições e não serem garantidos para os cidadãos. Quanto aos direitos políticos, que passaram por franca expansão pós-Estado Novo, estes entraram em regressão com o Golpe Civil-Militar de 1964, que submeteu o país a uma ditadura de vinte e um anos, que paralisou o desenvolvimento da cidadania brasileira. Nesse período, enquanto programas sociais serviam para esconder a face do regime militar, os direitos civis e políticos foram suspensos para dar lugar às violações aos direitos humanos, que marcaram o país com a prática de torturas e com mortes e desaparecimentos forçados de milhares de opositores políticos. Vale lembrar que,

> Mesmo com a deposição de Vargas e a queda da ditadura, em 1945, o Estado guardaria as suas características de um poder autonomizado no espaço

> político. Continua, desta maneira, a expressar os compromissos básicos entre os grupos dominantes através da manutenção do seu papel arbitral, diante dos interesses imediatos das elites urbanas e agrárias, na medida mesmo em que estas não encontravam forças para estabelecer uma hegemonia indiscutível no interior da estrutura de poder. Porém, agora, este papel teria de ser exercido pelo Estado, dentro de um novo contexto social, que cobra um novo tipo de legitimidade do poder e que, de uma forma ou de outra, passa pela questão da incorporação política das massas assalariadas dos centros urbanos (cuja presença, no cenário político, torna-se nítida desde a década de trinta) (AZEVEDO, 1982, p. 35).

Após a redemocratização que instaurou a "Nova "República" em 1985, as eleições no Estado brasileiro passaram a ser diretas[3]. Em seguida, foi elaborada a Constituição de 1988 ou Constituição Cidadã, como também é conhecida, que apresenta um preâmbulo semelhante ao da DUDH. Essa Constituição deu ênfase para as seguintes questões: Estado democrático, liberdade, segurança, bem-estar, desenvolvimento, justiça, igualdade, direitos sociais e sociedade sem preconceitos. No seu artigo 6º estão elencados os direitos sociais: "a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados" (BRASIL, 1988).

Por considerá-la a mais democrática que o Brasil já teve, Dallari (2007) entende que a Constituição Cidadã precisa ser protegida, porque a todo instante é corrompida por latifundiários e pelo poder público.

No que diz respeito ao Direito à Memória e à Verdade, com o Programa Nacional de Direitos Humanos-3 (PNDH-3)[4], de 2010, o Brasil estabelece um caminho para a concretização da Democracia no Brasil, reconhecendo a memória e a verdade como um Direito Humano para a construção da cidadania, colocando o Estado como responsável por alcançar esta cidadania. No eixo orientador VI, diretriz 23, objetivo estratégico 1, aquele programa propõe:

> Promover a apuração e o esclarecimento público das violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política ocorrida no Brasil no período fixado pelo artigo 8º do ADCT da Constituição, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional (PNDH-3, 2010, p. 212).

---

[3] Em 1984, a Emenda Dante de Oliveira para a eleição direta para presidente não foi aprovada pelo Congresso brasileiro, resultando na eleição indireta do primeiro presidente civil pós-Ditadura, em 1985. Contudo, neste mesmo ano, é aprovada uma emenda para a eleição direta para presidente, que só ocorre em 1989.

[4] O PNDH-3 foi aprovado pelo Decreto nº 7.037, de 21 de Dezembro de 2009, e atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de Maio de 2010.

Também entre as ações programáticas do PNDH-3, estava a formação de um Grupo de Trabalho, representado pelo Ministério da Justiça, pela Casa Civil, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e pelo presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) para criar uma Comissão Nacional da Verdade (CNV), encarregada de apurar as violações aos direitos humanos ocorridas no período definido no art. 8º do ADCT da Constituição (1946-1988).

A Comissão Nacional da Verdade foi criada em 2011 pela Lei 12.528, e instalada em 16 de maio de 2012. Cabe destacar que, tanto esta Comissão, quanto o PNDH-3, é resultado da participação da sociedade, que já reivindicava o Direito à Memória e à Verdade quando a ditadura dava sinais de desgaste.

Entre os grupos que se engajaram nesta causa, evidenciaram-se os movimentos sociais, a classe estudantil, as universidades, os órgãos de direitos humanos, a classe média e os empresários que começavam a perceber falhas na administração militar. A mobilização dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, que buscavam informações sobre o paradeiro destes, teve importância significativa para a mudança de rumos daquele período marcado pela censura, cassações, torturas, mortes e desaparecimentos, e para o retorno da Democracia.

Um dos princípios seguidos por esses grupos foi o de recuperar a memória da ditadura civil-militar para que as gerações futuras soubessem que ela não admitia opositores e para que a bestialidade praticada naquele período contra o ser humano não se repetisse. Assim, para o resgate dessa memória, que para Ricouer (2007, p. 424) “se define, pelo menos numa primeira instância, como luta contra o esquecimento”, os testemunhos das vítimas, ou dos seus familiares, passaram a ser fundamentais, tendo em vista que quase não existiam documentos que comprovassem as arbitrariedades do regime militar e os que existiam, estavam em poder do Estado.

Embora criterioso com o uso do testemunho, sobre esta forma de resgatar a memória Ricouer (2007, p. 170) ressalta:

> O testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das “coisas do passado” (*praeterita*), das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica. Com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental.

À medida que a memória das vítimas da ditadura, que representa a classe minoritária, começa a emergir, entra em conflito com a memória imposta pelo Estado. É o que Ricouer chama de “memória manipulada” que força o que se quer lembrado ou esquecido. É também uma memória em conflito de interpretações na qual “os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde à execração do outro. É assim que se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas reais e simbólicas” (RICOUER, 2007, p. 95).

Nesta perspectiva, ao referir-se a uma memória em disputa, Pollak (1989, p. 2-3) fala de uma “memória proibida e, portanto, clandestina” tomando como exemplo a desconstrução do mito em torno de Stálin quando Nikita Krushev denunciou seus crimes no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Trazendo este exemplo para o Brasil, quando essa memória “proibida” de Pollak vem à tona, faz ruir a memória montada pelo regime militar que forjava histórias inimagináveis para encobrir seus crimes.

Pollak entende como memória subterrânea a memória silenciosa, “não dita”, que espera o momento certo para aparecer. É o caso da memória dos crimes enterrados pela ditadura brasileira, que foram emergindo e ganharam força, com a Comissão Nacional da Verdade. Para este autor, quando o tabu da memória oficial é vencido “uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória” (POLLAK, 1989, p. 3). Dessa forma, o Estado não vê outro caminho a não ser revisitar a memória coletiva do passado, embora com cautela, para atender às reivindicações propostas.

Um dos meios para se revisitar o passado é a história oral que, como suporte da memória, dá voz aos grupos subalternos, pois “[...] ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à ‘Memória oficial’, no caso a memória nacional” (POLLAK, 1989, p.2).

Nesse sentido, para que a memória coletiva seja construída e ativada, segundo Halbwachs (2003, p. 72) é imprescindível que a memória individual lhe dê suporte, pois ela não está só e absorve fatos da memória coletiva como partes de sua lembrança,

> Examinemos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento

> da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente.

1.2 COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E CAMPONESES DESAPARECIDOS

A Lei de Anistia de 1979 "permitiu a volta dos exilados, mas ao impor obstáculos à investigação do passado recente, negou aos familiares de mortos e desaparecidos políticos, a possibilidade de conhecer a verdade sobre esses crimes e de contar sua história, dificultando a constituição da memória" (TELES, 2013, p. 2).

Essa Lei não só impediu a reconstrução da memória como eternizou uma dor nos familiares dos desaparecidos políticos, impossível de descrever, como assinala Dom Paulo Evaristo Arns

> Não há ninguém na Terra que consiga descrever a dor de quem viu um ente querido desaparecer atrás das grades da cadeia, sem mesmo poder adivinhar o que lhe aconteceu. O "desaparecido" transforma-se numa sombra que ao escurecer-se vai encobrindo a última luminosidade da existência terrena (ARNS, 1985, p. 12).

Apesar da imposição do silêncio descrito por Teles e da eternização da dor mostrada por Arns, podemos dizer que, nos últimos anos, o Estado brasileiro vem progredindo no sentido de revelar o obscurantismo repressivo dos tempos de ditadura quando se volta para a reconstituição da memória. Contudo, não foi apenas o Executivo quem tomou tal iniciativa. A pressão da sociedade civil foi a mola propulsora para essa guinada na história do país.

Nesse sentido, o Direito à Memória e à Verdade se tornou um dos temas de maior destaque no meio acadêmico, nos movimentos sociais e nos órgãos de Direitos Humanos. Conforme mencionamos, quando a ditadura já caminhava para o fim, a necessidade de se criar uma Comissão comprometida com a verdade sobre crimes ocorridos contra opositores políticos do regime militar, era reivindicada por suas vítimas e pelos familiares de mortos e desaparecidos. Então, buscando se retratar com a sociedade, em 2012 o Governo Federal instalou a tão esperada Comissão Nacional da Verdade. Porém, até que essa Comissão fosse criada, um difícil caminho foi percorrido:

> Depois de quase sufocado, com a controvertida Anistia de 1979, o tema direito à memória e à verdade voltou a adquirir visibilidade nos anos 90. No Congresso Nacional, em 1991, o deputado Nilmário Miranda, ex-preso-político, teve êxito na proposta de criar uma Comissão de Representação Externa da Câmara, para acompanhar as buscas do cemitério de Perus e apoiar as famílias dos mortos e desaparecidos (BRASIL, 2007, p. 32).

Em 1995, aconteceu um encontro dos familiares de mortos e desaparecidos com o ministro de Justiça, Nelson Jobim, sob orientação do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que priorizou o respeito aos Direitos Humanos. Com a persistência desses familiares o Estado reconheceu 136 desaparecidos políticos pela repressão civil-militar com a Lei nº 9.140/95, que instalou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), responsável por investigar e encontrar os restos mortais dos desaparecidos e conceder indenização às suas famílias.

Além das Comissões de Familiares de Mortos e Desaparecidos, essa conquista foi fruto do empenho das Comissões de Familiares de Presos Políticos e do grupo Tortura Nunca Mais, que receberam apoio do então chefe de gabinete do Ministério de Justiça, José Gregori (BRASIL, 2007).

Esse processo teve continuidade com a criação da Comissão de Anistia, em 2001, pela Medida Provisória n.º 2.151, com o objetivo de analisar os pedidos de indenização das pessoas que foram impedidas, por motivos políticos, de exercer atividades econômicas no período definido pelo Art. 8º do ADCT, da Constituição Federal de 1988. Vinculada ao Ministério da Justiça, a partir de 2007 a Comissão de Anistia, passou a realizar Caravanas de Anistia, com sessões de apreciação dos processos nas cidades de origem, oportunidade em que se pede, oficialmente, desculpas em nome do Estado brasileiro pelas violações praticadas entre 1946-1988 (ABRÃO, 2012).

Novos estudos demonstram que o Brasil vem buscando romper o silêncio sobre o que realmente aconteceu com as vítimas que resistiram à opressão militar. No ano de 2007, o livro-relatório *Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*, foi publicado com apoio da Presidência da República. Lançado vinte e oito anos após a Lei de Anistia de 1979, o relatório apresenta os onze anos de trabalho da CEMDP. Já o livro *Retrato da Repressão Política no Campo Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*, publicado em 2011, com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é outra iniciativa do governo federal. Nele é explorada a

violência no meio rural, empregada pelos latifundiários e pelo Estado antes e durante a repressão militar.

Lançado em 2013, o livro *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de transição*, resultado de uma pesquisa da Secretaria de Direitos Humanos, coordenada por Gilney Viana, revela o expressivo número de 1.196 camponeses mortos e desaparecidos entre 1961 e 1988. As referidas obras mostram que o Brasil vem tentando, ainda que em passos lentos, resgatar a memória e se reconciliar com um passado que manchou sua história.

Voltando-se para a esfera estadual, depois de estabelecida a CNV, foi criada pelo governador Ricardo Coutinho, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), com o Decreto nº 33.426, de 31 de outubro de 2012, a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB). A referida Comissão nasce para apurar e esclarecer, através de provas e num período de dois anos, as violações aos direitos humanos que ocorreram no estado da Paraíba, ou com paraibanos que estavam em outros estados ou países, de 1964 a 1985 (PARAÍBA, 2013).

Através do Ato Governamental nº 6.018, de 11 de março de 2013, Ricardo Coutinho designou os seguintes membros para a CEVPM-PB: Paulo Giovani Antonino Nunes (Presidente), Fábio Fernando Barbosa de Freitas, Iranice Gonçalves Muniz, Irene Marinheiro Jerônimo de Oliveira, João Manoel de Carvalho, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Waldir Porfírio da Silva. Vale salientar que, com exceção deste último, indicado pelo Governo, a escolha dos membros foi realizada após consulta a várias entidades como: Universidade Federal da Paraíba, Comissão Pastoral da Terra, Associação Paraibana de Imprensa, Comissão de Direitos Humanos de Campina Grande, Memorial das Ligas Camponesas, Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, entre outras de igual importância (PARAIBA, 2013).

As informações das atividades que a CEVPM-PB vem realizando, desde a sua instalação, podem ser encontradas no sítio eletrônico[5], na sua página do Facebook e no seu Relatório Parcial, lançado neste ano de 2014. Como resultados dessas atividades, destacamos a foto 01, que mostra os desaparecidos políticos paraibanos reconhecidos pela Lei nº 9.140/95. Ao lado de outras quatro vítimas, João Alfredo Dias (Nêgo Fuba), militante do Partido Comunista Brasileiro e orador da Liga Camponesa de Sapé e Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro), segundo secretário desta Liga, aparecem como primeiros desaparecidos do regime militar:

[5] Endereço: <http://www.cev.pb.gov.br/index.php/inicio/cevpb>

Foto 01 - Paraibanos reconhecidos como mortos e desaparecidos políticos

Fonte: Acervo da CEVPM-PB

A repressão que se instalou na Paraíba, após o Golpe Civil-Militar de 1964, deixou sequelas nas suas vítimas que, durante anos, não puderam expor suas dores, com a imposição do esquecimento por parte do Estado autoritário. Em vista disso, o desaparecimento de Nêgo Fuba e de Pedro Fazendeiro fincou cicatrizes nos seus familiares, porque há cinquenta anos sem notícias, eles ainda não puderam enterrar seus corpos, chorar o seu luto e seguir adiante. Esses dois casos ainda não foram encerrados, pois, como aponta Teles (2013, p. 3):

> O silêncio e o esquecimento introduzidos pelo terror do desaparecimento criam uma situação sem um fim, perpetuando a tortura que é vivenciar a ausência dos corpos e de informações a respeito dos parentes queridos. O desaparecimento e a falta de um momento de luto assumem uma dimensão tal que impossibilita a emergência de representações de um corte, de um antes e um depois.

Sem informações e amargando a agonia da espera, o doloroso caminho encontrado pelos familiares dos desaparecidos é testemunhar em busca de justiça e para impedir que a morte dos seus entes queridos, que lutaram pelo bem comum, seja esquecida. Nesse sentido, a CEVPM-PB tem, nos testemunhos, uma importante ferramenta para a elucidação dos fatos e reconstituição da memória. Assim, tendo em vista o ritmo intenso dos seus trabalhos, no dia 15 de julho de 2013, na Escola Estadual Monsenhor Odilon Alves Pedrosa, município de Sapé, a Paraíba teve o privilégio de vivenciar um momento único na sua história. Estamos nos referindo a uma Audiência Pública, realizada com apoio da CNV e da Frente Parlamentar pela Verdade, do Gabinete da Deputada Luiza Erundina.

Na ocasião, foram ouvidas vítimas da repressão militar por seu envolvimento nas Ligas Camponesas Paraibanas e os depoimentos eram intercalados com perguntas dos membros das Comissões Nacional e Estadual da Verdade. Entre os depoentes estavam Francisco de Assis Lemos de Souza (Presidente da Federação das Ligas Camponesas, deputado cassado, preso e torturado), Ofélia Amorim (presa por advogar para as Ligas), Antonio Dantas (fundador da Liga de Santa Rita) e Elizabeth Teixeira (presa várias vezes e vítima da clandestinidade). Houve ainda o comovente testemunho de Josineide Araújo, filha de Pedro Fazendeiro, sobre o qual destacaremos alguns trechos.

Referindo-se à Lei de Anistia, Josineide declarou que não a reconhecia, porque seu sofrimento não foi só na época da repressão militar, período em que passou fome e durante o qual morou numa casa de palha. Para ela, que viu a mãe perder a visão por ter de costurar no escuro para sustentar os filhos "a ferida não fecha" e a amargura continua, pois com a Anistia, o seu pai não foi encontrado, e, ao falar sobre uma espera que se arrasta por cinquenta anos, desabafa: "a minha vida é uma eterna tortura" (PARAÍBA, 2013).

Podemos ver a expressão sofrida e de repulsa de Josineide Araújo no centro da foto 02, de pé, testemunhando a dor que o regime militar causou na sua vida, com o desaparecimento do seu pai, sob o olhar atento de Assis Lemos, à sua direita, e a concentração de Ofélia Amorim, à sua esquerda.

Foto 02 – Josineide Araújo em depoimento à CEVPM-PB e à CNV

Fonte: Acervo da autora

Com relação aos trabalhos da CEMDP que, em tentativas frustradas de escavações, no ano de 1996, não encontrou os restos de Pedro Fazendeiro, encerrando o caso com uma indenização, Josineide confessa que dinheiro não vale a vida do seu pai, pois no lugar dos

cem mil reais que sua família recebeu, preferia tê-lo vivo em casa. Dessa maneira, ainda com esperança de encontrar algum vestígio do pai, faz um pedido para a CEVPM-PB: “Lutem para que os fatos sejam descobertos!”. Em seguida, com voz embargada e olhos em lágrimas, faz outro apelo: “os ossos foram o que restaram e eu quero poder enterrar pelo menos um”. A angústia dessa filha que não teve o direito de enterrar o corpo do pai, nem de saber como ele morreu é o que Teles (2013, p. 11) chama de “imaterialidade da morte”.

O relato de Josineide comoveu os presentes, particularmente a deputada Luiza Erundina, que expôs sua indignação diante da demora do Estado brasileiro em elucidar as atrocidades ocorridas durante o regime militar, bem como em efetivar a Reforma Agrária. A fala da deputada complementou a voz contida de Josineide, porque na medida em que expressava seu descontentamento, como se quisesse amenizar a dor daquela depoente, perguntava insistentemente: até quando aqueles testemunhos sofridos seriam ouvidos sem que o país nada fizesse? Para Luiza Erundina, por levarem as vítimas à angústia da repetição, os testemunhos deveriam cessar dando lugar a ações e, complementando seu protesto, enfatizou que as Ligas estavam vivas, pois trabalhadores rurais continuavam sendo assassinados.

É oportuna a fala de Luiza Erundina no sentido de que o Estado deve agir diante da exposição das vítimas, no entanto, os testemunhos, por mais dolorosos que sejam, devem ser repetidos para elucidar os acontecimentos e para a construção da memória, até que algo seja feito. Sobre a importância dos testemunhos também como uma maneira de vivenciar o luto, Teles (2013), assinala:

> Passados tantos anos após os crimes do terrorismo de Estado no Brasil, sobreviventes e familiares continuam buscando na história dos fatos o elemento que lhes assegure o valor de suas denúncias e a compreensão, algo que confira significado às experiências que marcaram suas vidas. Mas se o luto somente pode ocorrer através do testemunho, o dilema dos sobreviventes precisa conviver com a dificuldade de se estabelecer *correspondências* entre a experiência e a narrativa, entre o vivido e a palavra, com a indiferença e a ausência de escuta (TELES, 2013, p. 3).

Para a autora, mesmo que não sejam ouvidos, os testemunhos denunciam os fatos, posto que são uma forma que as vítimas têm de narrar suas experiências e de tê-las reconhecidas.

Naquela mesma Audiência, Assis Lemos, uma das figuras de destaque das Ligas Camponesas, que na foto 03 está de pé, ao microfone, também deu seu depoimento. Com o Golpe, ele teve o seu mandato de Deputado Estadual cassado, foi preso e torturado pelo Exército. Cabe destacar que, neste e na maioria dos seus depoimentos, Assis Lemos sempre

ressalta e lamenta o desaparecimento de Nêgo Fuba e de Pedro Fazendeiro. Em várias ocasiões ele se esquece de falar de si mesmo para enaltecer os companheiros desaparecidos e sempre recomenda: “se quiserem saber quem matou Pedro Fazendeiro e Nêgo Fuba, procurem o Major Cordeiro, do 15º RI”.

Foto 03 – Assis Lemos em depoimento ``a CEVPM-PB e à CNV

Fonte: Acervo da autora

Outro depoimento que marcou as oitivas da CEVPM-PB, em 06 de setembro de 2013, foi o de Marina Dias (foto 04), irmã de Nêgo Fuba, que desapareceu do 15º RI junto com Pedro Fazendeiro, em 1964. Assim como Assis Lemos, Marina responsabilizou o Major Cordeiro pelo desaparecimento do irmão e, sobre as torturas que ele sofreu, declarou: "Nas visitas que fiz a ele quando estava preso, notei que estava com o rosto gordo. Aí ele me disse que estava comendo muito. Depois me disseram que ele estava recebendo muitos murros na região do fígado, sendo torturado”.

Vítima da intolerância que se abateu na Paraíba com o Golpe, Marina teve que fugir para o Rio de Janeiro, onde sobreviveu como empregada doméstica, porque foi hostilizada pela população de Sapé por ser irmã de Nêgo Fuba. Em depoimento prestado no Seminário Memória Camponesa em 2006, Marina expõe o que passou naquele momento:

> Eu saía na rua e todo mundo: “olha lá, a Nega Fuba. Essa daí é a irmã do Nego Fuba, é a Nega Fuba”. Eu vi que estava muito humilhada naquele lugar onde nasci, eu não podia mais ficar ali e resolvi ir embora para o Rio de Janeiro. Fui, trabalhei em casa de família, trabalhei na casa de coronel, trabalhei na casa de major, mas nunca falei quem eu era. Eu era doida, para falar quem eu era? Eu ia ser presa. Nunca falei quem eu era (SEMINÁRIO MEMÓRIA CAMPONESA, 2006, p. 28).

O caso de Marina evidencia a participação da sociedade no Golpe Civil-Militar, seja com ajuda financeira, seja menosprezando os opositores do regime ou seus familiares.

Foto 04 – Marina Dias em depoimento à CEVPM-PB

Fonte: Acervo CEVPM-PB

Numa sessão especial da Assembleia Legislativa do estado paraibano, dirigida pelo Deputado Anísio Maia, em outubro de 2013, foram homenageados alguns militantes do PCB torturados e assassinados durante o regime militar. Na ocasião, Náugia Araújo, filha mais nova de Pedro Fazendeiro, um dos homenageados, falou sobre o desaparecimento do seu pai e da dor de não poder enterrá-lo, como mostra a foto 05.

Foto 05 – Náugia Maria de Araújo em depoimento na Assembleia Legislativa da Paraíba

Fonte: <http://www.al.pb.gov.br/10685/sessao-especial-homenageia-militantes-assassinados-periodo-ditadura.htm>. Acesso em: nov. 2013.

No depoimento de Náugia, percebemos a mesma aflição da sua irmã Josineide, naquela Audiência Pública em Sapé. Náugia falou dos tempos difíceis, da tristeza de ver a mãe morrer aos poucos sem saber notícias do pai desaparecido e das propostas indecentes que sofreu com as irmãs nos trabalhos por serem filhas de Pedro Fazendeiro. Assim como Josineide, num momento emocionante da sua fala, Náugia pediu ao Prof. Paulo Giovani, presidente da CEVPM-PB, "para ter o prazer de, pelo menos, enterrar os restos mortais do seu pai".

O desejo de por um fim num mistério que dura cinquenta anos é evidenciado nos testemunhos das filhas de Pedro Fazendeiro e da irmã de Nêgo Fuba, mostrando que a força repressora do Estado continua torturando as famílias destes líderes camponeses quando as impediu de enterrá-los e de conhecer a verdade sobre o desaparecimento.

Padrós (2014) traz algumas questões que exemplificam o tormento destes familiares:

> Para esquecer é necessário conhecer; se conhecemos, lembramos e se lembramos, exercendo o direito de opção, podemos esquecer. Só que este é o grande desafio dos familiares dos desaparecidos. Não se trata do que fazer para lembrar, mas de como agir se os fatos que conformaram o desaparecimento continuam sendo desconhecidos. Neste sentido, o esquecimento, a imposição de memórias recicladas ou o apagamento são parte do problema. Mas permanece uma questão anterior: como esquecer, reciclar ou apagar o que não se conhece? Os relatos pulverizados e os fragmentos da sobrevivência esboçam um cenário que ainda é um grande quebra-cabeça e onde faltam, ainda, muitas peças. Como foram desaparecidos? Quem decidiu pelo desaparecimento? Quem os desapareceu? Quem decidiu onde e quando? Quem viu? Quem sabe? Quem participou? (PADRÓS, 2014, p. 16).

Trazer respostas para estas questões faz parte do intenso trabalho que a CEVPM-PB vem desenvolvendo, com afinco, no Estado da Paraíba. Trabalho que pode trazer um desfecho para a família de Pedro Fazendeiro e de Nêgo Fuba, pois, de acordo com o Relatório Parcial desta Comissão lançado neste ano de 2014, caminhos estão sendo trilhados para esclarecer os fatos.

Além de solicitar a reabertura do caso de Pedro Fazendeiro ao Ministério Público Federal (MPF), em 16 de outubro de 2013, o Grupo de Trabalho (GT), Mortos e Desaparecidos Políticos da CEVPM-PB enviou o ofício de nº 047/2013 para a CNV do Rio de Janeiro, a fim de intimar o Major José Benedito Montenegro dos Magalhães Cordeiro (Major Cordeiro), que reside naquele Estado, o qual foi denunciado como torturador e responsável pelo desaparecimento de Nêgo Fuba e de Pedro Fazendeiro do 15º Regimento de Infantaria,

bairro de Cruz das Armas, em João Pessoa. Contudo, este Major tem se recusado a dar declarações, e sua família tem evitado aproximação[6] (CEVPM-PB, 2014).

Conforme aquele GT, o conteúdo de um ofício de 17 de fevereiro de 1965, enviado da Secretaria de Segurança do Estado da Paraíba para Pedro Gondim, governador deste Estado naquela época, confirma o envolvimento do Major Cordeiro no desaparecimento de Pedro Fazendeiro e de Nêgo Fuba do 15º RI:

> **As autoridades públicas estaduais só tiveram sob sua responsabilidade os citados líderes até a apresentação dos mesmos àquela Organização Militar (Guarnição Federal)**. Pedro Inácio de Araújo e João Alfredo Dias, ainda em abril de 64, tendo este último estado na Delegacia de Ordem Política e Social, entre 5 e 9 de maio para interrogatório, voltando em seguida para o 15 RI **nenhum controle teve mais esta Secretaria sobre os mesmos** (PARAIBA, 2014, p. 34, grifos do autor).

Com este ofício, fica claro que Pedro Fazendeiro e Nêgo Fuba desapareceram do 15º RI, ou seja, do Exército, que era presidido pelo Major Cordeiro. No entanto, só a confissão deste Major pode solucionar esse caso.

[6] Segundo informações da CEVPM-PB uma audiência pública chegou a ser agendada para ocorrer no Rio de Janeiro, mas foi adiada para uma nova data, a ser marcada, por que o Major alegou problemas de saúde.

2 DAS LIGAS CAMPONESAS AO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

É melhor morrer na luta do que morrer de fome
Margarida Maria Alves

Esta frase da líder sindical rural assassinada em 1983, em Alagoa Grande-PB, sintetiza o pensamento e a ação dos que a antecederam nas Ligas Camponesas.

Quando as primeiras Ligas Camponesas do século XX[7] surgiram no Nordeste brasileiro, o país vivia uma fase de desenvolvimento e industrialização, acentuada no governo de Juscelino Kubitschek (JK). No entanto, segundo Moreira (2003), em contraste ao avanço do desenvolvimento econômico que o governo de JK proporcionou ao Brasil de 1956 a 1960, fortalecendo as já implantadas bases do governo de Getúlio Vargas, houve desprezo quanto às questões agrárias anunciadas no seu Plano de Metas.

O sistema agrário permaneceu inalterado, num momento em que se pregava o crescimento do país, pois o nacional-desenvolvimentismo "incentivou a modernização da agricultura, a expansão das fronteiras agrícolas sobre bases oligárquicas e, sobretudo, um modelo de industrialização que, ao se eximir de qualquer política social reformista, criava laços estáveis entre os grandes interesses rurais e urbanos" (MOREIRA, 2003, p. 188).

No final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, a discussão sobre a questão agrária fazia parte da polêmica sobre os rumos que deveria seguir a industrialização brasileira, porque se olhava o atraso da agricultura no Brasil como um obstáculo ao desenvolvimento econômico. O processo de industrialização pelo qual o país vinha aumentando sua renda estava alargando a sua produção agropecuária e provocando impactos negativos sobre o nível de renda e de emprego da sua população rural.

Sobre esta questão, Souza (2003) aponta que a agricultura brasileira, bem como a questão agrária, foi colocada como um dos temas centrais para discussão no final dos anos 1950 e na década de 1960. Os analistas adeptos da CEPAL (Comissão Econômica para a

---

[7] Embora não tivessem o mesmo caráter das Ligas Camponesas do século XX, no Brasil, as primeiras resistências com intuito de se fixar na terra ocorreram no fim do Império e início da República com a Guerra de Canudos, no sertão da Bahia (1893-1897) e a Guerra do Contestado, no Paraná e em Santa Catarina (1912-1916). Encabeçando as primeiras resistências camponesas, próximas à segunda metade do século XX, destacam-se as Revoltas de Trombas e Formoso, que eclodiram em 1948, no estado de Goiás, devido à estrada Transbrasiliana, no município de Uruaçu, que posteriormente, em 1956, faria parte da Rodovia Belém-Brasília. Outro movimento de resistência camponesa foi a Revolta de Porecatu, no Paraná, que ocorreu no mesmo período dos conflitos de Trombas e Formoso (MARTINS 1995).
Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, também presenciou uma resistência camponesa devido a expulsões de posseiros por proprietários grileiros, que se apossavam das terras desde 1940 (CAMISASCA, 2009).

América Latina), ligada à composição progressista, buscavam indicar que a estrutura agrária muito concentrada, limitava a industrialização do país.

Já Silva (1998, p. 32) assinala que a concentração da propriedade e da posse da terra nas mãos de poucos latifundiários, representava para os progressistas, que queriam a industrialização do país, um "estrangulamento" na oferta de alimentos aos setores urbanos, pois a produção seria incompatível com o crescimento dos preços, seria inflexível.

Diante do desenvolvimento industrial desigual, que vinha ocorrendo nas diferentes regiões do Brasil, a situação do Nordeste persistia com a pobreza e o subdesenvolvimento, com um alto índice de imigração, fato que gerou a explosão de movimentos sociais. Pensando na superação desse quadro, foi criada, no ano de 1959, por Celso Furtado, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). (SOUZA, 2003).

Este órgão se fundamentava nas ideias do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que tinha como estratégia resolver o agravamento dos desequilíbrios regionais entre Nordeste e Centro-Sul, num momento em que o governo federal passou a enxergar que o Nordeste não necessitava apenas de políticas de combate à seca. O Estado brasileiro, através dos planejamentos deste órgão, se mobilizou para ir além do combate às secas do Nordeste, e procurou agir para corrigir suas disparidades regionais, cuidar da reforma agrária e financiar sua industrialização, com vistas a promover uma equiparação frente à região Centro-Sul. Acreditava-se que a industrialização seria a alavanca que impulsionaria o desenvolvimento (SOUZA, 2003).

Apesar destas iniciativas, Moreira (2003) mostra que, durante o governo de JK, o Brasil cresceu economicamente do mesmo modo que a dívida externa aumentou. Ele não definiu uma política em favor da Reforma Agrária, que era reivindicada pelas Ligas Camponesas, e o desenvolvimento industrial do país elevou as disparidades entre o Nordeste pobre e subdesenvolvido e o Sudeste desenvolvido. Além disso, os interesses industriais no Brasil eram sólidos e não foram amparados apenas pelos "progressistas", mas por vários partidos, particularmente pelo PSD (Partido Social Democrata) e UDN (União Democrática Nacional), maiores legendas da época, representadas, em grande parte, pelo bloco ruralista. Para esta autora, JK deixou para o país uma herança de dívida externa e não realizou o desenvolvimento social que havia prometido. Ao contrário do Sudeste, o índice de vida no Nordeste não foi elevado e a população do campo continuou sem direito à terra e aos direitos básicos de saneamento, educação e legislação trabalhista.

Apesar do crescimento na economia, o Brasil continuou como um país subdesenvolvido, marcado pela miséria e pela desigualdade social. Foi nesse contexto de

industrialização nacional, modernização e entrada do capital no campo e disparidades regionais, que as Ligas Camponesas surgiram.

As Ligas Camponesas caracterizaram um movimento social que ganhou força através de associações civis beneficentes, que amparavam os camponeses excluídos dos direitos sociais que não alcançavam o campo nas décadas de 1950 e 1960. Também reivindicavam a Reforma Agrária, tendo em vista que a terra era motivo de disputas entre camponeses e latifundiários. O nome Ligas Camponesas foi atribuído pela imprensa que objetivava relacionar este movimento com as Ligas criadas pelo PCB, na década de 1940, colocando a população contra ele (AUED, 1986; MONTENEGRO, 2003; SOUZA, 1996).

Com o fim do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), assinalado por quase dez anos de ditadura, as primeiras Ligas tiveram apoio do PCB que, por estar na legalidade, ajudou a criá-las. Como único partido que se dedicava à massa rural, o PCB buscava expandir suas bases políticas para além das fronteiras urbanas, ao consolidar a ideia de uma aliança operário-camponesa, em contestação ao latifúndio e ao imperialismo, como destaca Morais (2006, p. 23): "as organizações atuavam segundo as táticas ditadas pelo PCB, que propugnava uma política de acumulação de forças (militares e de eleitores), sob a palavra de ordem de uma unitária e disciplinada aliança operário-camponesa".

Embora não fosse proibido, era difícil organizar sindicatos rurais entre os anos 1945-1947 pelas dificuldades jurídicas, por isso, criavam-se Ligas Camponesas. Sobre a burocracia que impedia a organização desses sindicatos, Aued (1986, p. 32) comenta:

> A criação de Ligas Camponesas, ao invés de sindicatos rurais, é explicada como uma maneira de fugir à rigidez institucional, ao burocratismo já existente no sindicalismo urbano e também ao conjunto de restrições ao sindicalismo rural, na década de quarenta. Muito embora existisse, desde novembro de 1944, o Decreto-Lei nº 7.038/44, que outorgava direitos trabalhistas ao trabalhador rural, assim como o direito de se organizar em sindicatos rurais, de fato, quase nada havia neste sentido.

Diante dos entraves jurídicos desse período, foram registrados o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (RJ), em 1933, o da Usina Barretos (PE), em 1954, além de dois em São Paulo e um na Bahia.

A esse respeito, Morais (2006, p. 22) destaca que, no Brasil, até 1963, "existia, *de jure*, uma relativa liberdade sindical estabelecida no Direito Positivo (Consolidação das Leis do Trabalho) e, *de facto*, uma rígida restrição ao sindicalismo rural, ditada pelo contexto político de governos comprometidos com os latifundiários". Mas apesar das restrições, aproveitando um

espaço do Código Civil, que permitia a criação de associações, o PCB conseguiu organizar várias Ligas Camponesas no período de 1945 e 1947, recebendo, com isso, apoio dos camponeses que elegiam os candidatos comunistas para seguirem representando a massa rural.

Entretanto, as Ligas mal haviam germinado, quando foram abafadas com a cassação do registro do PCB, em 1947[8], sem ter lançado nenhum líder camponês. Nesse período, começaram os assassinatos e prisões no setor rural, sob a conivência do governo Dutra, de modo que as Ligas só ressurgiram em 1955, no estado de Pernambuco.

2.1 ENGENHO GALILEIA: NASCE A LIGA-MÃE

Conforme Azevedo (1982), o Engenho Galileia, localizado no município de Vitória de Santo Antão, agreste e zona da mata do estado pernambucano, abrigava 140 famílias de foreiros em suas terras quando a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP) foi criada, no dia 1º de janeiro, de 1955.

A SAPPP foi organizada com o apoio de Zezé da Galileia e de José dos Prazeres, este um camponês que, segundo Morais (2006), destacou-se por atuar em causas sociais e como secretário nas organizações camponesas, próximas do Recife, Pernambuco. A primeira Liga organizada por Prazeres, com a ajuda do irmão Amaro de Capim e do comunista Carlos Cavalcanti, foi a de Iputinga, em Recife, em 1946, quando as Ligas ainda germinavam, timidamente (MORAIS, 2006; RANGEL, 2000).

Quanto ao nascimento da SAPPP, Azevedo aponta que existem versões “ingênuas” e discorda das que afirmam que a associação nasceu apenas com o objetivo de levantar meios para comprar caixões e prestar serviços funerários. O autor ampara sua hipótese numa carta de conteúdo político de José dos Prazeres, endereçada a Clodomir de Morais, cujo teor informava que a primeira diretoria da Sociedade Agrícola do Engenho Galileia, estabeleceu-se da seguinte forma: Presidente: Paulo Travassos (depois Zezé da Galileia); 1º secretário: Oswaldo Lisboa; 2º Secretário: Severino de Souza; 1º Tesoureiro: José Hortêncio. O Conselho Fiscal era composto por Amaro Aquino, Oswaldo Campelo e João Virgínio. José dos Prazeres apenas orientava, politicamente, as atividades da Sociedade sem, porém, ocupar nenhum cargo, embora seu nome figurasse como Diretor Social na publicação do estatuto da sociedade no Diário Oficial (AZEVEDO, 1982, p. 59-60).

[8] O PCB havia sido legalizado no período de redemocratização e formação do novo sistema partidário em 1945 e foi cassado no início da Guerra Fria.

Num outro ponto desta mesma carta, Azevedo lista os objetivos da SAPPP, na qual constavam fins assistenciais para a criação de escolas, formação de uma caixa funerária e assistência médica e jurídica para os associados. O autor destaca ainda o trecho de uma entrevista de Zezé da Galileia para o Estado de São Paulo em 08/08/1961, explicando como de dava o benefício funerário: "veja, quando um de nós morria, o caixão era emprestado pela Prefeitura; depois que o corpo era levado à vala comum, o caixão voltava para o depósito municipal. Hoje, a Liga paga o enterro e o caixão desce com o corpo" (AZEVEDO, 1982, p. 60).

As palavras de Zezé da Galileia são um contraponto para o argumento de Azevedo, porque reforçam a penúria em que viviam os camponeses daquela época, que não podiam comprar caixões para enterrar seus mortos. Elas evidenciam que criar um fundo para a compra de caixões mortuários foi um dos objetivos principais para a fundação da SAPPP, embora a resistência ao aumento do foro e às expulsões da terra tenham se destacado posteriormente.

Numa casa simples, como vemos na foto 06, está o local de fundação da SAPPP com alguns camponeses e suas vestimentas peculiares, como se estivessem em reunião ou em busca de informações.

Foto 06 – Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco

Fonte: Página eletrônica A voz da vitória[9]

[9] Disponível em: <http://www.avozdavitoria.com/tag/engenho-galileia/page/2/>. Acesso em: 15 fev. 2014.

A SAPPP foi criada para enfrentar algumas das muitas dificuldades dos camponeses frente à estrutura vigente, numa faixa estreita litorânea, que concentrava a monocultura do açúcar e favorecia o trabalho agroindustrial da região, como avalia Azevedo,

> Foi nessa estreita faixa litorânea, especialmente na Zona da Mata sul pernambucana, onde se travaram as lutas mais renhidas e duras entre o movimento camponês e os grandes proprietários de terra (chamados, ao nosso ver apropriadamente, de "barões do açúcar"), e que terminou por transformar a imagem tradicional de um Nordeste da seca e dos retirantes, vítima da inclemência do tempo, em um Nordeste subitamente transfigurado num "barril de pólvora", prestes a explodir com a violência das tensões sociais (AZEVEDO, 1982, p. 44).

Apesar da tensão, este "barril de pólvora" do Engenho Galileia não ofereceu riscos enquanto o seu proprietário, Oscar Beltrão, esteve como Presidente de Honra da Sociedade Agrícola. Porém, os tempos de relativa paz acabaram quando o seu filho assumiu o controle do Engenho, e substituiu as plantações dos moradores por criação de gado, persuadindo, ainda, o pai a desistir da Presidência da Sociedade, dissolvendo-a e ameaçando represálias, aumento do foro e expulsão dos foreiros. Como não concordaram com estas ações, os camponeses foram ao Recife procurar respaldo jurídico-político além dos limites daquele Engenho.

Após ter estado com o governador Cordeiro de Farias, José dos Prazeres se aproximou de Francisco Julião Arruda de Paula, advogado e Deputado Estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Quando procurado pelos camponeses do Engenho Galileia, Julião se prontificou para defendê-los na Justiça, sem cobrar honorários, e foi eleito Presidente de Honra da SAPPP. Este advogado logo observou que aquela causa, haja vista a lentidão da Justiça, levaria muito tempo para ser resolvida, e que a luta do campo, na verdade, consistia num sério problema político. Os camponeses amargavam uma longa espera pelo deferimento da demanda judiciária, de modo que, na maioria das vezes, quando isto acontecia, já não moravam no mesmo lugar (SOUZA, 1996).

Assim, com o apoio de Julião na Assembleia Legislativa, foi aprovado o projeto de desapropriação do Engenho Galileia. Conforme Rangel (2000), este projeto foi apresentado pelo deputado Carlos Luiz de Andrade, suplente de Julião, cuja fundamentação foi obtida a partir da Constituição de 1946 que assegurava a desapropriação com interesse social com prévia indenização em dinheiro.

A autora explica que, no ano de 1959, quando ocorreu esta desapropriação, o Congresso Nacional vinha sofrendo pressão por mudanças na legislação trabalhista rural, tendo o deputado Celso Peçanha inaugurado os debates sobre Reforma Agrária na Câmara Federal, em janeiro daquele ano. Nos meses seguintes, estes debates tiveram continuidade com os deputados Seixas Dória, Josué de Castro e Coutinho Cavalcanti do PTB, além de vários deputados da Frente Parlamentar Nacionalista.

Na foto 07, com Francisco Julião de branco, embaixo do guarda-chuva, à esquerda, podemos ver a comemoração desta desapropriação, que teve um preço tão elevado, que outros proprietários instigaram a fundação de associações camponesas para que suas terras também fossem desapropriadas. No entanto, a maioria reagiu, por temer que aquele processo lhes trouxesse problemas futuros. A imprensa passou a chamar a SAPPP de Liga Camponesa, tendo nascido, nessa conjuntura, a Liga do Engenho Galileia, primeira do Nordeste.

Foto 07 – Francisco Julião na desapropriação do Engenho Galileia, em 1959.

Fonte: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/Francisco Juliao/foto07.html>. Acesso em: 15 fev. 2014

As comemorações da desapropriação do Engenho Galileia, com camponeses saindo às ruas, repercutiram no país. Tentando conter este avanço, Rangel (2000) aponta que o Jornal O Estado de São Paulo publicou um artigo intitulado Demagogia e Extremismo, em 18 de fevereiro de 1960, repudiando a ação do então governador de Pernambuco Cid Sampaio, em distribuir terras de uma propriedade privada.

Matérias como esta não impediram que Francisco Julião fosse transformado em líder nacional na luta pela Reforma Agrária. Pois, nas reuniões, concentrações ou debates dos quais participava, era aplaudido pela população, de modo que o conhecimento do seu nome excedeu as fronteiras do Brasil. Para Morais (2006, p. 36), Julião era aclamado pelo povo, por que:

> reunia algumas qualidades que o confirmavam, dia após dia, na liderança das Ligas: a paciência e a humildade com que ouvia os camponeses; a prodigalidade com que distribuía favores e dinheiro aos camponeses mais necessitados; o paternalismo em que envolvia suas relações políticas com grupos de camponeses acostumados, por gerações inteiras, ao paternalismo dos grandes donos de engenhos.

Apesar de se utilizar de mecanismos como o paternalismo que favoreciam a acomodação, Julião trabalhava com a formação política do camponês, como demonstra um fragmento do *ABC do camponês*, escrito por ele, com a linguagem simples e convincente que usava para falar com os camponeses sobre a Reforma Agrária e a união no campo:

> A favor de quem deve ser usada essa união? Essa união deve ser usada a favor de todo aquele que lutar pela reforma agrária. Que é a reforma agrária? A reforma agrária é o direito à terra para o camponês trabalhar. É a luta contra o latifúndio. É a criação da média e da pequena propriedade. É a escola para o camponês aprender. É o remédio para o camponês se curar. É a água para o camponês beber. É a semente para o camponês plantar. É o adubo para dar boa safra. É o arado contra a enxada. É o agrônomo indo ensinar o camponês a cultivar a terra. E a defendê-la da erosão. É o fim da seca no Nordeste. É a luta contra o travessão que acabou com a ação do bode e do carneiro. É a faixa verde em torno das cidades e à beira das estradas de ferro e de rodagem. É o dinheiro emprestado em longo prazo. E a juros de 6% ao ano. É o transporte barato para a feira. É o salário justo contra a exploração. É liberdade, contra a escravidão (JULIÃO, 1986, p. 136).

Também, na *Carta de alforria do camponês*, Julião apresentou os caminhos que o camponês deveria seguir para alcançar a Reforma Agrária. Nela, o líder fala de uma lei humana e justa para o campo:

> Lei Civil para ti, se és posseiro ou rendeiro. Lei trabalhista, se és oiteiro, se alugas o teu braço. Tudo está ainda por se fazer. Há século que é assim. Já se gritou demais. E nada. É que o grito veio de cima. De bem poucas vozes. Não abala o latifúndio, que é surdo e tem o coração de pedra. É preciso que o clamor venha de baixo. De ti. Com todos os teus irmãos. Gritando e marchando. Abaixo o latifúndio! Abaixo a tirania! Viva a reforma agrária! Viva a liberdade! (JULIÃO, 1986, p. 143).

A Carta de Julião destaca princípios e necessidade de uma lei de proteção para o posseiro contra o grileiro, pois o posseiro enfrenta as piores intempéries para se fixar na terra, posto que enfrenta serpentes, malária e fome, tendo, por isso, o direito de possui-la e de nunca sair dela. O grileiro, pelo contrário, não pega no pesado e vem tomar as terras do posseiro, protegido por capangas e jagunços tão temíveis quanto ele. A liberdade, um direito civil que

germinou na Revolução Francesa (1789), também é destacada por Julião como necessária para o avanço dos camponeses.

Quanto à democracia que vigorava na época, Julião a descreve como um regime que não pertencia ao camponês:

> Que Democracia é essa que assiste, posseiro, ao teu assassinato frio, que vê teu sangue ensopando a terra que tu conquistaste com o teu machado, e não vai ao teu socorro? Essa Democracia ainda não é a tua. É do grileiro. Quantos rios de sangue ainda correrão por esse Brasil imenso até que a Democracia reconheça que nenhum título de grileiro deve prevalecer sobre o teu título que é a tua própria vida? (JULIÃO, 1986, p. 143).

Quão atuais são as palavras de Julião, se pensarmos que os camponeses continuam sucumbindo nas mãos de grileiros que forjam a posse da terra, acobertados por uma Democracia excludente.

No tocante à estrutura organizacional das Ligas, Morais (2006) esclarece que, com a saída de Oscar Beltrão da presidência da SAPPP e vendo-se desamparados com as repressões policiais, o apoio que José dos Prazeres buscou em Recife foi importante para a formação de um grupo de políticos que apoiou a SAPPP e as delegacias (sucursais). Pois, como gozava de imunidade parlamentar, esse grupo fazia visitas aos lugares em que os camponeses se sentiam ameaçados pela polícia sempre na perspectiva de impedir a violência contra eles. Neste grupo de políticos que passaram a apoiar as Ligas, além de Francisco Julião destacou-se Clodomir Morais, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que também entrou para a história das Ligas Camponesas.

O apoio deste grupo lançou bases para a criação do Conselho Regional das Ligas Camponesas, que seria formado por personalidades urbanas para ampliar “o respaldo jurídico ao movimento camponês e sensibilizar as massas urbanas com relação às palavras de ordem rurais” (MORAIS, 2006, p. 30). Nasceu assim, um ponto importante de propagação e fortalecimento das Ligas, que não se limitaram às organizações camponesas locais, como também regionais, numa forma de se protegerem das ações da polícia e dos latifundiários que teriam mais força para reprimir uma organização local ao invés de regional.

O Conselho Regional deveria ser formado por setores urbanos progressistas e personalidades que entendessem e defendessem a terra para o camponês. É daí que surge a participação urbana no movimento das Ligas. Sendo composto por militantes do PCB e por Francisco Julião do PSB, o Conselho Regional foi importante para expandir o movimento camponês. Entretanto, este Conselho contribuiu para adiar avanços na luta dos assalariados

agrícolas, quando se limitou a examinar as áreas dos posseiros, arrendatários e ocupantes. Em outras palavras, como havia barreiras para a sindicalização rural e os assalariados agrícolas se valiam apenas de decretos institucionais que limitavam sua luta, eles estavam desamparados.

Os assalariados trabalhavam para os proprietários de terras que representavam o capital e viviam em casebres, devendo ao barracão e longe da proteção trabalhista que atuava na cidade e isso dificultava sua organização. Os camponeses, por sua vez, tinham seus interesses defendidos pela sociedade civil que, amparada pelo Código Civil, tinha o direito de organizar associações em curto prazo, bastando reunir um bom número de camponeses "redigir uma ata, publicar a síntese dos estatutos no *Diário Oficial* e registrá-la em um cartório" (MORAIS, 2006, p. 34).

Ainda que não fosse proprietário de terras o camponês (arrendatário, parceiro ou ocupante) podia plantar por meses e não precisava de salários para sobreviver, pois vivia do que plantava e do que vendia nas feiras. No caso de questões com os proprietários, este poderia utilizar a Justiça para defendê-lo no lugar em que vivia e, amparado pelo Código Civil, continuava plantando, colhendo e vendendo seu excedente. No entanto, mesmo tendo representantes na Justiça e com um Código Civil a seu favor, os camponeses tiveram que enfrentar a ira dos latifundiários, que usavam a violência para burlar qualquer código.

Quanto à difusão das Ligas para politizar os camponeses, Morais (2006) indica que, num primeiro momento, se fez com a participação de cantadores, violeiros, estudantes universitários – especialmente do curso de direito, além de grupos de teatro. Nesse primeiro momento, a Reforma Agrária não era defendida ainda, pois se priorizavam as questões de violência no campo, como os castigos corporais, a atuação da polícia e se protestava contra as relações semifeudais como o Cambão, que lembrava a Corveia, trabalho forçado de um, dois ou três dias que caracterizou o feudalismo.

As Ligas Camponesas foram se expandido, tomando como modelo o Estatuto da SAPPP que, na visão de Julião, ampliaria a jurisdição para todo o Estado e evitaria a formação de vários tipos de organizações. Os núcleos passaram a ser chamados de Delegacia, propositalmente para espantar o medo dos camponeses das Delegacias de Polícia, no entanto, mesmo tendo diretorias próprias, as Delegacias seriam regidas pelo Estatuto, que facilitaria a organização de núcleos municipais. Quanto à sede, deveria ser na capital do estado, para unir forças com a classe operária, estudantes e intelectuais, porque os pequenos municípios eram mais vulneráveis ao poder dos latifundiários, como assinala Azevedo (1982, p. 76):

> Essa estrutura orgânica, montada da cidade para o campo, evitava o isolamento do movimento camponês e a sua ação meramente local, ao mesmo tempo em que permitia a sua articulação com as camadas e os setores progressistas da cidade, onde a Ligas iriam buscar e agregar os seus melhores quadros e militantes políticos. Por outro lado, ao localizar a sede estadual das Ligas na capital, assegurava a sobrevivência das Delegacias, neutralizando em parte a ação repressiva dos grandes proprietários e dos destacamentos policiais locais, que apenas podiam ameaçar e pressionar, de uma forma ou outra, um núcleo existente em seus domínios. E, quando tal ocorria, e era frequente, o fato era imediatamente denunciado pelo Conselho Regional, seja nas tribunas legislativas, seja pela imprensa.

Com o Congresso de Salvação do Nordeste, realizado no Clube Português de Recife, de 20 a 27 de agosto de 1955, ocorreu uma grande expansão das Ligas. Na ocasião, reuniram-se em torno de 2.000 mil pessoas entre representantes do comércio, indústria, sindicatos de trabalhadores urbanos, parlamentares, estudantes e Ligas Camponesas. Este Congresso foi fundamental para a ampliação das Ligas Camponesas, pois o discurso da Reforma Agrária se institucionalizou, sendo abordado o poder oligárquico de feições semifeudais que prevalecia em Pernambuco, bem como o fenômeno das secas e o desamparo da região Nordeste. Posteriormente, foi realizado o primeiro Congresso de Camponeses de Pernambuco, com a participação de Josué de Castro, na época diretor geral da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) (MORAIS, 2006).

Além deste Congresso, outros fatores contribuíram para expandir as Ligas. As eleições de 1958, que levaram Cid Sampaio ao governo de Pernambuco, vieram acompanhadas de mudanças políticas neste Estado, com o aumento das liberdades democráticas e queda da oligarquia pernambucana, além das reivindicações dos camponeses pela distribuição de terras do Engenho Galileia. A mobilização nas ruas, os comícios, a pressão na Assembleia Legislativa e no governo que levaram à desapropriação do Engenho Galileia, alarmou os latifundiários. Esse quadro foi noticiado por todo o Brasil e repercutiu internacionalmente ao ponto de influenciar a visita do senador Edward Kennedy, dos Estados Unidos.

Não havia como segurar as Ligas. Em Pernambuco elas foram criadas nos municípios de Guaretama, Barra de Guabiraba, Serra da Passira, Arassoiaba, Ponte dos Carvalhos, Quipapá e Taquarembó e estavam se alastrando para outros estados, inclusive para a Paraíba, onde nasceu a maior Liga do Brasil.

Também foram organizadas Ligas no Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro, Guanabara (extinto), Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Acre e no próprio Distrito Federal (Brasília). Na Bahia, em Minas Gerais, na Guanabara, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso as organizações filiadas às

Ligas Camponesas eram precárias e não passavam de duas ou três, com um total de 100 a 500 pessoas (AUED, 1986; MORAIS, 2006).

2.2 LIGA DE SAPÉ: A MAIOR DO BRASIL

Com uma população de 50.143 habitantes (IBGE, 2010), a cidade de Sapé está localizada na várzea paraibana e faz fronteira com os municípios de Mamanguape, Araçagi, Pilar, São Miguel de Taipu, Santa Rita, Cruz do Espírito Santo, Caldas Brandão e Mari. Conforme Benevides (1985), o elevado índice de fertilidade da faixa litorânea em que se encontra esta várzea despertou interesse econômico dos holandeses que a ocuparam no século XVII, e até o começo do século XX, os proprietários dessa região eram senhores de engenho, dos quais se destacou Gentil Lins de Albuquerque.

Antes do aparecimento das usinas nesta região paraibana, os antigos engenhos eram autossuficientes, produzindo tudo o que precisavam para sua sobrevivência e dos seus moradores. Além da cana-de-açúcar, os foreiros e posseiros plantavam feijão, milho, batata e outros produtos que lhes abastecessem sem necessitar das feiras ou mercados (SOUZA, 1996). Havia uma relação paternalista e ao mesmo tempo ditatorial entre os senhores de engenho e seus moradores. Porém, as mudanças que aconteceram nos anos 1950 e 1960, estimuladas com a entrada do capital no campo e o desenvolvimentismo do governo JK, já comentado, intensificaram as alterações na economia açucareira com o surgimento das usinas e transformaram as relações de produção no sistema latifundiário paraibano.

Com essas transformações, a agricultura no país passou por uma fase de modernização, e as terras localizadas naquela várzea paraibana, destacaram-se como de maior produção de açúcar do estado da Paraíba. A estrutura fundiária de concentração das terras e do poder econômico consolidou oligarquias que dominavam as populações rurais pobres e controlavam o poder político local e estadual.

Esta oligarquia foi denominada de Grupo da Várzea, composto por latifundiários e usineiros, os quais permitiam que os camponeses vivessem em suas terras, como posseiros, foreiros e meeiros. Para Benevides (1985), o Estado não interferia nessa relação, exceto para validar a supremacia desses proprietários de terras, que se destacavam pela violência empregada contra os camponeses.

Conforme Souza (1996, p. 33), eram sete o número de usinas na várzea paraibana: João; Santa Helena; Santa Rita; Santana; Monte Alegre; Santa Maria e Tanques, sendo os

maiores latifundiários os integrantes das famílias Ribeiro Coutinho, Lundgren e Veloso Borges (na zona da Mata), e os membros da família Gadelha (no Sertão), que produziam:

> cana-de-açúcar e quase todas as culturas de subsistência: milho, feijão, mandioca, batata e também fruteiras e pecuária. Antes da instalação da Usina Santa Helena, do grupo Ribeiro Coutinho, havia centenas de engenhos que, praticamente, foram sendo incorporados àquela usina, que concentrou em seu poder as melhores terras.

Neste clima de modernização e de aumento das usinas, com a valorização do açúcar e da pecuária no mercado internacional, Benevides (1985) indica que as áreas de cultivo e de pasto precisaram ser expandidas, o que acarretou em mudanças na relação aparentemente "estável" no campo. Também, para os latifundiários, partidários da lógica do capital, as lavouras de subsistência se tornaram inviáveis na várzea, porque impediriam o aumento da produção de açúcar e da área reservada para o pasto e para o rebanho bovino, que expandiria o acréscimo da sua renda fundiária.

Ter um camponês habitando o interior do latifúndio seria um empecilho para o aumento dessa renda e sua expulsão resolveria o impasse. Assim, iniciaram-se as expulsões sem indenizações, que, ao se tornarem frequentes, levaram os camponeses paraibanos a seguir o exemplo do Engenho Galileia. Eles passaram a reivindicar direitos através de uma associação civil, de modo que trilharam um difícil caminho para conquistá-los, pois, enquanto as leis trabalhistas existiam apenas na cidade, a área rural vivia às margens dos direitos sociais e sindicais, como assinala Azevedo (1982, p. 39):

> [...] as relações de trabalho não eram regulamentadas pelo Estado, nem amparadas por nenhum tipo de legislação, estando tanto o trabalhador rural quanto o campesinato à margem dos direitos sindicais ou de associação e sem acesso aos benefícios da previdência social. Assim, os contratos de trabalho, bem como de arrendamento ou parceria, eram negociados diretamente com o proprietário da terra e rompidos arbitrariamente, quando este último assim o quisesse. A lei do salário mínimo, férias ou o 13º salário também não vigoravam no campo, bem como a aposentadoria e outras prerrogativas e direitos sociais já conquistados.

Na Paraíba, a primeira Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas foi criada em 1958, na cidade de Sapé, numa solenidade no Grupo Escolar Gentil Lins de Albuquerque, que tinha, ironicamente, o nome daquele senhor de engenho citado anteriormente. A ironia está no fato de a Associação ter nascido justamente para lutar contra a exploração e violência

imposta pelos usineiros, que surgiram no lugar dos antigos senhores de engenho. Posteriormente, esta associação recebeu o nome de Liga Camponesa de Sapé. As razões que estimularam a criação desta Liga paraibana foram as mesmas que motivaram a fundação do Engenho Galileia (melhorias na saúde e na educação; reforma agrária; e acabar com o cambão e aumento do foro).

O fundador da Liga Camponesa de Sapé foi João Pedro Teixeira, que começou a organizá-la em dois momentos. O primeiro, foi em 1954, quando regressou com a esposa Elizabeth Teixeira, e com os filhos e filhas do Recife, Pernambuco, onde havia trabalhado numa pedreira como operário[10] e, tendo adquirido conhecimentos acerca de como organizar associações, influenciado pelo PCB, realizou encontros de camponeses na sua casa para orientá-los sobre os problemas do campo.

Segundo Aued (1986), a tentativa de João Pedro de criar uma Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no "quintal" de sua casa fragilizou a organização diante dos proprietários de terras e da polícia, e esta logo foi extinta. Por causar a ira destes proprietários, inclusive do sogro Manoel Justino, proprietário da casa em que ele morava e pelo clima tenso que se instalou, João Pedro foi obrigado a sair de Sapé para trabalhar no Rio de Janeiro, onde passou oito meses.

Com relação à influência que o PCB teria exercido sobre João Pedro Teixeira, na organização daquela Associação Aued (1986, p. 35) destaca:

> Muito embora não se possa afirmar, com certeza, que ele tenha participado diretamente dos cursos de capacitação política, dos seus ensinamentos muito se beneficiou, pois era homem vinculado ao partido. O período entre 1954, período dos primeiros acontecimentos da Liga de Sapé, e 1958, data que a Liga vai para a cidade buscando legalidade e institucionalização do movimento, marca justamente um dos momentos privilegiados em que o PCB sugeria a seus quadros, a participação do trabalho de massa, junto aos sindicatos fundamentalmente.

A ideia de Aued de que João Pedro teria sofrido influência do PCB, colocando-o como um "produto" deste partido político, é confrontada por Rangel (2000), tomando por base o período que este líder camponês passou no Rio de Janeiro, de onde voltou com uma bagagem de leitura do jornal Terra Livre[11], além de revistas e escritos de Francisco Julião. Para esta

---

[10] Enquanto estava neste trabalho, João Pedro participou do Sindicato dos Trabalhadores das Pedreiras em Recife por isso foi demitido e enfrentou dificuldades para arranjar emprego (RANGEL, 2000).

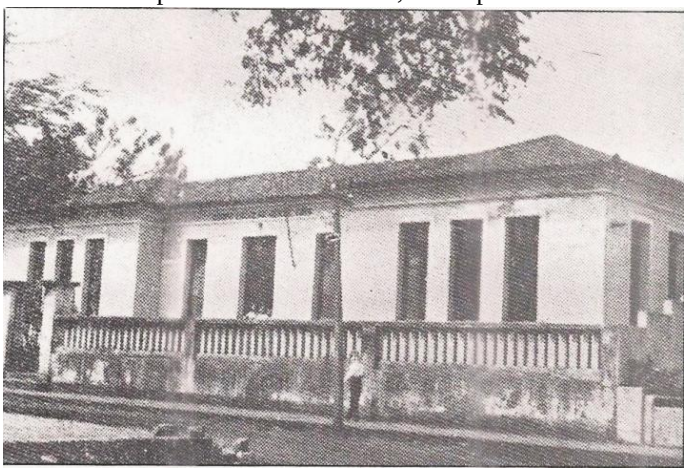
[11] A circulação do jornal Terra Livre foi fundamental para a formação das organizações camponesas, pois, os camponeses eram politizados pelas notícias, que, aliás, foi uma ferramenta constante e forte no período de

autora é inegável que João Pedro assimilou os conhecimentos do PCB, sobretudo quando trabalhou na pedreira em Pernambuco, contudo, foi o dia-a-dia no campo, vendo as dificuldades dos camponeses, que o levou a defender o seu direito e dos seus companheiros, através da formação de sindicatos, nesse caso, das Ligas Camponesas.

Além da busca por legislação trabalhista para o campo, que evidenciava o lado protestante de João Pedro, em Bandeira (1997, p. 49) Elizabeth Teixeira aponta o interesse do marido em conhecer os versículos bíblicos como uma das causas para o seu envolvimento na luta camponesa: "Eu penso que foi lendo a Bíblia que João Pedro desenvolveu assim o seu pensamento e chegou a ser uma grande liderança".

Influenciado pelo cotidiano, pelo PCB, por Julião ou pela Bíblia, com um João Pedro mais politizado e preparado para organizar os camponeses, o segundo momento de criação da Liga Camponesa de Sapé aconteceu em fevereiro de 1958 nas dependências do Grupo Escolar Gentil Lins, que vemos na foto 08.

Foto 08 – Grupo Escolar Gentil Lins, em Sapé



Fonte: SOUZA, 1996.

Com o nome vinculado à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e seguindo, inicialmente, os princípios da Liga do Engenho Galileia, a Associação tinha caráter civil e objetivava prestar assistência social e jurídica aos seus associados.

A primeira diretoria foi composta por: Severino Alves Barbosa (Presidente), João Pedro Teixeira (Vice-presidente), Pedro Inácio de Araújo – Pedro Fazendeiro (1º Secretário), Severino José da Silva (2º Secretário), Walter Acioly (Tesoureiro), João Alfredo Dias – Nêgo Fuba (Orador) e José Gomes da Silva (Advogado) (CONSULTA POPULAR; 2002).

---

expansão das Ligas. Ele funcionou de 1949 a 1964 quando foi interditado com o Golpe e o PC era responsável pela divulgação desses jornais (RANGEL 2000).

No ano de 1962 a Associação de Lavradores, já conhecida como Liga Camponesa de Sapé, funcionava numa casa nesta cidade. Na foto 09, à esquerda, vemos camponeses na frente e também entrando na referida casa. A presença de uma freira, do lado direito da foto, prestes a entrar na Associação, chama atenção uma vez que, na época, a Igreja Católica não apoiava as Ligas. Já na foto 10, à direita, na parte de cima da casa, está a placa de identificação da Associação.

Foto 09 – Camponeses em frente à Liga de Sapé,1962

Fonte: Documentário Cabra Marcado para Morrer (3’43”)

Foto 10 – Placa na sede da Liga de Sapé, 1962

Fonte: Documentário Cabra Marcado para Morrer (4’13”)

Em depoimento a Bandeira (1997), Elizabeth Teixeira diz que não foi fácil para o marido orientar os camponeses dos seus direitos, porque muitos acreditavam terem nascido para escravos dos patrões.

Mas, por andar de fazenda em fazenda, nos sábados e domingos, e por ter visto de perto a situação de miséria que assolava o campo – como a fome e os despejos sem indenizações –, João Pedro conseguiu alcançar seu objetivo. E, quando a Liga foi organizada, ele já tinha o apoio de vários camponeses, conscientes da importância de sua união contra as injustiças dos proprietários. Sobre esta época em que os despejos se alastravam no campo, Elizabeth destaca:

> Quando o homem do campo era despejado ele não tinha a quem pedir socorro. Quando o proprietário despejava, ele ficava despejado mesmo, e tinha que botar os troços na cabeça e sair dali, não importava que tivesse lavoura ou que não tivesse, tudo ficava ali e ele tinha que ir embora [...] Quando um camponês era despejado, o proprietário tinha que pagar os direitos. Caso não pagasse, o trabalhador permanecia na terra, pois ele sabia que não estava sozinho, que tava unido, que tinha outros companheiros que podiam ajudar a ele, lhe dando força pra continuar na terra e não ser jogado pra fora sem nenhum motivo. Mas quando não havia nenhum tipo de entendimento entre o proprietário e o homem do campo, quando o proprietário dizia que a terra era dele e que ele não queria mais ver o camponês em suas terras, então se lutava pela sua indenização, que muitas vezes ia até a justiça (BANDEIRA, 1997, p. 56-57).

Apesar das dificuldades, estava formada a Liga que viria a ser a mais influente do Brasil. João Pedro Teixeira não apenas "marcou os passos da Liga de Sapé", como disse Aued (1986), como multiplicou esses passos no estado paraibano e no Brasil.

Quanto à expansão das Ligas Camponesas na Paraíba, conforme Aued (1986) elas foram implantadas na Fazenda Miriri[12], Alhandra, Araçagi, Alagoinha, Bananeiras, Cuitegi, Santa Rita, Alagoa Grande, Mari, Guarabira, Mulungu, Campina Grande, Belém, Pedras de Fogo, Oitizeiro[13], Itapororoca, Várzea Nova[14] e Itabaiana.

Porém, em alguns municípios foi muito difícil implantá-las tendo em vista a reação e a força política dos proprietários rurais. Em Itabaiana, por exemplo, houve forte resistência destes proprietários, que eram extremamente violentos com os moradores que tentassem se associar nas Ligas. Contudo, mesmo diante da resistência, a Liga de Itabaiana foi organizada com o apoio apaziguador de Pedro Fazendeiro.

A dificuldade para enfrentar os proprietários rurais é lembrada por Elizabeth em Bandeira (1997, p. 90): "os patrões diziam que os trabalhadores não valiam nada, que depois que tiravam a carteirinha da Liga, só queriam mandar nas terras deles. E era muito difícil a gente convencer os proprietários de que o trabalhador só queria permanecer na terra pra trabalhar, pra produzir, pra ter como sustentar a família".

---

[12] Também conhecida como Engenho Miriri, desde a época das Ligas a Fazenda Miriri localiza-se no município de Sapé, à margem direita do rio Miriri quase sobre o limite com o município de Santa Rita, a leste. Atualmente ela é conhecida como Usina Miriri. Vale lembrar que por se tratar de um extenso latifúndio, as terras desta Fazenda estendiam-se por quatro municípios: Sapé, Santa Rita, Mamanguape e Rio Tinto, sendo que a parte que correspondia ao município de Mamanguape deu lugar a dois novos municípios: Capim e Cuité de Mamanguape, que antes eram distritos (ALMEIDA, 2014).

[13] Oitizeiro era um bairro periférico da cidade de João Pessoa, com fortes características rurais.

[14] Várzea Nova era, e é, um distrito do município de Santa Rita.

2.3 VIOLÊNCIA NO CAMPO

A violência sempre esteve presente no campo brasileiro. Tanto no Engenho Galileia quanto na várzea paraibana, o artigo 5º da DUDH, que proibia o castigo e a tortura foi sistematicamente violado, pois, se o camponês exigisse direitos, ou tivesse votado nos candidatos adversários dos patrões sofria, entre outros castigos, o Cabocó, que consistia em colocá-lo num tanque com água, fezes e urina, cobrindo-o até a cintura ou pescoço, no qual permanecia pelo tempo que fosse condenado. Conforme Souza (1996), de acordo com a "falta" cometida, a condenação variava de algumas horas a vários dias e os sentenciados a mais de um dia que não eram retirados morriam[15].

No documentário *Cabra Marcado para Morrer* (1984), de Eduardo Coutinho, João Virgínio, que atuou na Liga do Engenho Galileia, descreve a agonia que passou no Cabocó

> Passei 24 horas dentro dum tanque de merda, com água aqui no imbigo, [apontando com as mãos] cada um rolo de merda dessa grossura [gesto com as mãos], aquele caldo, aquela manipêra. Um quarto apertado e eu passava assim [posição de agachamento]. Passei 24 horas em pé! Só o diabo aguenta, rapaz! Um homem passar dentro dum tanque de merda 24 horas em pé. Só o Satanás! Eu não acredito que tô vivo (CABRA MARCADO PARA MORRER, 1:17'38").

As primeiras dificuldades enfrentadas pela Liga Camponesa de Sapé surgiram logo após seu nascimento, pela percepção dos latifundiários de que esta não tinha caráter apenas beneficente e pela fúria que os dominava diante da sua repercussão. Assim, como estes já vinham expulsando os camponeses sem indenização, para aumentar o plantio da cana-de-açúcar, passaram a aterrorizá-los, com a destruição de seus casebres, auxiliados pela força policial.

Vale lembrar que muitos policiais eram antigos capangas ou pistoleiros que estavam na polícia por meio de apadrinhamento, uso comum naquele período. Além de braço forte dos latifundiários, os capangas, ou jagunços, eram responsáveis pela perseguição e violência contra os camponeses e tinham como missão proteger os fazendeiros para os quais prestavam serviço (AZEVEDO, 1982; BENEVIDES, 1985).

O destaque da violência contra as lideranças camponesas na Paraíba se deu no Engenho Miriri, quando houve um rompimento entre o proprietário rural Pedro Ramos

---

[15] Apesar da afirmativa de Souza, não encontramos registro de camponeses mortos no Cabocó.

Coutinho e os associados das Ligas Camponesas, que protestavam contra o Cambão e pelo direito de pagar o aluguel da terra em dinheiro.

Insatisfeito com as reivindicações, Pedro Ramos Coutinho colocou como administrador de suas terras um sargento da polícia com fama de pistoleiro perigoso. Era Manoel Pereira da Silva, conhecido como Peito de Aço. Este administrador ameaçou expulsar os agricultores da Fazenda, associados às Ligas, e matar Alfredo Nascimento, que liderava os camponeses daquele Engenho. Como medida de precaução, a direção da Liga de Sapé levou Alfredo Nascimento para João Pessoa para pedir garantia de vida a Pedro Gondim, governador do estado, como indica Souza, (1996, p. 47)

> Em 11 de março uma comissão composta por mim, o advogado José Gomes da Silva, o médico Malaquias Batista, o Prefeito de Santa Rita Antônio Teixeira e a advogada Ofélia Amorim, acompanhou Alfredo Nascimento à residência do Governador Pedro Gondim, em Tambaú. Na ocasião, Alfredo comunicou ao Governador a ameaça de "Peito de Aço", marcada para se consumar no dia 14, portanto, três dias após a conversa.

Mostrando-se sensibilizado, Gondim assegurou a garantia de vida, que não chegou a tempo, pois, Alfredo Nascimento foi assassinado no dia 14 de março de 1961, por balas de fuzil. Em resistência, o pistoleiro Peito de Aço também foi morto a golpes de enxada, faca e foice, armas de que dispunham os "insurgentes" camponeses.

Miriri também aderiu a um ciclo de greves da cana que ocorreu naquele período, como podemos ver numa matéria do Jornal Terra Livre de fevereiro de 1964,

> [...] Quando a massa de camponeses manifestantes chegou à sede da fazenda, já encontrou uma multidão de companheiros assalariados do corte da cana, que já haviam entrado em greve, exigindo aumento do preço da "carga de cana" cortada: de 35 cruzeiros para 70 cruzeiros (um homem corta, em média, 10 cargas por dia). No próprio local do corte da cana já tinham realizado um comício, onde usaram da palavra vários oradores, entre eles o líder estudantil Eloy Firmino.

Esta mesma matéria destaca uma marcha que os camponeses realizaram para a Fazenda Miriri, em fins de 1963, depois que os trabalhadores de Santa Rita e Santa Ana conquistaram um aumento de 80% no salário mínimo, o 13º salário e outras vantagens após uma greve:

> Foi para reivindicar melhores condições de vida que os camponeses de Miriri resolveram fazer uma grande marcha sobre a fazenda encerrando com grande concentração em frente à casa grande. A partir das 6 horas da manhã do dia 10, começaram a se aglomerar à beira da estrada Sapé-Rio Tinto, sob a orientação de seus líderes Pedro Fazendeiro, Vicente Bernardino, Jonas Cassimiro, Né Gomes, Renato Nascimento (filho de Alfredo Nascimento), Pedro Velho, João de Oliveira e outros. Com a chegada de Assis Lemos, o comando foi-lhe entregue e a marcha teve início, todos empunhando suas foices e outros instrumentos de trabalho. À medida que caminhavam, as fileiras iam engrossando pelos caminhos do sertão, pelos que tomavam compreensão da força dos homens unidos: os moradores da beira dos caminhos deixavam tudo e acompanhavam a marcha.

Antes daquela tragédia que resultou na morte de Alfredo Nascimento em Miriri, as milícias armadas dos latifundiários de Rio Tinto e Mamanguape, em outras ações, já haviam impedido alguns camponeses de exercerem suas funções na propriedade dos Lundgren, na qual já trabalhavam há muitos anos, apesar de estes estarem de posse de decisão judicial favorável à reintegração ao trabalho. Tais ações confirmam a força que os capangas particulares exerciam no campo.

Nesta onda de violência que inundou o estado paraibano, Pedro Gondim, ao adotar um governo ambíguo, não tomou medidas favoráveis aos camponeses, ficando em “cima do muro”, posto que tentava agradar as duas classes antagônicas. A garantia de vida dada a Alfredo Nascimento não evitou o seu assassinato, e os mandantes do crime não foram punidos. Aliás, a impunidade, em favor dos latifundiários, caracterizou todo o tempo de vida das Ligas Camponesas.

O suplemento especial de fevereiro de 1964 do Jornal Terra Livre destacou a posição de Gondim diante dos conflitos na Fazenda Miriri:

> Recentemente, o governo estadual, ao invés de instalar na região, uma escola (pois ali não existe nenhuma) inaugurou um posto policial, para prender e amedrontar camponeses. A Fazenda Miriri, com uma área cultivável de mais de 6 mil hectares, é um dos maiores latifúndios da Paraíba. Terras das melhores, apresentam várzeas úmidas, conhecidas pela fertilidade e de fácil cultivo com máquinas.

Após a morte de Alfredo Nascimento, a violência se propagou na várzea paraibana. Na camuflada e, ao mesmo tempo nítida aliança entre o aparelho repressivo do Estado e os latifundiários, o líder camponês Pedro Fazendeiro, posseiro de Miriri – que adquirira grande destaque nas Ligas –, veio a tornar-se uma ameaça aos grupos dominantes, e chegou a sofrer dois atentados.

O primeiro aconteceu no centro da cidade de Sapé quando este líder havia saído de casa para visitar alguns camponeses e foi atingido por duas balas de uma arma privativa das Forças Armadas na perna e omoplata esquerdas, no dia 23 de dezembro de 1961 (ALVES, 2006; SOUZA, 1996). Pedro teve o fêmur fraturado e foi levado para o Hospital de Pronto Socorro na Capital sendo transferido, posteriormente, sob o cuidado de Francisco Julião, para o Rio de Janeiro onde se submeteu a algumas cirurgias e ao implante de platina no fêmur, que lhe resultou em uma deformidade na perna esquerda.

O segundo atentado ocorreu na sede da Liga de Itabaiana, quando foi violentamente espancado junto com Assis Lemos, pela família Veloso Borges. Embora o Estado soubesse quem eram os culpados, não houve punição para os agressores de Pedro Fazendeiro. Conscientes da liberdade de que gozavam para agirem, os latifundiários continuaram agredindo e expulsando os camponeses de suas terras e a incapacidade de Pedro Gondim em resolver os conflitos no Estado, contribuiu para que o Grupo da Várzea dominasse a situação ao ampliar os assassinatos e alastrar o terror aos camponeses.

No artigo *As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas* Targino (2011) analisa o movimento das Ligas a partir de relatos de seus protagonistas prestados no Seminário Memória Camponesa, realizado na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em 2006.

No depoimento de Maria do Carmo, secretária das Ligas, encontramos outro tipo de violência comum naquela época, que eram os abusos sexuais cometidos pelos fazendeiros contra as filhas jovens dos camponeses, numa prática que lembra o direito de pernada da Idade Média. Maria do Carmo lembra que em uma determinada festa, um fazendeiro chegou a dizer: “Eu tenho 107 casos de honra” (TARGINO, 2011, p. 8).

2.3.1 João Pedro Teixeira: morre um líder, nasce um mártir

Como assinalamos, João Pedro Teixeira foi o fundador da Liga Camponesa de Sapé. Ele assumiu o cargo de vice-presidente da Federação das Ligas Camponesas na Paraíba e havia se tornado um dos líderes de maior destaque do movimento camponês, representando 14 Ligas da Paraíba. Nesta função, viajava com frequência para João Pessoa, onde participava de reuniões com o governador Pedro Gondim, quando reivindicava a defesa dos direitos dos camponeses.

Por seu trabalho nas Ligas e influência sobre os camponeses, este líder entrou na mira dos latifundiários, quando chegou a sofrer várias prisões, espancamentos, perseguições e frequentes ameaças de morte. Entre seus oponentes estava Manoel Justino, seu sogro, um pequeno proprietário que, para afastá-lo da região, vendeu o sítio Antas do Sono, onde João Pedro morava com a mulher Elizabeth Teixeira e com os onze filhos(as).

Diante das prisões e ameaças de morte, que tentavam intimidá-lo, João Pedro não recuou e não seguiu os conselhos de alguns companheiros para sair do estado, como fizera em 1954. Mas sua coragem e obstinação lhe custariam a própria vida (AUED, 1986; RANGEL 2000).

No dia 02 de abril de 1962, quando retornava de João Pessoa, onde tinha tratado de um processo de despejo que estava enfrentando para deixar o sítio Antas do Sono, João Pedro foi assassinado, com tiros de fuzil, numa emboscada organizada pelos usineiros do Grupo da Várzea Pedro Ramos Coutinho, Antônio Vítor e pelo mais temido deles, Aguinaldo Veloso Borges, que, de acordo com Souza (1996), declarou na frente de Pedro Gondim que, no estado da Paraíba, a Reforma Agrária seria recebida à bala.

O assassinato de João Pedro ecoou no país, pois estarreceu e revoltou os camponeses da Paraíba, que, mesmo ao sentir a ofensiva, não se calaram como esperavam os latifundiários. Pelo contrário, eles não se intimidaram e, apesar da repressão policial, compareceram em massa ao enterro de João Pedro juntamente com estudantes, políticos, amigos da família e membros dos sindicatos.

Mais de cinco mil camponeses foram às ruas de Sapé para aguardar a hora do sepultamento de João Pedro. Conforme Souza (1996) de todos os partidos da bancada federal apenas o PSB, representado por José Joffily, defendeu o líder camponês assassinado, ao denunciar a tirania do latifúndio.

Os responsáveis por este crime não foram penalizados. Segundo Benevides (1998) o governador Pedro Gondim continuava se mostrando dependente do bloco agroindustrial, incapaz de agir contra a violência que assolava o estado paraibano. Aguinaldo Veloso Borges representava o poderio do bloco agroindustrial, por isso, mesmo tendo sido o principal mandante do assassinato de João Pedro Teixeira, não foi preso.

A impunidade reinava no Estado quando a Liga de Sapé perdeu seu fundador. Exemplo disso foi a absolvição dos indiciados pelo assassinato de João Pedro: Cabo Antônio Alexandre da Silva, do Soldado Francisco Pedro da Silva, conhecido por Chiquinho e do vaqueiro da propriedade de Aguinaldo Veloso Borges, Arnaud Nunes.

Para não ser preso, o mandante Aguinaldo Veloso Borges, que era sexto suplente de deputado estadual pela coligação UDN/PL, utilizou-se de uma manobra promovida pelo deputado Joacil de Brito Pereira assumindo, em 11 de abril de 1962, o mandato de deputado na Assembleia Legislativa para garantir imunidade parlamentar. Para encerrar o processo contra Aguinaldo, esta manobra só foi possível devido às licenças tiradas, de última hora, por um deputado e por quatro suplentes, para possíveis tratamentos de saúde. A trama do deputado Joacil Pereira desmoralizou o Poder Legislativo e o próprio Poder Executivo, na medida em que o juiz deixou de qualificar Aguinaldo Veloso por um crime que abalou a população do estado (NUNES, 2011; CITTADINO, 1998).

Sobre o efeito contrário que a morte de João Pedro causou no campo, Benevides (1985, p. 90) assinala: "Enganavam-se os proprietários na sua lógica. Mal desaparecia um líder camponês, imediatamente despontava outro. Formara-se uma escola rústica de lideranças e os trabalhadores do campo entravam na história do Brasil pelo holocausto de seus mártires".

Muniz estuda *A Fabricação de João Pedro Teixeira: Como o Herói Camponês*, a partir da repercussão do seu assassinato na imprensa paraibana, comentando algumas notícias:

> começam a vazar entre as suas margens a emergência do herói camponês, na medida em que essas matérias dos jornais começam aos poucos a dizer quem era João Pedro e assim como também a edificar uma memória para o líder camponês encarnado como o camponês humilde que se lançou em defesa dos outros camponeses (MUNIZ, 2010, p. 58).

Para esse autor, a sua pesquisa não identificou destaque da figura de João Pedro Teixeira na mídia paraibana antes da sua morte. Ele se torna uma presença constante *post mortem*, com matérias que tratam da sua história de vida, de forma que "ela passa a ser apropriada como espaço para criação da figura do líder camponês exemplar e que se institui como um mártir na história das Ligas Camponesas" (MUNIZ, 2010, p. 59).

O discurso do Deputado Estadual Raimundo Asfora, no enterro de João Pedro Teixeira foi transcrito no Jornal A União, de 04 de abril de 1962 (apud MUNIZ, 2010, p. 63), com uma forte carga emocional e poética, contribui para enaltecer não só o líder, mas o mártir:

> Não vamos enterrar um homem, vamos plantá-lo. Vede: os olhos de João Pedro ainda estão abertos. Eles viram muito, eles viram muito, eles viram quase tudo. Agora, eles continuarão ainda abertos, e nem a terra, que sempre viveu dentro deles, os fechará. Pararam o teu coração. Sobre ele, trazias algumas cartilhas. O tiro de fuzil, ignóbil e covarde, num percurso diabólico,

> não apenas arrebentou teu peito, mas despedaçou os sonhos de educação de teus filhos.

João Pedro Teixeira havia morrido, com impactos na vida da sua família e na dos companheiros de luta, mas os trabalhos na Liga de Sapé não foram interrompidos como almejava o bloco agroindustrial da várzea paraibana, pois seus companheiros permaneceram na luta e mais camponeses foram despertados para se associarem nas Ligas. O lugar de João Pedro não ficou vago, foi preenchido por sua esposa Elizabeth Teixeira, que, diante do seu corpo frio prometeu seguir sua luta, como mostra seu depoimento para Bandeira (1997, p. 74)

> [...] fui diretamente pro necrotério. Cheguei e ele estava lá, morto, estendido em cima da pedra. Os olhos cheios de terra, o ouvido também, o sangue no chão, uma poça imensa de sangue. O lençol que cobria seu corpo estava cheio de sangue, como se tivesse sido morto naquele instante, sangrando, os olhos dele tão vivos, abertos, tão vivos que se você olhasse, dizia que ele estava vivo. Ele era um homem forte, 1,75m de altura. Então, naquele momento eu disse: João Pedro, por mais de uma vez você me perguntou se eu daria continuidade à sua luta, e eu nunca te dei a minha resposta. Hoje eu te digo, com consciência, ou sem consciência de luta, eu marcharei na tua luta, João Pedro, pro que der e vier.

Mesmo em meio a agressões e assassinatos, Elizabeth assumiu a presidência da Liga de Sapé e prosseguiu os trabalhos junto com Pedro Fazendeiro, Nêgo Fuba e outros membros. Um pouco da trajetória de Elizabeth, que se tornou símbolo da luta por Reforma Agrária e contra a violência no campo, será estudada no terceiro capítulo.

A posição de Pedro Gondim sobre a morte de João Pedro Teixeira foi insatisfatória como insatisfatório era seu governo, de caráter populista, para solucionar os embates entre camponeses e latifundiários. Conforme Souza (1996), diante do fenômeno das Ligas, Gondim transfere, através de telegrama, a responsabilidade de resolução para o Governo Federal que manda instaurar, em 17 de abril de 1962, uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), para avaliar aqueles conflitos no Nordeste. Na Paraíba, esta CPI ouviu Pedro Fazendeiro, João Santa Cruz, entre outros envolvidos nas Ligas.

Na onda de repressão que se instalou em Sapé, os camponeses não puderam realizar uma passeata em protesto pela morte de João Pedro Teixeira, porque foram reprimidos por tropas do IV Exército que prenderam as principais lideranças do movimento. Então, Assis Lemos Souza, que era presidente da Federação das Ligas, ressalta que no dia 1º de maio de 1962, Dia Internacional do Trabalhador, houve uma grande concentração na cidade de João Pessoa, em substituição àquela passeata (SOUZA, 1996).

Na ocasião, houve protesto contra o cambão, o cabocó, o roubo no peso, o barracão, a derrubada de casebres, a destruição dos roçados, a violência dos capangas e da polícia, a expulsão do campo, e ao assassinato de João Pedro e de outros líderes. Aproximadamente 20 mil camponeses estavam no local, além de milhares de pessoas vindas de outras cidades. Neste dia o centro da cidade parou e as ruas foram tomadas por cartazes cujas mensagens manifestavam a reivindicação pela reforma agrária, a sindicalização rural, a luta contra o latifúndio e punição para os assassinos dos líderes camponeses (SOUZA, 1996).

Quanto a Pedro Gondim, conforme Cittadino (1998), o seu segundo governo populista teve início em 1961, quando tomou posse em um palanque no Palácio da Redenção à frente de uma multidão que se aglomerava na Praça João Pessoa. Aclamado pela população, seu governo foi marcado por uma crise em que buscava agradar dois blocos antagônicos: os grupos de esquerda, que se fortaleceram em busca de espaço na vida política e os grupos conservadores, sobretudo os oligárquicos, que reagiam contra o avanço popular.

Apesar de tolerante com as Ligas, Gondim se mantinha omisso diante do conflito agrário que começava a manchar o solo paraibano com sangue camponês. Ele fazia vistas grossas à violência do Grupo da Várzea ao deixar os litígios para serem solucionados pela Justiça, no entanto, para a elite agrária, a justiça não se aplicava, exemplo disso foi a falta de punição para o latifundiário Aguinaldo Veloso Borges, responsável pela morte de João Pedro Teixeira.

Um episódio que representa bem a apregoada “imparcialidade” de Gondim ocorreu quando os camponeses foram acusados de andarem armados. As denúncias, implantadas pelos militares em parceria com os latifundiários, foram uma forma de terror no sentido de desarmar a população rural. Assim, numa busca, como não foram encontradas armas nem munições, como vinham afirmando os latifundiários e os políticos da UDN, foram coletados, dos camponeses, centenas de instrumentos de trabalho.

Em vista disso, quando Gondim foi procurado no Palácio, por um enorme contingente de líderes camponeses que reivindicavam a devolução dos seus instrumentos agrícolas, sem os quais não poderiam trabalhar, prometeu-lhes que, dentro de algumas horas, os instrumentos seriam devolvidos. Benevides (1985, p. 42) expõe a imprecisão desse governador:

> Pedro Gondim teria feito um juramento aos agricultores, de que dentro de poucas horas seriam restituídos os instrumentos agrícolas. Nessa circunstância, o governante levou ao extremo sua ambiguidade. Não podendo opor-se àquelas diligências arbitrárias, mandou adquirir, no comércio da capital, centenas de enxadas, foices, machados e sub-

> repticiamente as fez chegar às mãos dos camponeses de Sapé. O episódio retratou não só a astúcia, mas também a dubiedade do governador, que pretendeu do início ao fim dos mandatos, à custa de todos os expedientes, manter posição simpática entre as correntes antagônicas e entre as classes em conflito.

A imparcialidade de Gondim começa a mudar a partir de três acontecimentos. No primeiro, foram protagonistas estudantes que reagiram contra a perda do direito a um abatimento de 50% que tinham nas passagens, numa manifestação em que prédios públicos foram destruídos e um policial foi morto. Posteriormente, o Conflito de Mari, em 15 de janeiro de 1964, que resultou na morte de onze pessoas, sendo quatro camponeses, entre eles Antonio Galdino, presidente do Sindicato de Mari e sete representantes dos latifundiários, a exemplo do contador da Usina São João[16]. Por último, a ocupação da Faculdade de Direito, por estudantes contrários à vinda de Carlos Lacerda à Paraíba, em março de 1964, encerrou esse ciclo de manifestações, que levaram Gondim a usar da força policial, encarregando o Coronel Luiz de Barros da repressão contra os manifestantes, particularmente contra os camponeses.

Com estes episódios, especialmente com a morte do contador da Usina São João, a pressão do Grupo da Várzea sobre o governador aumentou. Cittadino (1998, p. 137) destaca um pronunciamento do Deputado Joacil de Brito Pereira sobre esta pressão: "[...] a Paraíba está sendo governada por um homem que embora nunca tenha sido comunista, está dando um exemplo de fragilidade, tornando-se um auxiliar da comunização do País preferindo a posição maldita de quem não é frio nem quente". Então, Gondim muda de postura e passa a ser visto como inimigo da massa popular, como observa Cittadino:

> A manifestação dos estudantes, o conflito Mari e a invasão Faculdade de Direito dão uma ideia dos níveis da tensão sócio-política presente no estado às vésperas da eclosão do golpe. [...] Por outro lado, eles são emblemáticos da transformação que já vinha se processando no relacionamento entre o Governo e as forças de esquerda e que se consolida a partir dessas ocorrências: eles funcionam como um marco decisivo do esgotamento do populismo gondinista, o que se consubstancia no afastamento de Gondim das forças populares e de esquerda do estado e no seu aprisionamento absoluto às classes conservadoras (CITTADINO, 1998, p. 138).

[16] Este conflito destaca a organização dos camponeses, que ao serem abordados quando trabalhavam na terra resistiram, sabendo que a Reforma Agrária só sairia por suas mãos, uma vez que Pedro Gondim cedia a polícia aos latifundiários para barrar a marcha camponesa (TERRA LIVRE, 1964).

O Conflito de Mari, ou *Resistência de Mari*, como José Calistrato Cardoso Filho, presidente do Comitê Memória Verdade e Justiça Paraibano (CMVJP)[17] prefere nomear este acontecimento, uma vez que os camponeses estavam trabalhando e resistiram quando foram abordados pelos agressores, alterou a relação de aparente "paz" até então vigente entre camponeses e latifundiários, que viviam sob a aliança Estado-latifúndio. Pois, após esta resistência Pedro Gondim deixou nas mãos do Coronel de Polícia Luiz de Barros, a responsabilidade para apurar as mortes, e se eximiu de qualquer negociação com os camponeses.

Ao receber carta branca, este Coronel que já tinha espaço para perseguir os camponeses, prendê-los e espancá-los, tornou-se o pior pesadelo destes, fato que contribuiu para o fim do populismo gondinista.

2.4 APOIO URBANO, MOBILIZAÇÃO E CONQUISTAS

A Liga de Sapé se aproximou da cidade em busca de apoio, porque sabia que a população urbana fortaleceria a luta por Reforma Agrária. Conforme Souza (1996), todos os domingos vinham multidões de camponeses da zona rural para a cidade, que saíam da estação ferroviária, em passeata, dirigindo-se para os bairros de Oitizeiro, Cruz das Armas, Torre e Mandacaru, da capital paraibana, onde tiravam palhas de coqueiro e reconstruíam as casas em ruínas da população. Terminado o serviço, os camponeses falavam para os moradores que a situação no campo era pior do que na cidade, porque não havia pagamento de salário, então, pediam apoio para suas reivindicações. Dessa forma, além do apoio recebido, os camponeses foram ganhando a simpatia da população da cidade e do estado.

Nestas vindas a João Pessoa e a outros estados, os camponeses contaram com o apoio do sistema ferroviário de Sapé. Em Bandeira (1997, p. 69), Elizabeth ressalta que havia união entre os ferroviários e os camponeses, porque eles compactuavam da mesma luta. Ao lembrar-se do companheirismo que também havia entre a Liga de Sapé e a de Pernambuco, ela destaca o apoio dos ferroviários: "Uma vez João Pedro fretou um vagão inteiro do trem para levar não

[17] No dia 15 de janeiro de 2014 a *Resistência de Mari*, completou 50 anos e o CMVJP promoveu uma manifestação com místicas, missa e caminhada que terminou no Sindicato Rural de Mari.

sei quantos camponeses daqui da Paraíba pra prestar solidariedade aos companheiros de Pernambuco".

No tocante à aceitação que as Ligas tiveram na área urbana, Sousa (1996) assinala que os seus dirigentes não se surpreenderam, pois eram conscientes de que elas eram extremamente organizadas. Para se ter ideia desse poder de organização, o autor cita a participação de milhares de camponeses vindos de Santa Rita, de Sapé e de Guarabira, entre outros que lotaram a Lagoa, numa concentração jamais vista, nas manifestações de 1º de maio de 1963, com a vinda de João Goulart à Paraíba.

Quanto à mobilização, para que os camponeses se associassem nas Ligas, ele comenta que, como na época os habitantes do campo representavam 80% da população brasileira, e os da cidade apenas 20%, as feiras de Sapé foram escolhidas para alertá-los da necessidade de se organizarem numa Associação que defendesse seus direitos. Assim, estes foram informados de que, com a eliminação do Cambão, receberiam salário condizente com os dias que trabalhassem e que, com ele, poderiam pagar o aluguel da terra que ocupavam.

O autor avalia que não era difícil convencer os camponeses, que, apesar de analfabetos, eram inteligentes e entendiam que deveriam aderir às Ligas. No entanto, havia aqueles que tinham receio ou eram ligados aos proprietários.

Para enfrentar este problema, foi usado o método do achocalhamento, que consistia em pendurar um chocalho nos camponeses que não aderiam ao movimento. Este método passou a ser usado a partir de 1963, uma vez que, devido ao aumento da violência no campo, ainda havia muitos camponeses sem se associar às Ligas (SOUZA, 1996).

Este autor explica que o chocalho só era colocado após várias tentativas de orientação por parte dos dirigentes das Ligas. Porém, os camponeses que não cediam eram levados com um chocalho no pescoço para as manifestações e sofriam uma espécie de desprezo até dar "vivas" às Ligas. Souza esclarece que a intenção não era humilhar, mas mostrar que estes camponeses estavam errados em ficar em cima do muro ou ao lado dos latifundiários. Portanto, apesar de controverso, para Souza o uso do chocalho contribuiu para aumentar o número de associados nas Ligas e muitos camponeses que o usaram agradeceram por terem entendido o sentido daquela luta.

Sobre este meio de pressionar os camponeses, ao contrário de Souza, em Bandeira (1997, p. 99) Elizabeth Teixeira assinala que, enquanto João Pedro era vivo, o chocalho não era usado e que ela, particularmente, não concordava com ações agressivas dentro da Liga. No entanto, era impossível controlar a massa que vinha crescendo e não tolerava "bajulação" de latifundiário, portanto,

> Esse foi um jeito que a massa arrumou pra mostrar o seu desespero, e só não partiram pra coisas ainda mais agressivas por conta de que eu não concordava. Eles chegavam em minha casa, 200, 300 companheiros dispostos ao que desse e viesse. Eu pedia a eles, vamos ter calma companheiros, vamos lutar, vamos nos organizar pra vitória, pra uma vitória geral, mas sem violência [...] Mas essa massa estava em desespero, inconformada com o assassinato de João Pedro, inconformada com a falta de justiça. Foi depois disso que o homem do campo partiu pro chocalho, e era muito difícil pra gente controlar. Nas passeatas todos iam pra estrada, tudo de foice e enxada na mão, pra topar o que viesse pela frente.

Um exemplo do uso do chocalho pode ser visto numa matéria do Jornal Terra Livre, de fevereiro de 1964, sobre uma grande marcha realizada na Fazenda Miriri, em dezembro de 1963, que mencionamos anteriormente, na qual os trabalhadores assalariados reivindicavam direitos, melhores salários e o fim violência dos latifundiários.

Segundo o correspondente deste jornal, nessa marcha de Miriri reuniu-se "uma multidão incalculável de camponeses" que promoveram um dos maiores movimentos de massa do Estado naquele ano. Para os que não quiseram aderir ao movimento o uso do chocalho foi necessário,

> Notou-se, em todo o desfile dos camponeses, que apenas 3, reconhecidamente ligados aos patrões proprietários, não se incorporaram ao movimento. Surgiu, então, entre os próprios camponeses, a ideia de ir buscá-los, pois havia por parte dos mesmos um propalado desafio. Três patrulhas camponesas foram buscar os traidores: uma sob o comando de Vicente Bernardino, outra comandada por Renato Nascimento, e a terceira por Né Gomes. Somente uma das patrulhas regressou com o seu prisioneiro, que havia fugido muito antes; as demais trouxeram os presos aos quais prenderam um chocalho de vaca no pescoço. O regresso das patrulhas foi um dos momentos de maior entusiasmo (TERRA LIVRE, 1964).

A matéria mostra que os camponeses aprovavam a punição para os indecisos. No entanto, existem versões de que o achocalhamento era usado para pressionar as pessoas a darem viva a João Goulart, Fidel Castro, etc. durante as mobilizações das Ligas, configurando essa ação como antidemocrática (PEREIRA, 1997).

Também, deveria haver confiança mútua nos encontros com os camponeses, porque após serem debatidos os problemas que os incomodavam, partia-se para a tentativa de resolução, com os assuntos sendo levados às autoridades, à imprensa, ou encaminhados à justiça. Com relação a estes encontros, Souza (1996) lembra que contribuíram para que os camponeses tomassem consciência de sua própria luta e de que nada cairia do céu ou poderia ser resolvido facilmente.

Sobre esta troca de experiência, o autor ainda destaca que os camponeses tinham discernimento e "[...] usavam a palavra, naqueles encontros, apresentando opiniões sobre a situação e o que esperavam do futuro. Ensinavam muitas verdades, transmitiam conhecimentos acumulados, e, muitas vezes, revelavam raciocínio superior. Aprendia-se muito com eles!" (SOUZA, 1996, p. 34). Tomando por base esta declaração de Souza, confirmamos a ideia de que os camponeses não eram alheios à exploração e desmando que sofriam.

As Ligas espalharam-se rapidamente por várias cidades do Estado, atingindo cerca de quarenta mil sócios, sendo a de Sapé a maior do Brasil, com um total de 13.000 membros[18], seguida pela de Mamanguape, com 10.000, apesar de toda repressão do bloco agroindustrial. Estavam estabelecidas as relações entre o campesinato paraibano e o mundo urbano da Capital e as Ligas ganharam apoio de parte da imprensa, como a Associação Paraibana de Imprensa (API), de parlamentares, progressistas, da Frente de Mobilização Popular, da Campanha de Educação Popular (CEPLAR), de estudantes, grupos de esquerda e até de elementos liberais da classe média.

Entre os apoiadores urbanos do movimento camponês, vale destacar a atuação da CEPLAR, entidade de caráter privado, criada em 1962, em convênio com o Ministério da Educação, para alfabetizar adultos da capital e das cidades do interior. Conforme Souza (1996) e Cittadino (1998) este órgão nasceu num momento de consolidação das Ligas e foi importante para a alfabetização dos camponeses, visto que, ao adotar o método Paulo Freire de alfabetização, ensinava-se a ler facilmente e em pouco tempo.

Os setores da CEPLAR se dividiram no campo e nas periferias de João Pessoa, onde os alfabetizadores eram recebidos com euforia. Cerca de seis mil adultos foram alfabetizados entre João Pessoa e Campina Grande e as professoras deste órgão iam para a sede da Liga de Sapé alfabetizar as filhas dos camponeses, as quais também eram transformadas em professoras. Sobre a revolução que a CEPLAR fez no campo, onde 95% dos camponeses não sabiam ler, Souza lembra:

> Os camponeses se entusiasmaram com a ideia e a primeira providência das Ligas foi recrutar suas filhas maiores para serem treinadas e transformadas em professoras. O pessoal do CEPLAR ia até às Sedes das ligas para realizar o treinamento das futuras professoras. Os camponeses se encarregavam de construir, nas fazendas, barracões rústicos, que serviriam de escola. À noite, após o dia de trabalho, assistiam às aulas, tendo como professoras suas

[18]Existem divergências quanto ao número de sócios das Ligas. Em Aued (1986, p. 33), por exemplo, este número cai para 10.000 membros e, no documentário Cabra Marcado para Morrer, para 7.000.

> próprias filhas. Esperava-se, em um ano, alfabetizar 80% dos camponeses filiados às Ligas. Os camponeses, por serem analfabetos, nem na época das eleições eram considerados. Pelo contrário, eram chamados "cobras-d'água, ou seja, não tinham o "veneno" – o voto (SOUZA, 1996, p. 116).

Se alguns órgãos apoiaram este movimento social, outros não tiveram a mesma postura. A Igreja Católica, por exemplo, na década de 1960, amparada pelos latifundiários, era contra o Partido Comunista e as Ligas Camponesas como registra Elizabeth Teixeira, em Bandeira (1997, p. 97)

> Quando assassinaram João Pedro, e que eu fui falar com o padre de Sapé pra ele dizer uma missa, ele não se apresentou a mim, não. Ele tinha a família Teixeira como se fosse Satanás, simplesmente porque João Pedro fundou a Liga Camponesa com a intenção de combater a miséria no campo. Naquela época a Igreja perseguiu muito as ligas, em todo canto. Com exceção de alguns poucos padres, eles eram contra a gente. Ave Maria! Quando se falava em Liga Camponesa pra Igreja, era como se fosse o maior bicho papão, era comunista, comia gente, era agitador, queria tomar o que era alheio.

Nesse período, com a diminuição de fiéis, a Igreja passou a apoiar a sindicalização no meio rural ao tentar cooptar os trabalhadores e camponeses para mostrar-lhes o "caminho do bem". No entanto, os sindicatos fundados pela Igreja não objetivavam apoiar as Ligas. Pelo contrário, em Bandeira (1997, p. 97), Elizabeth aponta que os associados das Ligas eram denunciados e a Igreja os proibia de participar dos Atos Públicos desse movimento social: "Eu sei que muitos companheiros que também frequentavam o 'sindicato do padre', contavam que eles pediam para que ninguém participasse de nenhum movimento da Liga Camponesa, pois que ali só tinha comunista."

Segundo Moreira e Targino (1997, p. 305) o direcionamento da Igreja para os problemas do campo teve início ainda na década de 1960, mas é "só com a chegada de Dom José Maria Pires ao Estado, em 1966, que a hierarquia católica passa a tomar posição claramente favorável aos trabalhadores rurais." Posteriormente, apesar de proteger o direito de propriedade, a Igreja passou a defender casos de desapropriação de terras, embora os sindicatos criados em algumas cidades na Paraíba voltavam-se apenas para fins assistenciais e não reivindicavam a reforma agrária.

Com o nascimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Igreja se posiciona em favor da luta por justiça no campo, como mostra Moreira e Targino (1997, p. 304),

> [...] em 1975, é criada em Goiás, a Comissão Pastoral da Terra, como um "*serviço cristão à causa dos camponeses e trabalhadores rurais do Brasil".* A CPT irá desempenhar uma função aglutinadora das forças que lutavam pela justiça social no campo. Através da organização dos trabalhadores, ela não só passa a defender os direitos trabalhistas no campo, mas, sobretudo, começa a atuar em áreas de conflito, em conjunto com dioceses, paróquias e comunidades eclesiais de base, levantando a bandeira da reforma agrária. Ela ainda presta assessoria a Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações de Pequenos Produtores, movimentos sociais, etc.[19].

Vale lembrar que o primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos da América Latina, como uma Instituição voltada para as questões sociais e defesa dos direitos humanos foi criado pela Arquidiocese da Paraíba, em 1976, em plena ditadura militar.

No processo de transição de Igreja omissa a apoiadora, além de D. José Maria Pires, Moreira e Targino (1997) evidenciam a atuação de D. Helder Câmara, D. Marcelo Carvalheira e D. Luiz Gonzaga, que representaram a Igreja progressista no Nordeste e que apoiaram a luta por terra e por cidadania.

Junto a esses nomes, destacamos a participação de Frei Anastácio Ribeiro, que fundou a CPT na Paraíba, em 1975, e hoje, como deputado estadual do Partido dos Trabalhadores, segue denunciando os conflitos e a falta de segurança no campo (DEPUTADO DENUNCIA..., 2014).

Partindo para as conquistas das Ligas Camponesas, conforme Francisco de Assis Lemos, que era agrônomo e estudante de economia quando as Ligas estavam se formando, a relação comercial na época das Ligas lembrava o escambo, pois havia troca de produtos sem circulação de dinheiro. Também, ao analisar e comparar o desenvolvimento da agricultura brasileira com a internacional, este autor ressaltou a urgência de uma Reforma Agrária no Brasil, porque todos os países que haviam prosperado tinham feito reforma no campo (SOUZA, 1996).

Quanto à exploração sofrida pelos camponeses na Paraíba, os proprietários rurais proibiam a plantação de árvores frutíferas para não terem que indenizá-los nos casos de expulsão. Souza lembra que havia acordos entre proprietários e camponeses com cláusulas absurdas, as quais impediam esse tipo de plantio e, mesmo que eles quisessem, não podiam plantar, pois, em muitos casos, seus casebres eram cercados de cana. Além disso, se produzissem não poderiam vender nas feiras da cidade.

---

[19] Desde 1985 a CPT é responsável pelo lançamento do Caderno Conflitos no Campo, que apresenta os avanços na reforma agrária e o índice de violência no campo.

Ainda segundo este autor, para residir num determinado Engenho, com direito a plantar culturas de subsistência como feijão e mandioca, o camponês era obrigado a dar alguns dias de trabalho gratuito na propriedade, como pagamento da terra que utilizava. Era o Cambão que mencionamos e que, na Paraíba, também era conhecido como sujeição e condição. Algumas fazendas cobravam um dia, enquanto outras cobravam dois, três, e até quatro dias de trabalho por semana, como era o caso do Grupo Lundgren de Rio Tinto. O trabalho não era cobrado apenas do homem, já que mulher e filhos também pagavam com serviços.

Em vista disso, a eliminação do Cambão se tornou uma das principais reivindicações das Ligas Camponesas Paraibanas, as quais buscaram a substituição do trabalho gratuito pelo aluguel da terra por pagamento em dinheiro ou para receber o salário mínimo pelos dias que trabalhassem (BENEVIDES, 1985; SOUZA, 1996).

O salário que os camponeses recebiam caracterizava outro tipo de exploração, pois era pago em forma de vales que eram trocados no barracão por alimentos ou mantimentos de primeira necessidade como galinha, mandioca, batata, sandália e camisa. Souza ressalta que muitos camponeses, com idade avançada, sequer viram dinheiro por estarem sempre devendo no barracão.

No sertão paraibano, onde não foram organizadas Ligas Camponesas, também havia exploração. Além do Cambão, era cobrado do camponês a meia, ou a terça parte da plantação e, na hora de pesar o algodão, o proprietário ficava com 2/3 da produção, por um preço abaixo da cotação do mercado (SOUZA, 1996).

Souza evidencia que uma das grandes mobilizações para acabar com o Cambão, na Paraíba, aconteceu no Engenho Miriri, situado parte em Sapé, parte em Mamanguape, quando se reuniram mais de 90% dos seus moradores (cerca de mil e quinhentos camponeses) sob a liderança de Alfredo Nascimento, administrador do Engenho. Miriri pertencia a Pedro Ramos Coutinho, irmão de Renato Ribeiro Coutinho, um dos maiores usineiros do Grupo da Várzea. Esta mobilização encorajou outros camponeses, porque resultou na diminuição dos dias de Cambão.

Além do que afirma Souza, esta conquista deve ser atribuída, também, ao desempenho, nos dias de feira, de Nêgo Fuba, João Pedro Teixeira, Pedro Fazendeiro, Ivan Figueiredo e outras lideranças locais, que atuaram nas Ligas.

Uma frase de Elizabeth Teixeira para Bandeira (1997, p. 89) demonstra o poder de mobilização que ocorria nas Ligas: “Naquela época, se eu dissesse assim, amanhã eu quero mil homens pra ir em tal fazenda, chegavam mil e quinhentos. E a gente formava um grupo

grande, indo de pés, e entrava. Os homens armados ficavam por detrás das barreiras que eles faziam, mas não adiantava de nada, a gente entrava".

A foto 11 nos dá uma ideia da informação de Souza e de Elizabeth. Nela vemos centenas de camponeses reunidos marchando em protesto pelo fim do Cambão.

Foto 11 – Camponeses reivindicando o fim do Cambão

Fonte: SOUZA, 1996.

O que estava acontecendo na região canavieira da Paraíba, no entender de Benevides (1985) era uma verdadeira revolução, levando-se em conta que, durante várias décadas, os camponeses não puderam se pronunciar a respeito dos maus tratos que sofriam por parte dos latifundiários, pois eles, ao mesmo tempo em que "protegiam" os camponeses, subordinava-nos aos seus caprichos. O autor traz a seguinte consideração a esse respeito:

> Até fins da década de 50, nos campos paraibanos vigorava o silêncio agrário traduzido com a tranquilidade dos coronéis, protegidos pelo aparelho repressivo do Estado e por seus vigias e jagunços. Não permitiam nem em pensamento que se falasse em organização dos camponeses (BENEVIDES, 1985, p. 79).

Ainda segundo este autor, na referida década esse silêncio começa a se romper com a tomada de consciência e com a reação do movimento camponês, o que evidenciou a emergência do fim da violência, da exploração no campo e da efetivação da Reforma Agrária. Nesse aspecto, a voz e o empenho da Liga de Sapé renderam várias conquistas para aquele município. Uma delas foi acabar com o atrasado Cambão, que, de acordo com Souza, teve fim na Secretaria do Interior, numa reunião dirigida pelo secretário Silvio Porto. Na ocasião, estavam presentes proprietários e lideranças das Ligas Camponesas, quando foi firmado um acordo segundo o qual restou estabelecido que, a partir daquela data, o Cambão estaria

eliminado na Paraíba. Para as lideranças das Ligas, isso representava uma grande vitória, tendo em vista que o camponês iria receber, baseado no salário mínimo, os dias em que trabalhasse na Fazenda.

Antes de obterem esta conquista os camponeses trilharam um longo caminho, reunindo centenas de camponeses que marchavam de fazenda em fazenda para negociarem com os proprietários e administradores. De acordo com Benevides (1985) e Souza (1996), houve vitória no campo paraibano, pois a força de trabalho camponesa não seria mais roubada de modo que as bases sólidas de domínio das oligarquias rurais começavam a ruir, ante a coragem das Ligas.

Outra conquista da Liga de Sapé foi a instalação de um posto do SAMDU (Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência) que começou a funcionar no ano de 1962 e um do SAPS (Serviço de Alimentação e Previdência Social), que vendia alimentos a preço de custo. Na foto 12, podemos ver a comemoração dos camponeses na inauguração de um posto do SAMDU.

Foto 12 – Inauguração de um Posto SAMDU em Sapé, 1962

Fonte: SOUZA, 1996.

Souza (1996) destaca que o fato de ter conseguido oito postos de uma única vez, propiciou à Paraíba o título de segundo Estado do Brasil, em número de postos médicos, perdendo apenas para o Rio Grande do Sul, que era a terra de Getúlio Vargas e de João Goulart. Os postos na Paraíba foram criados com plantão de 24 horas, com oito médicos que davam plantões com ambulância, enfermeiros e remédio gratuito. Os camponeses estavam alegres, pois podiam usufruir o direito à saúde e à alimentação. O apoio do presidente João Goulart foi fundamental para essa alegria camponesa, como verifica Souza (1996, p. 61),

> Essa conquista deveu-se à reivindicação que fiz ao Presidente João Goulart em nome das Ligas Camponesas. Esses postos foram instalados nas cidades onde as Ligas tinham maior atuação, a saber: Santa Rita, Sapé, Mamanguape, Guarabira, Areia, Itabaiana, Pilar e Monteiro. [...] Na mesma ocasião, o Presidente Goulart autorizou a instalação de 10 (dez) postos do SAPS para diversos municípios paraibanos. Sementes, enxadas, foices e arames farpados foram distribuídos gratuitamente, aos camponeses, como também 35 (trinta e cinco) tratores para ajudá-los no preparo das terras.

Vieram mais benefícios em 1963. Além de uma Unidade Médica Hospitalar, foram instaladas uma agência do Banco do Brasil e um posto dos Correios e Telégrafos no Distrito de Sobrado. Também houve distribuição de sementes, arados, cultivadores, centenas de máquinas agrícolas e toneladas de cimento para atender aos camponeses e toda a população. Apesar da violência dos latifundiários e usineiros, que estavam aborrecidos com aquelas sucessivas conquistas, tudo corria a contento no movimento camponês paraibano.

Na avaliação de Souza (1996, p. 61) a Federação das Ligas Camponesas "conseguiu, para os camponeses paraibanos, muitas e significativas conquistas, tanto sociais como econômicas. O mais importante é que tinham consciência de que todas elas eram frutos de suas lutas e organização, portanto, uma conquista deles."

O ano de 1963 foi significativo para a luta camponesa, porque com a Lei nº 4.214, de 2 de março daquele ano, foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que no artigo 28, Cap. III – *Da remuneração e do salário mínimo*, declarava: "Qualquer que seja a forma, tipo ou natureza do contrato, nenhum trabalhador rural assalariado poderá ser remunerado em base inferior ao salário mínimo regional". Já no Art. 12, do Título II – *Das normas gerais de proteção do trabalhador rural*, constava: "A Carteira Profissional de Trabalhador Rural, de modelo próprio, terá uma parte destinada à identificação pessoal do trabalhador rural e outra aos contratos de trabalho e anotações referentes à vida profissional do portador" (BRASIL, 1963).

Salário digno, carteira de trabalho e previdência social foram conquistas históricas, levando-se em conta que há quatro séculos o campo sofria com a exploração, a escravidão e a violência que marcam a formação do Brasil. Mas a entrada dos direitos trabalhistas no campo aumentou a ira dos latifundiários. No Estado do Piauí, por exemplo, a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas foi incendiada, fato que demonstrou o desespero dos proprietários rurais (TERRA LIVRE, 1964).

Outro acontecimento importante, para o fortalecimento do movimento camponês, ocorreu em dezembro de 1963 com a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na

Agricultura (CONTAG), reconhecida em janeiro de 1964, numa solenidade no Sindicato dos Bancários da Guanabara. Na ocasião, Lyndolpho Silva foi eleito presidente da CONTAG e numa entrevista ao jornal Terra Livre (1964, p. 5) declarou:

> Podemos afirmar que o surgimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura constitui um novo e poderoso instrumento nas mãos dos trabalhadores do campo para impulsionar suas lutas, sua organização e unidade e o reforçamento do movimento nacionalista e democrático na luta pela emancipação nacional.

Vale lembrar que a simpatia do presidente João Goulart com os movimentos sociais foi importante para as aquisições das Ligas. Numa visita à Paraíba, no dia 29 de julho de 1962, Jango discursou sobre a Reforma Agrária, que havia se tornado uma das principais reivindicações da luta camponesa.

Além da visita de Jango, com a repercussão das Ligas Camponesas do Nordeste outros políticos brasileiros e estrangeiros quiseram conhecê-las de perto, a exemplo do ex-presidente Juscelino Kubitscheck, que fez questão de vir a Sapé. Sobre este dia, Souza (1996) lembra que JK foi desaconselhado de fazer essa visita pelo risco de, chegando à cidade, não encontrar nenhum camponês e o fato ser noticiado na imprensa. Assim, para garantir a recepção a este ex-presidente, as lideranças das Ligas, que utilizavam foguetões para convocar os camponeses para os eventos, de dia ou de noite, fizeram uso desse recurso, conseguindo reunir centenas de camponeses. O esquema funcionava da seguinte forma: ao ouvir o estampido de três foguetões, que significava a convocação para uma reunião, os Delegados das fazendas iam estourando outros foguetões até atingir as fazendas mais distantes. Ouvindo os estampidos, os camponeses paravam o que estavam fazendo e se dirigiam para a sede da Liga.

Para averiguar de perto a ebulição das Ligas, os irmãos Bob e Edward Kennedy, dos Estados Unidos, também visitaram o Nordeste. No Engenho Galiléia, Edward doou um gerador de energia, o qual, segundo Souza, com o Golpe de 64 publicaram nos jornais que seria uma arma vinda de Cuba.

O Presidente John Kennedy, dos Estados Unidos, também cogitou uma visita diretamente para a cidade de Sapé, considerando que o Nordeste brasileiro tinha graves problemas sociais e que poderia vir a ser um segundo Vietnã. As forças de esquerda, os sindicatos e os estudantes reagiram contra a vinda deste presidente, pois ele era o representante máximo do imperialismo. Mas esta visita não ocorreu, porque Kennedy foi assassinado.

Outras personalidades também estiveram na Liga Camponesa de Sapé, como Célia Guevara, mãe do líder guerrilheiro da Revolução Cubana, Ernesto Che Guevara (SOUZA, 1996; MORAIS, 2006).

2.5 DIVERGÊNCIA NO MOVIMENTO CAMPONÊS

No estado da Paraíba, as Ligas Camponesas foram comandadas, em sua maioria, pelo Comitê Estadual do PCB, fato que as distanciaram da influência de Francisco Julião, sobretudo dada a proximidade das eleições de 1962. De acordo com Souza (1996) diferentemente de Pernambuco, onde a luta das Ligas se confundiu com a pessoa de Julião, na Paraíba foi acertado que não haveria culto a nenhuma liderança, pois isso poderia prejudicar a técnica de luta se algum líder cometesse erros. Portanto, a Liga sempre foi colocada acima de seus líderes, embora alguns tenham se destacado mais que outros.

A Liga de Sapé era semelhante à do Engenho Galileia, mas se diferenciava quanto ao modelo organizacional. Souza aponta que por muito tempo esta Liga recebeu auxílio de Julião, que cativava e acendia a massa camponesa com sua humildade e oratória. Houve grandes concentrações com a presença do líder pernambucano em Sapé, mas, a partir de 1961 começaram as divergências políticas e o distanciamento foi inevitável.

Confirmando as razões de desarmonia nas Ligas, expostas por Azevedo e Morais anteriormente, Souza (1996) esclarece que a divergência ocorreu porque ele não concordava com as ideias de guerrilha adotadas por Julião, que havia chegado de Cuba e estava entusiasmado com a Revolução Cubana, que tinha feito Reforma Agrária. Como Presidente da Federação das Ligas Paraibanas, Souza ressalta que temia perder a legalidade da luta camponesa, sobretudo por que o presidente João Goulart não era contra as organizações sociais, e os inimigos eram os latifundiários, seus capangas e a Polícia Civil e Militar.

Também ele queria aproveitar a liberdade existente para organizar Ligas em outros municípios, inclusive no sertão, pois, tanto na Paraíba como em Pernambuco as organizações se concentravam apenas na área litorânea e na Zona da Mata. Além disso, naquele período, o Exército ainda não ameaçava o movimento camponês, que se colocou a favor da candidatura do Marechal Lott, nas eleições presidenciais de 1960.

O choque de opiniões teve seu ponto alto no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte, em 17/11/1961, que foi decisivo para alavancar os debates a respeito da Reforma Agrária no Brasil. Sob a organização da União

dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), criada em 1955, para melhor organizar os trabalhadores rurais, com apoio financeiro do Governo Federal, a solenidade de abertura deste Congresso contou com a presença de João Goulart, presidente da República, parlamentares e ministros. Na ocasião, "cerca de 1.400 delegados representaram os trabalhadores no Congresso, dos quais 215 das Ligas Camponesas" (AUED, 1986, p. 58).

Neste Congresso, enquanto o PCB apresentava propostas de uma Reforma Agrária por via política, com reformas de base e mudanças gradativas que acumulariam forças, os "julianistas" reivindicavam uma Reforma Agrária radical com:

> desapropriação de terras não cultivadas com área superior a 500 ha que fiquem próximas dos grandes centros urbanos, açudes, ou principais vias de comunicação; indenizações, a longo prazo, das terras desapropriadas; alteração do Art. 147 da Constituição que se refere à indenização de terras desapropriadas; imposto territorial proporcional ao tamanho da terra (e isenção deste imposto à pequena propriedade agrícola); doação das terras devolutas àqueles que nelas quiserem trabalhar: incentivo à produção cooperativa e facilidade de crédito agrícola (AUED, 1986, p. 59).

A Reforma Agrária na "Lei ou na Marra", de Francisco Julião, saiu vitoriosa do I Congresso de Belo Horizonte. Os "julianistas" estavam entusiasmados com a Revolução Cubana de 1959 e disseminavam a luta armada do campesinato como fundamental para a conquista da reforma. A invasão de Havana por guerrilheiros neste ano tinha influenciado Julião. Segundo Morais (2006), logo após este Congresso fica evidente a divergência entre Julião e os comunistas, sendo muitos destes expulsos do PCB. Os vitoriosos começaram uma reunião no próprio Congresso para recrutar camponeses para "focos de guerrilha".

Influenciados pela invasão da baía dos Porcos, em abril de 1961 em Cuba, e temendo que os EUA derrotassem Fidel Castro, houve um adiantamento nos planos de organizar a massa rural brasileira para a guerrilha que ocorreria em 5 ou 10 anos, com intuito de consolidar a Aliança Operário-Camponesa, um passo decisivo para a Revolução Brasileira. O Conselho Nacional das Ligas, criado após o Congresso de Belo Horizonte, tinha receio de que esta Revolução, almejada pelos dirigentes das Ligas, não ocorresse caso a Revolução Cubana de Castro ruísse (MORAIS, 2006; BASTOS, 1984).

Conforme Bastos (1984) mesmo contra a vontade de Julião, os primeiros campos de guerrilha foram instalados no estado de Goiás com apoio da Associação Goiana dos Trabalhadores do Campo, que recrutou estudantes secundários e universitários do estado de Pernambuco.

Quanto ao funcionamento do esquema guerrilheiro, Morais assinala que os campos de treinamento só eram conhecidos por quem estava trabalhando, mas algumas falhas contribuíram para que as guerrilhas não durassem muito. Em novembro de 1962 os militares surpreenderam um campo de treinamento, e houve choque entre fuzileiros navais e paraquedistas das Forças Armadas. Sem apoio das Ligas, de grupos de esquerda e tendo que enfrentar as Forças Armadas, Julião não soube conduzir as guerrilhas.

Outra questão apontada pelo autor para o declínio das guerrilhas foi o despreparo militar dos homens escolhidos para os campos de treinamento, que ficavam à espera de orientações:

> Em um ano, à espera de uma voz de comando que nunca chegou, os futuros guerrilheiros tiveram de enfrentar todas as consequências naturais de um longo e particular isolamento; da falta da atividade prometida; da ausência de um programa armado bem definido e, ainda mais, da falta de uma sólida unidade dos organismos dirigentes, fatores que destroem moral, política, ideológica e organicamente qualquer grupo de combatentes (MORAIS, 2003, p. 54)

Em abril de 1962, em Ouro Preto, Julião lançou o Manifesto 21 de Abril, quando tentou juntar e dirigir todos os movimentos camponeses do país, mas não teve êxito. A essa altura, os adversários já estavam penetrando nos campos de treinamento e os novos recrutamentos vinham da zona urbana com a adesão de estudantes sem a ideologia e o preparo que as guerrilhas requeriam. Essa junção de fatores foi minando os campos de treinamento, com Julião sendo pressionado a ajudar financeiramente os guerrilheiros expulsos dos campos que o forçava a “reunir representantes de todos os setores clandestinos e transferir todas as atribuições do setor armado” (MORAIS, 2006, p. 55).

Na Campanha de Julião de 1962, o setor armado das Ligas o pressionou a acabar com o Movimento 21 de Abril e dispensar os seus integrantes. Então, comandados por Mariano Silva (Loyola), os guerrilheiros do Campo de Treinamento nº 6, da Serra de Petrópolis, armados, foram ao Rio de Janeiro e retomaram o Jornal A Liga, em outubro de 1962. A direção deste jornal, que estava nas mãos de intelectuais, foi assumida pelo Padre Alípio, pelo jornalista Pedro Porfirio Sampaio da Organização de Massas (OM) e por Adauto Freire, Mariano José da Silva e Ozias da Costa Ferreira, integrantes da Organização Política (OP). Com estas e outras ações, tiveram início as prisões dos guerrilheiros e o setor armado resolveu desmanchar os campos de guerrilha (MORAIS, 2006).

Para este autor, Julião se iludiu em pensar que podia controlar o setor armado das Ligas, que estava sendo dirigido por militantes de grupos esquerdistas. Além disso, as guerrilhas não deram certo, porque aquele líder tinha como adversários o Partido Comunista, além dos próprios oponentes das Ligas e de grupos de esquerda que quiseram tomar o poder da luta armada para si.

Em 1963, apesar das tentativas de divisão do grupo "julianista" encabeçado, na Paraíba, por Elizabeth Teixeira e por Antonio Dantas, enquanto estavam firmemente controladas pelo PCB, as Ligas paraibanas cogitaram posições moderadas em combate ao liberalismo no Estado e, contestando a orientação ideológica das Ligas de Pernambuco, decidiram em favor do presidencialismo no plebiscito daquele ano. Nesse sentido, a Paraíba absorveu um enorme contingente de lideranças que ultrapassaram os limites dos partidos tradicionais e participaram da campanha eleitoral de 1962, apoiando os candidatos progressistas sem excederem, no entanto, as fronteiras do campesinato nem se transformarem em partido agrário.

Ao contrário das Ligas de Julião, nas quais as decisões eram tomadas de cima para baixo, através de um Conselho Regional, na Liga de Sapé tudo era decidido com as ações sendo levadas às assembleias para serem aprovadas. Também, na medida em que as Ligas de Pernambuco disputavam os meios de sindicalização, baseadas numa organização política favorável à conquista agrária radical, na Paraíba a transformação das Ligas em Sindicatos Rurais ocorreu com maior tranquilidade, prevalecendo a orientação contida de Assis Lemos.

A divergência de opiniões foi liderada pelos "julianistas" (seguidores de Julião e militantes desvinculados do PCB que privilegiavam a causa camponesa) e pelos comunistas (partidários do PCB, voltados para os assalariados rurais).

Inicialmente, os direcionamentos de luta eram orientados pelo PCB, mas, o movimento foi construindo sua própria estratégia sobre os rumos que a reforma agrária deveria tomar, e tinha sua própria visão sobre a exploração que regia o campo. Desse modo, os embates não tardaram em acontecer com a divisão das Ligas em dois núcleos: radical e moderado. Segundo Aued (1986, p. 56) "a luta entre "julianistas" e comunistas contribuiu sobremaneira para a cisão interna do movimento".

Sobre as divergências que marcaram a dissenção do movimento camponês nos estados da Paraíba e Pernambuco, encontramos em Page (1971, p. 111) um comentário pertinente:

> À medida que as Ligas Camponesas na Paraíba se multiplicavam e expandiam, Julião encontrou crescentes dificuldades para controlá-las. Um

> jovem agrônomo paraibano, Francisco de Assis Lemos de Souza, ascendeu a uma posição de liderança dentro do movimento e logo começou a rivalizar com seu colega do Recife. Assis Lemos, que gozava de bom relacionamento com o Partido Comunista, manteve uma abordagem mais pragmática e menos revolucionária do que Julião. Ele desejava concentrar seu trabalho na melhoria das condições de vida dos camponeses. No início de 1962, ele atraiu a atenção do presidente João Goulart, que estava procurando uma oportunidade para neutralizar Julião. Jango deus instruções ao ministro da Agricultura para fornecer verbas destinadas ao estabelecimento de postos de saúde nas zonas rurais onde as Ligas Camponesas da Paraíba eram ativas. Tal medida constituiu um benefício tangível para os camponeses e aumentou substancialmente o prestígio de Assis lemos. Logo ele se tornou o presidente da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba. Em julho de 1962, Goulart visitou a Paraíba e foi saudado por 16.0000 camponeses em passeata.

As dissidências entre o tranquilo Assis Lemos e o agitado Julião colocou as Ligas dos estados vizinhos em um terreno de disputa, que levou ao enfraquecimento destas. Como indicou Aued (1986, p. 87), o próprio PCB foi um dos responsáveis por esse enfraquecimento:

> A contribuição junto às Ligas Camponesas, das principais forças em presença, "julianistas" e PCB, este último, sobretudo, colaborou para obscurecer a consciência de classe, alimentar ilusões pequeno-burguesas, permanecer dentro da legalidade burguesa, do nível de luta econômica por melhores condições de vida. Em outras palavras, concorreu para a cisão do movimento.

Mesmo em meio às dissidências, as Ligas se mantiveram hegemônicas enquanto movimento camponês até 1962, quando o presidente João Goulart estimulou a sindicalização rural. Conforme Azevedo (1982) seriam distribuídas cartas do Ministério do Trabalho através da Igreja e do PCB que operavam na zona rural, mas esta ação do governo pretendeu isolar as Ligas politicamente. O autor explica ainda que, ao criar uma entidade nacional para representá-los, as Ligas afastaram seus melhores líderes do Nordeste e se enfraqueceram regionalmente.

Um ponto pouco discutido na história das Ligas é a desarmonia existente entre as principais lideranças dos estados de Pernambuco e da Paraíba. Clodomir Morais, por exemplo, se refere a Assis Lemos como um interessado em se eleger e seguir carreira política (MORAIS, 2006). Por outro lado, uma carta enviada por Assis Lemos para Julião, em setembro de 1986, mostra bem a divisão que pairou no movimento camponês na década de 1960. Eis um fragmento da carta:

> O movimento camponês da Paraíba tinha contra si, além dos inimigos naturais, os latifundiários, a Polícia e o Governo Estadual. Pernambuco, todavia, levava a vantagem de ter à frente da administração estadual, o grande democrata Miguel Arraes, que respeitava e garantia as liberdades. Sua Polícia não servia aos interesses da opressão [...] É verdade que, já em 62, você dava os primeiros passos no sentido de dividir, não somente as lideranças camponesas, como também, as das forças progressistas, inclusive, se posicionando contra o governo Jango (SOUZA, 1996, p. 336).

Diante do exposto, quando o Golpe Civil-Militar de 1964 se aproximava, as Ligas já vinham enfraquecendo internamente e foram rapidamente sufocadas pelo novo regime, como veremos a seguir.

2.6 REPRESSÃO NO PÓS-GOLPE E ELIMINAÇÃO DAS LIGAS

João Goulart foi o último presidente democrático do Brasil antes da implantação do Golpe Civil-Militar de 1964 que anulou direitos civis e políticos, levando o país a vivenciar períodos de perseguição, prisões, cassações, torturas, mortes e desaparecimentos forçados, que totalizaram vinte e um anos. Seu governo buscou alterar as estruturas econômicas e sociais, tentando implantar Reformas de Base. Contrariando a oposição dominante, Jango assinou a Reforma Agrária, noticiando um decreto que não foi avaliado pelo Congresso Nacional (CITTADINO, 1998; NUNES, 2011).

Conforme os autores, naquele momento havia, no íntimo das forças políticas conservadoras, receio de que explodisse uma revolução capaz de transformar o Brasil num país socialista, como tinha acontecido com a Revolução Cubana que estava criando adeptos em toda a América Latina. Assim, contrários à implantação da Reforma Agrária e ao avanço da participação popular, os grupos dominantes se uniram ao setor militar e deflagraram o Golpe que, em 1º de abril de 1964, acabou com as instituições democráticas no país em nome da ordem.

O discurso de Jango, no comício de março de 1964, o colocou a favor das forças de esquerda, como indica Nunes (2011, p. 13)

> É no comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, que João Goulart dá de fato uma guinada para a esquerda. Este comício foi organizado pela CGT e pela assessoria sindical de Goulart e visava demonstrar o apoio popular às propostas de Reforma de Base do governo e pressionar o Congresso Nacional no sentido de que este aprovasse rapidamente os projetos encaminhados pelo Executivo. Nele Goulart anunciou a

> promulgação de dois decretos, o de nacionalização das refinarias particulares de petróleo e o da desapropriação das propriedades de terras com mais de 100 hectares que ladeavam as rodovias e ferrovias federais e os açudes públicos federais. Também prometeu enviar ao Congresso outros projetos de reformas, como a agrária, eleitoral, a universitária e a constitucional. Além disso, anunciou que nos próximos dias decretaria algumas medidas em defesa do povo e das classes populares.

Eis o preâmbulo do Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964, em que este Presidente declara:

> [...] de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências (BRASIL, 1964).

Durante o governo Jango, o Brasil vivia uma crise político-econômica, agravada pelo aumento das reivindicações de grupos sociais, tendo este presidente se voltado para os interesses populares, desagradando a oposição. Portanto, embora aquele comício da Central do Brasil não seja considerado a causa principal do Golpe, pode-se dizer que foi o seu estopim.

Segundo Grynszpan (2014) o tema da Reforma Agrária ecoava tão forte no governo Jango que muitas cidades do país apoiavam sua realização para o desenvolvimento nacional e como solução para os conflitos sociais que se acirravam naquele período. Jango se empenhou na aprovação da Reforma Agrária mas, entre as barreiras para a realização desta Reforma estava o fato de que o governo não dispunha de dinheiro para pagar as indenizações no caso de desapropriações de terras. Então, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) propôs que se reformulasse a Constituição para permitir o pagamento das indenizações em títulos do débito agrário.

Outras mudanças constitucionais foram propostas pelo governo para solucionar a questão agrária, como as reformas de base, voltadas para o desenvolvimento do país, mas, como precisavam de 3/5 de apoio do Congresso, essas reformas constitucionais não foram aprovadas (GRYNSZPAN, 2014).

Sem apoio para a aprovação das Reformas de Base, Jango começou a pressionar o Congresso com o amparo dos movimentos sociais, em particular das Ligas Camponesas. Nesse panorama, espremido entre um Congresso resistente e uma massa popular que

avançava, no comício realizado no dia 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, Jango proclama a desapropriação das terras, como mencionamos.

A Reforma Agrária estava anunciada e não havia como voltar atrás. Jango se consagrou por anunciar um projeto ousado de reformas de base, que beneficiava a classe trabalhadora e o mundo rural. No entanto, sua atitude teve sérias consequências, porque as reformas não foram aprovadas, culminando na ruptura com o Partido Social Democrático (PSD), grupo que o apoiava. O desfecho final desse momento político foi o Golpe Civil-Militar de 1964.

Nunes (2011) explica que, na noite de 31 de março (véspera do Golpe), Jango ainda foi alertado pelo Gal. Amaury Kruel, do Rio de Janeiro, para se afastar das entidades julgadas subversivas como o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e a UNE (União Nacional dos Estudantes), mas ele se recusou a atendê-lo. Quando as tropas comandadas pelo General Mourão Filho já haviam saído da IV Região Militar de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, João Goulart não reagiu, buscando exílio no Uruguai. Sobre a postura deste presidente, Fico (2012, p. 18) observa:

> Ante a ofensiva de Mourão, Goulart caiu sem resistência, não acionando seu "dispositivo militar", que supostamente resistiria a iniciativas golpistas da direita. Teria tomado com facilidade o Palácio da Guanabara, onde estava o governador Carlos Lacerda, através da ação de uns poucos aviões bombardeiros. Porém, pretendeu evitar uma "guerra civil", ou apenas avaliou que seria inútil resistir. Saiu do país, mas antes mesmo disso perdeu o seu mandato.

Imediatamente após o Golpe, tão logo Jango deixou o Brasil, iniciou-se uma busca aos opositores políticos em todo o país, na chamada "Operação Limpeza", que Alves (1984, p. 59) comenta:

> [...] O Exército, a Marinha e a Aeronáutica foram mobilizados, segundo técnicas predeterminadas de contra-ofensiva, para levar a efeito operações em larga escala de "varredura com pente fino". Ruas inteiras eram bloqueadas e cada casa era submetida a busca para detenção de pessoas cujos nomes constavam de listas previamente preparadas. O objetivo era "varrer" todos os que estiveram ligados ao governo anterior, a partidos políticos considerados comunistas ou altamente infiltrados por comunistas e a movimentos sociais do período anterior a 1964. Especialmente visados eram líderes sindicais e estudantis, intelectuais, professores, estudantes e organizadores leigos dos movimentos católicos nas universidades e no campo.

Conforme esta autora, a onda de violência e repressão impostas pela "Operação Limpeza" levou o Brasil a ser condenado, no final de 1964, pela Comissão Internacional de Juristas em Genebra. A prisão de 8.000 pessoas, cassação de mandatos eleitorais e censura à imprensa foram os motivos alegados.

O número assustador de torturas, mortes e desaparecimentos forçados cresceu na medida em que o regime se expandia. De acordo com Carvalho (2005, p. 162-163), "A máquina da repressão cresceu rapidamente e tornou-se quase autônoma dentro do governo", pois além dos serviços de inteligência do Exército, Marinha e Aeronáutica que passaram a atuar junto aos órgãos da Polícia Federal e do Serviço Nacional de Informações (SNI), foram criadas as Operações de Defesa Interna, as tão temidas agências de repressão DOI-CODI.

Quando o Golpe se concretiza no estado da Paraíba, a perseguição sobre os adversários políticos seguiu o mesmo curso que no restante do Brasil, mas com uma particularidade: as lideranças das Ligas Camponesas, que vinham ameaçando a ordem, tornaram-se prioridade de eliminação. Os proprietários rurais viram, no Golpe, uma oportunidade para caçar os camponeses, que os vinham incomodando com a audácia de reivindicar direitos.

Sobre a repressão que se instalou neste momento, Cittadino (1998) assinala que muitas carteiras de trabalho que haviam sido adquiridas pelos camponeses foram queimadas em fogueiras pelos latifundiários, numa demonstração de que eles é que mandavam.

Quanto à reação do governador Pedro Gondim ao Golpe, na fatídica noite de 31 de março de 1964, ele se dirigiu com seus auxiliares para o Palácio da Redenção onde passou toda a madrugada avaliando sua adesão às Forças Armadas. Ainda conforme Cittadino (1998), Gondim foi pego de surpresa pelo movimento golpista e sua decisão não foi fácil, porque só foi tomada após a visita que recebeu do Cel. Ednardo D'Ávila Mello, representante do 15º RI e grande defensor do Golpe na Paraíba. Sob o risco de ser deposto ou preso, o governador somente divulgou uma nota de apoio às Forças Armadas aproximadamente às 11horas do dia 1º de abril.

Cittadino observa que o movimento golpista recebeu apoio da sociedade civil paraibana[20] representada pelo comércio, indústria e bancos. Também um esquema pré-

[20] Seguindo o modelo das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que ocorreram no país para exaltar o que a direita chamava de "Revolução", estas marchas ocorreram em vários municípios do estado paraibano, com apoio da Igreja. Na capital, participaram em torno de 20.000 pessoas e as mulheres se destacaram com cartazes enaltecendo o Exército e repudiando os comunistas (CITTADINO, 1998, p. 166). Neste ano de 2014, aniversário de cinquenta anos do Golpe, foi realizada uma nova edição desta Marcha, com um total de 700 pessoas, na qual sua apoiadora, Cristina Peviani, questionou o uso de tortura e repudiou a instalação da Comissão Nacional da Verdade (TERENZI; VETTORAZZO, 2014).

revolucionário, coordenado pelo latifundiário Renato Ribeiro Coutinho, que mantinha relação estreita com o Exército, tinha sido organizado para reprimir qualquer reação camponesa ou do próprio Gondim.

Os jornais do Estado também publicavam notas de apoio às Forças Armadas, de modo que mereceu destaque a ação de comerciantes, empresários e da Associação dos Proprietários da Paraíba (APRA), ou Liga dos Latifundiários (LILA), como também era conhecida. Vale lembrar que a relação estreita que esses proprietários mantinham com o 15º RI facilitou a caça e o esmagamento das Ligas Camponesas.

Portanto, Cittadino explica que tão logo o Golpe foi instalado na Paraíba, as práticas que lembravam um estado populista começaram a ser eliminadas e as forças de esquerda desarticuladas. A API e a CEPLAR, que eram financiadas pelo governo, foram invadidas pelo Exército e por civis adeptos do Golpe. No casarão, localizado em frente à Praça do Bispo, em João Pessoa, onde os professores da CEPLAR se reuniam, o caminhão do exército destruiu todo o material que ali se encontrava – como cadeiras, projetores, mapas e cadernos –, o qual divulgou, posteriormente, que havia encontrado material subversivo naquele lugar. Na ocasião, diversos documentos foram queimados e seus líderes presos.

As forças de esquerda na Paraíba, foram pegas de surpresa pelo movimento golpista, logo, ocorreram poucas tentativas de reação. É o que esclarece Nunes (2011), quando comenta que, com as notícias do Golpe ainda foi iniciado um comício no bairro de Cruz das Armas pelo Partido Comunista, Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Ligas Camponesas, que logo foi reprimido pelo Exército.

Recebendo apoio do prefeito, a fábrica de tecidos de Rio Tinto chegou a paralisar suas atividades, no entanto, ele foi preso pela Polícia Militar. O prefeito de Souza, Antônio Mariz, também realizou um comício, mas foi imediatamente detido. Quanto ao prefeito de Campina, Newton Rique, foi cassado em julho de 1964.

Ainda de acordo com este autor, a repressão se instalou rapidamente na Paraíba com 178 prisões efetuadas no setor urbano e 172 prisões na área rural, incluindo camponeses. As prisões do 15º RI e do Grupamento de Engenharia ficaram lotadas, de modo que foi constante o uso da violência nos inquéritos policiais.

Na sequência de repressões, as Ligas Camponesas foram brutalmente perseguidas e aniquiladas com o apoio da Polícia Militar, do Exército e das milícias particulares dos proprietários rurais. Pela influência que vinham tendo e pelo vigor que a campanha pela Reforma Agrária vinha tomando, as Ligas tornaram-se uma ameaça para os latifundiários e

para as forças políticas conservadoras, por isso, após o Golpe, suas lideranças foram caçadas, presas, torturadas e mortas.

Alguns líderes e apoiadores das Ligas conseguiram fugir, como Elizabeth Teixeira, que teve sua vida roubada pelo Estado. Outros, porém, não tiveram a mesma sorte e caíram nas mãos do Exército, como Pedro Fazendeiro e Nêgo Fuba, que foram presos, desapareceram do 15º RI, em setembro de 1964 e nunca foram encontrados, como expomos anteriormente.

3 MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS

> A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.
>
> (Le Goff, 1992, p. 477)

Relembrar o passado dos camponeses que tombaram, seja pelas mãos dos latifundiários ou da repressão militar brasileira, não muda o que aconteceu, mas pode direcionar os homens para esta liberdade descrita por Le Goff. Com este espírito de liberdade, de perpetuação da memória e também de mudanças, o Memorial das Ligas Camponesas (MLC) foi criado no ano de 2006 como uma Organização Não Governamental, com sede na Comunidade Barra de Antas, zona rural do município de Sapé, Paraíba.

Após serem eliminadas com o Golpe Civil-Militar de 1964, com os novos movimentos sociais do campo, a exemplo do Movimento dos Sem Terra (MST), as Ligas reaparecem adaptadas, na década de 1980 com o apoio dos Sindicatos Rurais e da Igreja, que, através da Comissão Pastoral da Terra, passou a acompanhar os conflitos no campo brasileiro.

Como mencionamos, esta é a década em que o país começa a se reerguer da avalanche opressora da Ditadura Civil-Militar com os presos sendo libertos e os clandestinos voltando a assumir suas identidades, resultado da Lei da Anistia de 1979. É também a década em que o tema Direitos Humanos entra nos debates acadêmicos e que as vítimas daquele regime passam a exigir reparações do Estado brasileiro, sobretudo no que tange aos desaparecidos políticos[21].

A classe camponesa que o MLC representa hoje, reivindicando direitos humanos tanto civis quanto econômicos sociais, culturais e ambientais, é a mesma que foi perseguida pelo Estado brasileiro, antes desses direitos serem incorporados na atual Constituição do país.

Neste capítulo, apresentamos os primeiros passos da criação do MLC e, destacando suas ações, conquistas, dificuldades, projetos e desafios, analisamos sua relação com a Comunidade Barra de Antas e o seu desempenho para preservar a memória e fomentar os Direitos Humanos nesta Comunidade. Exploramos as características e a capacidade do MLC tanto no plano interno quanto no externo, porque o compreendemos não como um espaço de

[21] Vale ressaltar que a pressão da sociedade, com a campanha pela anistia, que resultou na lei de 1979, e os movimentos pela busca dos desaparecidos, pelas reparações morais e financeiras, e pela verdade sobre os abusos cometidos naqueles anos da Ditadura resultaram na criação da Comissão Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, em 1996, e da Comissão Nacional da Verdade, em 2011.

memória fixa apenas, mas de ressignificação da luta camponesa e de formação política. Um espaço democrático, que, ao emergir uma memória proibida e dos excluídos, como enunciou Pollak (1989) e reivindicar Direitos Humanos Civis, Econômicos, Sociais Culturais e Ambientais, posiciona-se na contramão do esquecimento e em favor dos grupos minoritários.

Segundo Halbwachs (2003, p. 29) "Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós." Devido a algumas lacunas sobre o nascimento do MLC, os testemunhos são imprescindíveis para complementar e esclarecer o que não consta nos documentos, bem como para a construção da memória coletiva. Nesse sentido, nossas reflexões sobre a origem do MLC e sua relação com Barra de Antas se deu a partir do depoimento de alguns dos seus membros fundadores e da atual direção, bem como de alguns moradores daquela Comunidade.

Nessa mesma perspectiva, Ferreira (2007, p. 138-139) ressalta que a ausência de informações sobre determinados temas "tem levado a grande valorização da memória e, por conseguinte, da sua captação por meio da história oral, que traz à tona o percurso histórico de grupos marginalizados com elementos fundamentais para a construção das identidades". Assim, merece destaque a relação do MLC com a construção da memória, pois, antes mesmo de se constituir juridicamente esta entidade, iniciou uma série de entrevistas com os camponeses que sobreviveram às Ligas Camponesas, buscando resgatar a memória e a cultura deste grupo. Resgate que continua, em razão do forte espírito de luta dos integrantes do MLC e dos seus apoiadores, que o alimentam em oposição ao esquecimento da batalha por direitos sociais travada no campo nas décadas de 1950-1960 e para fortalecer a luta pela terra e pelos Direitos Humanos, ainda presente e necessária na atualidade.

3.1 NASCIMENTO DO MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS

Antes de adentrarmos no universo de criação do MLC, convém contextualizar a Comunidade Barra de Antas (seu lugar de origem), onde existem agricultores(as) que deram continuidade à luta por direitos no campo, iniciada por João Pedro Teixeira e pelas Ligas Camponesas na década de 1950.

Conforme depoimento de Eduardo da Silva Costa (Eduardo), 35 anos, morador e presidente da Associação de Barra de Antas, esta Comunidade teve origem há mais de um século, com o nome Barra da Conceição, devido a uma promessa que o proprietário dessa terra fez para Nossa Senhora. Como na época muitas pessoas estavam morrendo de cólera, este proprietário teria doado um terreno onde foi construído um cemitério. Em seguida, como relata Eduardo: "fizeram uma capelinha e chegaram os moradores e se fundou Barra de Antas, hoje. Mas o nome Barra de Antas vem por que na região tinha muito mato e apareciam umas antas na região. E aí ficou Barra de Antas, Antas do Sono, Antas dos Anjos". [22]

Já um estudo de Lima (2013) indica que o fundador de Barra de Antas foi Chico Félix, pertencente à família Guabiraba, que doou um hectare de terra para as pessoas pobres construírem casas. Assim, a população inicial desta Comunidade, que reunia cerca de 10 famílias, foi aumentando com a construção de casas de taipa e de palha por famílias que não tinham condições de comprar um pedaço de terra.

Atualmente, Barra de Antas está localizada na zona rural do município de Sapé. Este município

> faz divisa ao norte com os municípios Cuité de Mamanguape e Capim, ao sul com Sobrado e Riachão do Poço, a oeste com Mari e a leste com Santa Rita e Cruz do Espírito Santo. Sapé possui uma área de 329 km² e uma altitude de 123 metros acima do nível do mar. O clima predominante é o quente úmido, com chuvas de outono e inverno. A bacia hidrográfica do município é constituída pelo rio Gurinhém, Miriri e Seco. Com relação à vegetação, esta é formada pela mata ciliar e alguns resquícios de cerrados e mata atlântica (LIMA, 2013, p. 30).

Cercada por terras férteis, Barra de Antas, hoje, abriga um total de 140 famílias que vivem em situação precária pela deficiência dos serviços de saúde, educação, moradia, lazer, saneamento básico e alimentação, ou seja, não usufruem plenamente dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais.

Embora o êxodo rural ocorra em menor quantidade do que nas décadas de 1980/1990, parte da população jovem desta Comunidade ainda migra para os grandes e pequenos centros em busca de emprego, ao passo que a outra sobrevive da aposentadoria e do Bolsa Família, programa do Governo Federal de auxílio às famílias em situação de miséria.

---

[22] Entrevista de Eduardo da Silva Costa à autora, em 14/06/2014.

Diante do exposto, a paisagem exuberante que vemos na foto 13 paradoxalmente esconde a realidade de um lugar que, até a criação do Memorial das Ligas Camponesas, era esquecido pelas autoridades públicas. Um lugar em que a sua população tem seus direitos humanos básicos de sobrevivência praticamente negados e no qual os agricultores(as) ainda esperam a posse da terra para voltar a plantar e viver do que gostam.

Foto 13 – Comunidade Barra de Antas, 2014

Fonte: Acervo da autora

Conforme dispõe Estatuto próprio, o Memorial das Ligas Camponesas foi criado no dia 18 de novembro de 2006 por um coletivo formado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), estudantes e professores universitários, militantes de movimentos sociais e dos direitos humanos e pelos próprios agricultores(as) de Barra de Antas e adjacências.

O depoimento de Alder Júlio Calado (Alder Júlio), 66 anos, professor aposentado da UFPB e apoiador do MLC, destaca que foi a iniciativa “auspiciosa” de Antonia Maria Van Ham (Irmã Tonny), religiosa holandesa da CPT, que através do resgate da história de João Pedro Teixeira, encorajou o nascimento deste Memorial.

Esta iniciativa da Irmã Tonny, refere-se a sua dedicação em realizar cerca de trinta entrevistas com agricultores(as) que participaram e sobreviveram ao período das Ligas Camponesas ou que conheceram João Pedro e Elizabeth Teixeira. As entrevistas foram utilizadas na confecção da cartilha João Pedro Teixeira: vivo na memória e nas lutas dos trabalhadores, lançada em 2002, no 40º aniversário de morte deste líder camponês. Neste evento, aconteceu a primeira caminhada pelas ruas de Sapé, e a inauguração de uma capela no

local em que João Pedro foi morto (em substituição a uma cruz destruída pelo regime militar em 1964) que vemos na foto 14 e de um monumento em formato de enxada, como se vê na foto 15 na inauguração da Rodovia João Pedro Teixeira em 2002.

Na época, ao lado de outros voluntários, o próprio Alder Júlio, colaborou com a transcrição e digitação daquelas entrevistas[23].

Foto 14 – Capela erguida no lugar em que João Pedro Teixeira foi assassinado

Fonte: Acervo da autora.

Foto 15 – Monumento erguido na inauguração da Rodovia João Pedro Teixeira, em Sapé, PB.

No ano de 2006, dois acontecimentos contribuíram para germinar o MLC. O primeiro, realizado em abril daquele ano, foi o Seminário Memória Camponesa[24], no qual vários líderes camponeses ainda vivos, assim como os familiares daqueles que tombaram foram homenageados. Entre os que testemunharam sobre a participação nas Ligas estavam:

[23] Também participaram como voluntários: Pe. Ari Wilson, Verônica, Dilei, Pe. Gabrielle, Prof. Lúcio Flávio, Profa. Gláucia Ieno, Priscilla, Luciana e Jeane (CONSULTA POPULAR, 2002, p. 11).

[24] O Seminário Memória Camponesa foi coordenado por: Moacir Palmeira (Projeto Memórias Camponesas e Cultura Popular), Genaro Ieno (UFPB), Belarmino Mariano Neto (UEPB), Waldir Porfírio (API), Ivan Targino (UFPB), Emília Moreira (UFPB), Marilda Menezes (UFCG) e Irmã Tonny (CPT). As três mesas deste Seminário estão disponíveis em: <http://www.ligascamponesas.org.br/>.

advogados; estudantes; delegados; médicos; deputados estaduais e profissionais de imprensa (SEMINÁRIO MEMÓRIA CAMPONESA, 2006).

O segundo foi o lançamento do livro *Memórias do povo*: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba – deixemos o povo falar... Este livro deu continuidade ao resgate da memória camponesa, iniciado pela Irmã Tonny, ao mesmo tempo em que despertou nela e no grupo que a ajudava a necessidade de se adquirir um lugar que protegesse o acervo de entrevistas e os objetos das Ligas que começavam a aparecer. Então, surgiu a ideia de fundar o Memorial João Pedro Teixeira, criado juridicamente como a ONG Memorial das Ligas Camponesas que, segundo Alder Júlio apesar do formato jurídico de ONG, funciona muito bem na qualidade de movimento social.

Nessa perspectiva, para Muniz (2014, p. 6) a criação do Memorial das Ligas Camponesas como enfrentamento à concentração fundiária no Brasil e como centro de formação é importante, porque a desapropriação de terras e criação de assentamentos não é suficiente se os camponeses não conhecem "o significado de suas histórias, suas frustrações e suas conquistas na luta pela reforma agrária e política agrária no Brasil." Referindo-se ao MLC, esta autora complementa:

> Nesse "novo" espaço rural, o resgate das ligas camponesas se faz importante e parece ajudar os camponeses a prosseguir nas lutas presentes e futuras em prol da reforma agrária que contemple os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais já assumidos pelo Estado brasileiro através da Constituição Federal e pelos Tratados Internacionais ratificados pelo Brasil em 1992.

Para a organização daquele livro, a Irmã Tonny retomou os depoimentos que havia iniciado na década de 1990 totalizando quarenta entrevistas e com o auxílio de uma equipe maior, composta por Genaro Ieno, Padre Hermínio Canova e integrantes da Pastoral dos Migrantes, Pastoral dos Negros e da Consulta Popular, os depoimentos foram transcritos e dispostos, na íntegra, no final do livro. A organização final do trabalho ficou a cargo da Irmã Tonny, Alder Júlio Calado, Arivaldo J. Sezyshta, Gabriele Giacomelli e Gláucia M. de Luna Ieno.

Sobre a iniciativa desta Irmã em realizar as entrevistas que resultaram naquele livro e posteriormente no Memorial das Ligas Camponesas, Alder Júlio explica:

> [...] Ela tinha iniciado, fazia, não sei, uns dez anos antes, uma série de entrevistas. Na verdade, ela completou em torno de quarenta entrevistas. Depois, à ela se juntaram outras pessoas, mas, fundamentalmente ela que teve essa iniciativa de gravar entrevistas com cerca de quarenta pessoas. Depois desse evento do qual falei, esse evento de comemoração das Ligas Camponesas, então, essas entrevistas tiveram continuidade. Mas ao mesmo tempo também despertaram para a criação de um organismo que tivesse mais esse empenho de preservação da memória das Ligas Camponesas e de apoio às lutas camponesas de hoje. Então, como fruto dessa iniciativa se formou esse Memorial lá por volta, não me lembro bem, se 2006, 2005, por aí, de todo modo, meados dos anos 2000. E aí esse grupo se organizou, dando como consequência a criação do Memorial das Ligas e das Lutas Camponesas da Paraíba[25].

A própria Irmã Tonny relata o que a levou a realizar aquela série de entrevistas:

> Tenho consciência que eu comecei bem de pequeno essa luta, desde que fui morar em Sapé, em 1982. Foi simplesmente ouvindo o Povo e depois gravando a fala de um e de outra/o. Também, sempre frisando a importância desta História deles, que não podia ser esquecida e tinha que ser valorizada. O que eu fiz, foi sempre lutar para não se esquecer a importância das Ligas como um todo e de João Pedro pessoalmente. Por isso fiz as entrevistas que estão no livro "Memórias do Povo", que certamente você conhece. Também, foi juntamente com a Comissão que organizamos uma comemoração no dia 02 de abril e outras atividades mais. Exemplo disso é o monumento, no lugar onde João Pedro foi morto e a “espada grande” que está plantada na chegada de Sapé, na frente da prisão/polícia[26].

O discurso da Irmã Tonny evidencia sua preocupação em resguardar a memória não só de João Pedro, mas de todos os participantes das Ligas Camponesas. O monumento erguido no lugar onde João Pedro tombou, que no conceito de Le Goff (1992, p. 535) “é tudo aquilo criado para evocar o passado, perpetuar a recordação”, foi uma forma que ela encontrou de valorizar a causa da morte deste camponês, impedindo-a de cair no esquecimento.

Para Delgado (2006, p. 46) “São as vozes do passado atualizadas no presente que presenteiam o futuro com a fonte essencial da vida: a memória”. Nesse sentido, com o intuito de nos presentear e alertar, a Irmã Tonny reuniu aquelas quarenta entrevistas num trabalho de mais de uma década, dando voz aos protagonistas das Ligas Camponesas, bem como aos seus familiares silenciados com o Golpe Civil-Militar de 64. Sua dedicação nos permitiu conhecer a angústia que sentiu Maria José, filha de João Pedro e Elizabeth Teixeira, relembrando o dia em que um carro chegou à sua casa para queimá-la junto aos irmãos, após o Golpe:

---

[25] Entrevista de Alder Júlio Calado à autora, em 20.05.2014.
[26] Entrevista, por meio eletrônico, de Antonia Maria Van Ham à autora, em 21.05.2014.

> Chegou um carro, que era uma camioneta. Parou na frente, estava cheio de policiais [...] entraram dentro de casa, e viraram tudo, procurando mamãe. Até em baixo da cama procuraram. Tiraram o colchão da cama. Aí, botaram a gente tudo juntos. Paulo correu, que ele era mais experiente, quando viu o carro parar, correu dentro da roça. Aí, botaram a gente juntos pra queimar. O plano era de queimar, mas tinha um que disse: "Não, só tem criança, vamos deixar vivo", mas iam matar a gente queimando, procurando mamãe. E trouxeram mesmo os depósitos de gasolina pra despejar e queimar. Se estivesse em casa, iam matar mamãe e a gente, todinho queimado (VAN HAM, 2006, p. 323).

A foto 16 mostra a solenidade de lançamento do livro Memórias do Povo, em janeiro de 2007, na qual a Irmã Tonny (terceira da direita para a esquerda, de blusa branca), distribui o referido livro para os seus protagonistas.

Foto 16- Lançamento e entrega do livro MEMÓRIAS DO POVO

Fonte: Acervo Memorial das Ligas Camponesas/Reprodução autora

Apresentar o resultado de um trabalho para os seus participantes é recomendado pelos adeptos da história oral como agradecimento, sobretudo quando se estabelece um vínculo entre entrevistado e entrevistador (ALBERTI, 2005). Logo, a atitude da Irmã Tonny, na entrega daqueles livros, foi uma forma de homenagear o "povo", ou seja, os responsáveis pelo resgate de uma história que, dificilmente, viria à tona sem os seus testemunhos e entrega emocional. Conforme Eduardo, várias cópias desses livros foram doadas nas escolas de

Sobrado e de Sapé, por que não havia material sobre as Ligas Camponesas nas escolas destes municípios:

> E a gente com todo esse processo a gente conseguiu a edição do livro Memórias do Povo, a gente doou esse livro pra todas as escolas, doou para as bibliotecas, toda região recebeu! Ou seja, ninguém pode dizer que não tem o livro, pelo menos um ou dois, mais tem. Isso mudou essa cultura. Você ver o município de Sobrado, ele tem uma Lei no município, foi criada uma Lei onde foi incluso no currículo escolar a história das Ligas Camponesas. A gente tá agora se preparando pra colocar isso também em Sapé.

Voltando para o processo organizacional do MLC, Cândido Alan Florêncio do Nascimento (Alan), 36 anos, é agricultor, morador de Barra de Antas e contribui com o MLC desde 2003. Lembrando-se da sua participação nesse processo, Alan destaca que o MLC nasceu como uma ONG:

> [...] na época, não existia nem o Memorial, existia um grupo de pessoas, como Irmã Tonny, Irmã Marlene, Padre Hermínio tentando resgatar a história de João Pedro Teixeira. E aí me chamaram, junto com Eduardo, para gente apoiar essa ideia. Então foi feita uma pesquisa (Irmã Tonny) e, na época, Padre Hermínio me chamou (2003), pra gente iniciar a reforma de um centro da Paróquia da Comunidade, pra gente fazer o Memorial, né? Ter um espaço pra gente arrecadar material das Ligas Camponesas e dar início a história do Memorial. E aí foi surgindo a documentação, foi surgindo pessoas querendo participar do Memorial, querendo fazer articulação sobre o Memorial e pedir a desapropriação da casa. E aí em 2006 foi fundada (a gente tinha toda documentação em mão), foi fundada a direção do Memorial, né, da ONG. Que hoje a gente não chama ONG, a gente chama Memorial mesmo, Memorial das Ligas Camponesas[27].

Há entusiasmo no discurso de Alan quando lembra que trabalhou na reforma da casa paroquial, cedida pela Igreja Católica da Comunidade Barra de Antas para a 1ª sede do MLC quando ainda era conhecido por Memorial João Pedro Teixeira[28], como mostra a foto 17. A dedicação de Alan não cessou com sua ajuda naquela reforma. Atualmente, ele faz parte da diretoria do MLC e tornou-se uma espécie de guardião da sua nova sede, acumulando as

---

[27] Entrevista de Cândido Alan Florêncio do Nascimento à autora, em 07.06.2014.

[28] A mudança de nome para Memorial das Ligas Camponesas ocorreu por que a diretoria percebeu a necessidade de inserir todos os protagonistas deste movimento social.

funções de tesoureiro, agente cultural, zelador e arquivista. É ele quem agenda e recebe os visitantes no Memorial.

Foto 17 – Primeira sede do Memorial das Ligas Camponesas

Fonte: GOMES, 2006

O apoio do Padre Hermínio Canova, da CPT, na concessão da casa paroquial para abrigar o MLC, que não tinha lugar fixo e se reunia tanto em Barra de Antas quanto em Sapé, foi evidenciado pela Irmã Tonny: "Foi ele que alugou o prédio em Barra de Antas para ali começar o Memorial. Daí, a gente foi entregando o material que estava sendo guardado, espalhado em vários cantos, aos cuidados das pessoas diversas".

Em depoimento à autora, Pe. Hermínio fala desse momento inicial como uma pré-história do MLC, quando ainda não se pensava na criação de uma ONG e as reuniões aconteciam no Sindicato de Sapé:

> Então, a pré-história, antes do Memorial, começou lá. Até se colocou no salão paroquial, foi escrito lá: Memorial João Pedro Teixeira. Ainda não pensava, ainda, registrar uma ONG. E se começou a recolher alguma lembrança, alguma memória lá, neste salão da comunidade, que se chamava já Memorial João Pedro Teixeira. Tinha uma estante, lá, tinha alguns livros, algumas fotos, a primeira carteirinha (única que a gente encontrou da Liga Camponesa), então, começou lá. [...] Fizemos várias reuniões lá no Sindicato, não se sabia bem... Depois saiu a possibilidade de desapropriar aqui, pedir a desapropriação, que era mais apropriado fazer aqui. Que aqui a gente pensava de não poder conseguir esta casa, que era de um fazendeiro, mas depois se encaminhou a desapropriação, não é?[29]

[29] Entrevista do Pe. Hermínio Canova à autora, em: 26.07.2014.

Um acontecimento que marcou o nascimento do MLC diz respeito à visita de Ethel Kennedy[30], viúva do senador americano Robert Kennedy, em 2003. Segundo o Pe. Hermínio Canova, Ethel Kennedy veio a Sapé para conhecer Elizabeth Teixeira e, na ocasião, doou alguns dólares com os quais foi comprada a estante de vidro que abriga os livros e objetos do MLC.

Com relação à fundação, o MLC apresenta duas datas: 17 de junho de 2006 (conforme o seu Estatuto Social) e 05 de agosto de 2006, conforme a (Ata nº 001 – Da Constituição e Fundação da ONG Memorial das Ligas Camponesas). Nesta última data foi realizada uma reunião na antiga sede do Memorial João Pedro Teixeira para a leitura e aprovação do seu Estatuto Social e eleição da Diretoria Provisória na qual assumiram: Maria do Socorro Rodrigues Batista – Presidente; Jorge Galdino – Secretário e Wilson Estevam da Costa – Tesoureiro. Elizabeth Teixeira esteve presente nesta reunião e discursou sobre a sua trajetória nas Ligas antes e após a ditadura civil-militar. As Irmãs Tonny e Marlene, o Pe. Hermínio Canova, a vereadora Maria das Graças e Fátima Asfora também falaram sobre a importância do MLC para garantir o acesso à história das Ligas Camponesas às gerações futuras.

Após a aprovação do seu Estatuto Social, em 18 de novembro de 2006 e do seu registro no Cartório Feliciano da Silva, em Sapé/PB, em 06 de dezembro de 2006, o MLC realiza sua primeira eleição, em 06 de janeiro de 2007, ficando a primeira diretoria composta por: Presidente: Eduardo da Silva Costa; Secretária: Patrícia Justino da Silva; Tesoureira: Maria do Socorro Rodrigues Batista; Diretor de Comunicação: Jorge Galdino de Almeida; Diretora de Projetos: Antonia Maria Van Ham; Conselheiros Fiscais: Aguinaldo Lemos da Silva, Ênio Joab Macêdo da Cunha e Joseane de Souza Raimundo; Suplentes de Conselho Fiscal: Maria das Dores da Silva, Eraldo Adelino Pequeno e Luiz Damázio de Lima (ATA de nº 002).

Em 2010, o MLC elege a sua segunda diretoria, tendo como presidente o agricultor Luiz Damázio de Lima (Luizinho). Este ocupou o mesmo cargo na atual diretoria, eleita em 01 de fevereiro de 2013, composta Ana Lúcia Rodrigues do Nascimento (Secretária); Cândido Alan Florêncio do Nascimento (Tesoureiro); Alexsandra Silva de Oliveira (Diretor de comunicação); e Antonio Alberto Pereira (Diretor de projetos). Conselho fiscal: João Luiz da Silva Filho, Antonio de Pádua da Silva e Maria do Socorro Rodrigues Batista. Suplentes:

---

[30] Ethel Kennedy dirige o Memorial Robert Francis Kennedy em Washington, que concede prêmios para os defensores de direitos humanos. Ela veio ao Brasil em 2003 para ver de perto os projetos sociais de combate à fome e as políticas de reforma agrária. Disponível em: <http://www.old.pernambuco.com/diario/2003/05/09/urbana11_0.html>. Acesso em: 30 jul. 2014.

Eduardo da Silva Costa, João Muniz da Cruz Filho e Maria José dos Ramos Pereira (ATA de nº 004).

De acordo com o depoimento de Luizinho, 46 anos, morador do assentamento Padre Gino, com a primeira diretoria o MLC não se desenvolveu:

> [...] Nós passamos praticamente um ano parados e quando foi em 2010 a gente retomou a ONG, renovando a diretoria, e eu fui presidente em janeiro de 2010. E aí a gente vem trabalhando nesse processo até hoje. [...] Em 2010 foi quando a ONG começou realmente fazer seus trabalhos, reuniões mensais, permanentemente, encaminhando e buscando seus êxitos[31].

O relato de Marlene Burgers (Irmã Marlene), 71 anos, agente da CPT e uma das fundadoras do MLC, complementa o discurso de Luizinho. Ela destaca as mudanças que ocorreram após ele ter aceitado a presidência do MLC e como a ideia de desapropriação foi surgindo após a retomada da ONG:

> Então, a Irmã Tonny (que fez a pesquisa com os sobreviventes das Ligas Camponesas, que resultou no livro Deixa o Povo Falar), então, ela também, com o grupo, organizou a primeira ONG Memorial das Ligas Camponesas. [...] Então, ela depois de voltar pra Holanda o grupo realmente parou. Depois, a gente passando por esta região e sempre vendo esta casa onde morava João Pedro, Elizabeth e família nas mãos dos latifundiários e a preocupação com isso sempre ficava. Então, o que fazer? Aí, falava-se com as mesmas pessoas desta ONG fundada por Irmã Tonny e perguntei o que é que a gente podia fazer para salvar esta casa, para a história camponesa, não é? Então, disseram: a melhor maneira seria reorganizar a ONG e a gente pede a desapropriação ao governo do Estado. Assim foi feito, se organizou de novo o grupo. Na primeira fundação, quem foi o presidente foi Eduardo, morador de Antas e na segunda fundação quem ficou como presidente foi Luizinho, que tem sua história camponesa nascida aqui desta área de Barra de Antas e desse local que está localizada a casa. Então, a gente ficou muito feliz dele aceitar isso, porque a história dele é a história, né, das Ligas e lutas camponesas[32].

Após enfrentar dificuldades, com futuro incerto e ocupando um prédio cedido, foi na presidência de Luizinho, que a direção do MLC deu passos significativos para o seu desenvolvimento e consolidação, reunindo forças para firmá-lo como uma instituição de memória, de formação e de luta por direitos humanos. E uma das prioridades dessa diretoria,

---

[31] Entrevista de Luiz Damázio de Lima à autora, em: 07.06.2014.
[32] Entrevista de Marlene Burgers à autora, em: 26.07.2014.

que recebeu apoio de várias organizações, foi conseguir a desapropriação da casa e do terreno de sete hectares onde viveram João Pedro e Elizabeth Teixeira, na efervescência das Ligas Camponesas, bem como o seu tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP).

3.1.1 Ações e conquistas

Uma das maiores conquistas do MLC, desde o seu nascimento, foi a desapropriação da casa em que João Pedro Teixeira morou com Elizabeth, filhos e filhas, além do seu tombamento, mas, até que esta vitória fosse alcançada, um penoso caminho foi percorrido.

A primeira tentativa de desapropriação aconteceu em 2010, com o prefeito de Sapé, João Clemente Neto (Anexo 01), mas, apesar de ter lançado o Decreto nº 2.2012/2010, que previa a desapropriação, as negociações não foram adiante. Sobre a morosidade desse prefeito municipal Alan destaca: "e aí o governo passou quase dois anos só mentindo pra gente, dizendo que ia desapropriar e nunca teve coragem".

Com a falta de apoio municipal, em 2011, a direção do MLC recorreu ao Governador do Estado da Paraíba, Ricardo Coutinho, solicitando a desapropriação da casa antes da celebração do Cinquentenário da morte de João Pedro Teixeira, que ocorreria em 02 de abril de 2012 (Anexo 02). O relato de Antonio Alberto Pereira (Toninho), 62 anos, professor universitário e Diretor de Projetos do MLC, sinaliza como se deu esse processo:

> Então, nós começamos a organizar uma luta para desapropriação da casa onde morou João Pedro e toda sua família. Só que não conseguimos. Com o governo Maranhão não foi possível, a diretoria tentou... Com o governo de Sapé também não foi possível. Foi quando em 2011, se não me engano, a direção, o grupo, resolveu, então, ir a Ricardo Coutinho pra ver o que ele poderia dar, porque a ideia era a desapropriação e o tombamento. E o governador atendeu imediatamente as nossas reivindicações. Ele percebeu a importância da nossa reivindicação e já foi na celebração dos 49 anos. Ele já esteve presente lá. E em um ano! Quer dizer, de muitas dificuldades, com muita luta, em um ano, quer dizer, em 2012, no dia 02 de abril, no dia do cinquentenário da morte de João Pedro, então, nessa celebração ele nos dá, desapropria, consegue a desapropriação da casa, entrega a casa já com bastantes documentos.[33]

[33] Entrevista de Antonio Alberto Pereira à autora, em 11.07.2014.

Vale lembrar que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) também participou das discussões para a desapropriação e tombamento do MLC nas reuniões que ocorreram em 2011 no Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB, com a presença da Profa. Lúcia Guerra, Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários à época e atual coordenadora desse Núcleo, e de representantes do governo estadual. Também participaram professores e alunos de História, Pedagogia, Serviço Social, Geografia e do curso de Licenciatura em Pedagogia promovido pelo Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e a CPT, que está sempre presente (INCRA, 2014).

Conforme o Decreto Nº 32.257, publicado no DOEPB (Diário Oficial do Estado da Paraíba), (Anexo 03), o Governador Ricardo Coutinho declara a desapropriação do imóvel rural no Sítio Antas do Sono, em 14 de julho de 2011. A prontidão deste governo em desapropriar o referido imóvel é enaltecida por nossos entrevistados, e as declarações de Alan e de Toninho são reforçadas por Eduardo, que ressalta a ineficiência do prefeito de Sapé:

> E a gente teve uma reunião com o Chefe da Casa Civil, com Lúcio Flávio, na época, e nessas reuniões a gente já provocando... Foi quando a gente marcou o dois de abril dos cinquenta anos! E foi uma cerimônia muito bonita! Muito forte! Muito bonita! E quando foi na parte da tarde o governador veio aqui. Não, ele veio nos quarenta e nove anos! Foi, tô passando à frente, ele veio nos quarenta e nove anos e aqui do lado (na varanda do Memorial hoje), ele disse a Elizabeth que iria desapropriar essa terra e iria entregar a ela de volta, ia devolver pra ela. Aí a gente teve dois processos de audiência com Lúcio Flávio, encaminhando. Por que o governo municipal pegou o processo, sentou aí o governo municipal queria em dois meses fazer tudo! Quando ele viu que o Estado entrou e que ia realmente fazer! Então o Governo do Estado (em menos de um ano!) ele desapropriou isso emitindo posse! Então, foi rápido! Porque quis fazer!

Após este diálogo MLC-Governo do Estado, apresentado por Eduardo, no dia 03/02/2012, menos de dois meses para a celebração do Cinquentenário no dia 02 de abril, que estava sendo organizado pelo MLC como uma grande mobilização, o Estado concede a Imissão Provisória de Posse (Anexo 04). A restauração da casa, que havia sido requerida também ficou pronta (Anexo 05).

A foto 18 mostra o MLC depois da restauração em 2012. Como a casa havia pertencido a outros donos, a reforma ocorreu com orientações de Elizabeth Teixeira para manter as mesmas características de quando ela morou com João Pedro e filhos (as). Sobre o

resultado da reforma, em depoimento à autora, Elizabeth afirma a semelhança da casa: "A mesma coisa, a casa mantém a mesma coisa! Os mesmos quartos, a mesma sala, tudo, tudo do mesmo jeito!"[34].

Foto 18 – Memorial das Ligas Camponesas após a restauração

Fonte: Acervo da autora

Ricardo Coutinho participou da inauguração do MLC, entregando a chave da casa que havia prometido na celebração do 49º aniversário de morte de João Pedro Teixeira. Sobre este dia Eduardo lembra: "[...] Um ano depois ele veio e entregou a chave na mão de Elizabeth, aqui na varanda: 'Elizabeth, depois de cinquenta anos, eu devolvo a chave da sua casa!' Colocou na mão dela! Isso é forte! Isso foi muito forte!".

O relato de Eduardo carrega a emoção de quem vivenciou aquele momento histórico. Embora não estivéssemos presentes, a imagem que vemos na foto 19, de Ricardo à esquerda e Elizabeth à direita[35], transmite um pouco dessa emoção e gera otimismo em saber que, após cinco décadas, um Estado outrora repressor, contribui para o resgate da memória e construção de identidades e pede desculpas aos camponeses, buscando reconciliar-se com o seu passado. Entretanto, se seguirmos o pensamento de Pollak (1989), por não ter saída, a postura deste governador seria uma forma de atender aos anseios de uma massa que trouxe à tona sua memória proibida, ocupando os meios de comunicação com suas reivindicações.

[34] Entrevista de Elizabeth Altina Teixeira à autora, em 31.05.2014.

[35] Entre Ricardo e Elizabeth o presidente nacional do MST, João Pedro Stédile, presencia, satisfeito, esse momento histórico.

Foto 19 – Ricardo Coutinho entrega chave da casa para Elizabeth Teixeira

Fonte: Maria José Béchade. Página da CPT nacional.[36]

Com este ato simbólico, que emocionou os presentes, o Cinquentenário do assassinato de João Pedro Teixeira se consagrou como um evento marcante por estar a celebrar a memória de um mártir da luta pela terra no país e festejar a desapropriação e inauguração da nova sede do MLC. As palavras de Toninho expressam o que ele sentiu neste evento:

> Realmente, assim, a gente ficou impressionado entende? Acho que aí eu já percebo o espírito de João Pedro presente, por que muita gente... Uma grande multidão! Fizemos a celebração desde o cemitério até a praça onde foram fundadas as Ligas e com participação de vários camponeses que vieram do Engenho Galileia (os sobreviventes do Engenho Galileia vieram). Tinha Dom José Maria Pires, Assis Lemos, João Pedro Stédile, entende? Muitos estudantes, muitos camponeses! Então, realmente, foi uma ação que nós empreendemos que foi muito importante, exatamente que culminou com a desapropriação. Nesse dia, nós recebemos a casa de João Pedro Teixeira, como o Memorial[37].

Além das personalidades destacadas por Toninho, estiveram presentes vários segmentos como universidades, escolas, professores, militantes dos direitos humanos, movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, representantes do governo municipal e estadual, agricultores(as) da região, além de Elizabeth Teixeira, que, apesar da idade avançada, sempre que pode, participa dos eventos.

---

[36] Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/13-geral/1043-casa-de-joao-pedro-teixeira-e-transformada-em-memorial-das-ligas-camponesas>. Acesso em: 26 ago. 2013.

[37] Entrevista de Antonio Alberto Pereira à autora, em 11.07.2014.

Carregando algumas bandeiras dos segmentos que representam, na foto 20 vemos uma concentração de pessoas em Sapé no cinquentenário de 2012, que repercutiu não só na Paraíba como em todo o país.

Foto 20 – Cinquentenário da morte de João Pedro Teixeira

Fonte: Página eletrônica da CPT[38]

A programação desse dia foi marcada por uma visita ao Cemitério Nossa Senhora da Assumpção, em Sapé, onde João Pedro foi enterrado, e por uma caminhada pelas ruas até a Praça onde aconteciam as reuniões dos camponeses nas décadas de 1950-1960, nesta cidade. Após uma carreata, que levou os participantes até a sede do MLC no Sítio Antas do Sono, a programação foi encerrada com a benção do arcebispo emérito da Paraíba, Dom José Maria Pires, e com a entrega da chave para Elizabeth Teixeira, conforme mencionamos.

Seguindo sempre uma pauta de denúncias e reivindicações, a caminhada do dia 02 de abril passou a fazer parte do calendário anual do MLC para relembrar a morte de João Pedro Teixeira, a tragédia que se abateu sobre a sua família com o Golpe Civil-Militar de 1964 e também para divulgar as injustiças que ocorrem no campo. Assim, na caminhada deste ano de 2014, a marcha que os camponeses realizavam para eliminar o cambão, na época das Ligas, e que se tornou tão comum para os movimentos sociais rurais e também urbanos, se repetiu na Rodovia PB 073 (estrada de Café do Vento), onde João Pedro deu os últimos passos antes de tombar.

[38] Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/13-geral/1043-casa-de-joao-pedro-teixeira-e-transformada-em-memorial-das-ligas-camponesas>. Acesso em: 08 ago. 2013

Esta Rodovia recebeu o nome de João Pedro Teixeira, numa homenagem não só a este líder, mas a todos os mártires das Ligas e das lutas camponesas. O seu nome está cravado nesta placa azul (doada pelo governo estadual) que vemos do lado direito da foto 21, para lembrar que sua luta não foi em vão.

Foto 21 – Caminhada 52º aniversário de morte de João Pedro Teixeira

Fonte: Acervo da autora

Outra conquista significativa do MLC foi o tombamento da casa e dos sete hectares de terra, que ocorreu em 10 de abril de 2013, com a aprovação do Conpec (Conselho Deliberativo dos Bens Históricos Culturais) do IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba), passando a ser um Patrimônio Histórico, um bem material que não pode sofrer dano algum, como consta em sua legislação:

> O Decreto Homologatório de Tombamento é um ato administrativo do poder público, assinado pelo governador e publicado no Diário Oficial do Estado. Por meio do Tombamento, o Governo do Estado impede que bens materiais e naturais possam ser demolidos (esta ação jamais é permitida pelo Iphaep) ou modificados sem a prévia autorização do Conselho Deliberativo do Instituto. O ato não restringe, porém, o direito à propriedade do bem imóvel ou móvel, que continua inalterado e pode ser vendido ou alugado (PARAÍBA, 2013).

Vale lembrar que, segundo informações do IPHAEP, apesar de aprovado, o tombamento do MLC ainda não foi homologado no Diário Oficial do Estado. Isso é

preocupante, porque o MLC precisa estar com a documentação regularizada para a efetivação de qualquer projeto[39].

Criar o sítio eletrônico <www.ligascamponesas.org.br>[40] foi uma ação promissora para o MLC divulgar a luta camponesa, relacionar-se com outras organizações camponesas, alcançar pesquisadores e aumentar o seu número de filiados e colaboradores. Criado pela jornalista Kalyne Vieira e alimentado por João Fragoso (apoiador do MLC), no sítio são publicadas notícias, artigos, poemas, vídeos, lançamento de livros, convites para as celebrações do dia 02 de abril e para outras programações, além de conter o histórico do MLC.

Por se tratar de uma ONG, também é fornecida a conta do MLC para aqueles que queiram fazer doações para sua manutenção, bem como livros, fotos, publicações e objetos da época das Ligas Camponesas para aumentar o seu acervo. Inclusive, uma pequena parte do acervo existente no MLC foi digitalizada e disponibilizada no referido sítio.

No que diz respeito às ações sociais, as quais demonstram o seu empenho com a formação, o MLC ofereceu um Curso de Informática, com internet, para os jovens de Barra de Antas. Tendo Genaro Ieno à frente do curso, as aulas foram ministradas por seu filho, Jonas Ieno e por Kalyne Vieira, que treinaram pessoas da comunidade para levar o curso adiante. Josilene da Silva Oliveira (Josilene), agricultora de 32 anos, que participou deste curso e ajudou a transmiti-lo, relata sua experiência:

> [...] a gente passou uns meses com um menino voluntário, chamado Jonas, que vinha de João Pessoa pra cá, pra o Memorial, dar aula de informática para quatro pessoas: eu, Maria José, Alan e Socorro. Aí, através desse cursinho a gente foi conversando não só pra gente aprender, mas, também, pra passar pra outras pessoas. Aí saímos de casa em casa fazendo o convite, pegando o nome das crianças que gostariam de participar. Aí a gente ficou com um grupinho de dezesseis pessoas, acompanhando, né, dezesseis crianças. Acompanhando, ensinando o que a gente tava aprendendo. Aí foi como as mães dos alunos também começaram a curiosidade, aí viam, davam uma olhadinha, começava a fazer pergunta aqui, pergunta ali, saber como era a história de João Pedro. Então é isso, o Memorial tá desenvolvendo muita coisa boa mesmo pra comunidade!

---

[39] Recentemente, Patrícia Duarte, uma representante do Projeto Canal Acauã, visitou o MLC para verificar suas necessidades e incluí-las na verba deste Projeto.

[40] Existia outro sítio, o http://ligascamponesas.blogspot.com.br>, que era alimentado por Jorge Galdino (ex-assessor de comunicação do MLC).

No relato de Josilene percebemos que, além da formação, o curso de informática foi um meio de aproximar tanto os jovens quanto os adultos da Comunidade, de modo que os fizessem sentir-se parte do Memorial.

A instalação de uma Rádio Comunitária foi outra conquista do MLC que favoreceu a Comunidade Barra de Antas no âmbito social. Planejada e organizada por um grupo de alunos da UFPB, com apoio de Genaro Ieno, que está sempre contribuindo para o desenvolvimento do MLC, a Rádio é um meio de interagir com os moradores de Barra de Antas, os quais são sensibilizados acerca da importância histórica do Memorial, que é a história deles.

Na avaliação de Josilene, que começou a participar das atividades do MLC a convite de Alan, a Rádio trouxe um grande benefício para a Comunidade, porque, através dela, os moradores são informados acerca de vários assuntos, sobretudo dos encaminhamentos do MLC. Assim ela expõe: "Uma conquista muito grande pra nossa comunidade! [...] todos os dias, Alan fica aqui, passando as notícias para a comunidade ficar sabendo do que tá acontecendo, do que se passa aqui no Memorial, discutido pela diretoria".[41]

Ainda com relação às ações, segundo Alder Júlio, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba, o MLC participa de alguns projetos de extensão, como o trabalho de sensibilização nos assentamentos do seu entorno[42], sob a orientação da Prof.ª Fátima Rodrigues, do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH), órgão que tem apoiado o MLC nos grandes eventos.

Outra realização importante do MLC foi a cessão de uma parte do seu terreno para a construção de um campo de futebol para os jovens de Barra de Antas que, por não terem uma área de lazer, brincavam no cemitério. Com esta ação, fica claro o empenho do MLC em promover os direitos econômicos, sociais e culturais, que incluem o direito ao lazer. Quanto à decisão da diretoria para a cessão deste campo, Toninho lembra:

> Isso foi toda uma discussão que nós fizemos no Memorial, que aquela quantidade de jovens (uma quantidade enorme de jovens ali na comunidade, que a área de lazer era o cemitério! Eles iam brincar no cemitério!) [...] Então, o Memorial doou para os jovens o campo de futebol. Inclusive tem lutado junto com os jovens de lá pra gente fazer realmente um campo digno, bonito e que sirva, inclusive, pra torneios de assentamentos da reforma agrária.

---

[41] Entrevista de Josilene da Silva Oliveira à autora, em 07.06.2014.

[42] Esse trabalho é desenvolvido pelo grupo *GESTAR: território, trabalho e cidadania*, que realiza atividades de formação para os jovens privilegiando a educação ambiental e a recuperação das nascentes com plantio de mudas. O trabalho de extensão ocorre articulando-se a pesquisa à prática docente. Assim, o Memorial é divulgado em sala de aula e os alunos de Geografia Agrária são levados para conhecerem as atividades que ele desenvolve. O resultado dos trabalhos é direcionado para o acervo do MLC (RODRIGUES, 2014).

Ter um campo de futebol era um desejo antigo da Comunidade Barra de Antas. Segundo Alan, eles sonhavam com esse campo e agora que ganharam o espaço, estão lutando pela construção. Como as tentativas do MLC em angariar recursos públicos para a construção ainda não tiveram êxito, Alan relata que, dentro dos seus limites, a própria Comunidade se reuniu para iniciar a obra: "cada um colaborou com um real, cinquenta, dez ou cinco, o que pôde dar, mas cada um colaborou com a construção, né?".

Neste ano de 2014, Eduardo, que ocupa o cargo de Secretário de Agricultura do município de Sapé, conseguiu o apoio da Prefeitura para a terraplanagem e para o gramado do futuro campo. Ele já tinha adquirido alguns uniformes para o time de futebol da Comunidade.

Na foto 22 vemos jovens se divertindo no espaço cedido ao lado do MLC, antes da preparação do terreno para a construção do campo, que já teve início.

Foto 22 – Futuro campo de futebol ao lado do MLC

Fonte: Acervo da autora.

O depoimento de Maciel Ramos da Silva, 16 anos, morador de Barra de Antas, destaca a importância desse espaço de lazer para os jovens que viviam ociosos nesta comunidade: "Esse campo ele é ótimo, porque esse campo é bom pá nóis todo que joga, que binca! É muito ótimo lá, porque sem campo ninguém fica, aí, ficar só em casa, aí é bom pá nóis jogar mermo! [sic]"[43].

[43] Entrevista de Maciel Ramos da Silva à autora, em 14.06.2014.

Ainda com vistas a suprir a falta de lazer, no Dia das Crianças de 2013, o MLC promoveu uma grande festa para as crianças de Barra de Antas, cujas fotos podem ser vistas no sítio eletrônico desta entidade.

Uma ação que está entre as prioridades do MLC e que ainda não se efetivou, é a construção de uma Escola Família Agrícola (EFA) ou um Centro de Formação para os agricultores(as) e seus filhos(as), nos sete hectares de terra que ele dispõe. Segundo Toninho este é um grande sonho de todos que formam o MLC, de modo que já ocorreram vários encontros com a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba para viabilizá-lo.

Ainda de acordo com Toninho, a EFA funcionaria com um ensino médio-profissionalizante, num regime de alternância em que o agricultor (a) passa 15 dias na escola e 15 com a família, ou seja, num período se aprende a teoria e, no outro, a prática. Também são oferecidas disciplinas do ensino formal como matemática, leitura e informática, além de aulas de dança e de teatro.

Ao criar alternativas agrícolas, a EFA contribui para a sustentabilidade sócio-econômica-ambiental, porque o agricultor aprende a cuidar do solo sem o uso exagerado de agrotóxicos ou a prática da monocultura. Na concepção de Luizinho, os agricultores(as) assentados(as) precisam de um Centro de Formação para avançar no conhecimento agrário e na vida camponesa.

Quanto aos encaminhamentos para a construção de um destes Centros, por intermédio de Hygia Margareth, ex-representante da Secretaria de Educação do Estado e apoiadora do MLC, houve um diálogo com o Estado que chegou a aprovar a documentação do projeto. Em reunião ampliada do dia 06.07.2013, ela informou que a planta do projeto estava em Brasília para ser analisada e que, de acordo com o MEC, havia três mil escolas do campo ou quilombolas para construir. Este projeto não avançou porque, segundo Luizinho, após realizar uma demarcação no terreno do MLC, o Estado o considerou impróprio por ser declinado, o que inviabilizaria a aprovação do MEC.

Apesar dos empecilhos, a direção do MLC está empenhada na conquista de uma EFA, que além de conceder uma formação voltada para a realidade camponesa, coopera para diminuir o êxodo rural. Desta forma, enquanto o sonho da EFA não se concretiza, o MLC vem contribuindo para enviar jovens de Barra de Antas e dos assentamentos vizinhos para fazerem o Curso Técnico em Agroecologia no SERTA (Serviço de Tecnologias Alternativas) em Ibimirim, Pernambuco. Conforme Alder Júlio, onze jovens da região de Barra de Antas fizeram o curso, que já formou a primeira turma. Inclusive, a partir de orientações de

Elizabeth Teixeira, os estagiários do SERTA fizeram um trabalho de paisagismo do lado externo do MLC buscando deixá-lo como antes.

Maria José dos Ramos Pereira (Maria José), 25 anos, agricultora e moradora de Barra de Antas, fez o Curso Técnico em Agroecologia por intermédio do MLC. Em depoimento à autora, ela agradece a oportunidade dada pelo MLC, e enaltece sua iniciativa de sempre convidar os jovens de Barra de Antas e das redondezas para participar deste curso e de outras atividades. Maria José enfatiza a importância de uma formação voltada para a realidade camponesa como meio de manter os agricultores(as) no campo:

> Primeiramente, quero agradecer ao Memorial por ter feito esse convite pra mim, né? Por que se não fosse pelo Memorial eu não teria conhecido essa escola, que foi no estado de Pernambuco, em Ibimirim. Aí, SERTA é Serviço de Tecnologias Alternativas. É uma escola que mantém os jovens, filhos de agricultores, e os próprios agricultores para se manter no campo, para você sobreviver no campo sem precisar ir pra cidade grande. Então essa formação foi muito importante! O Memorial convida os jovens a participar. Ele dá muitas oportunidades aos jovens rurais pra se manter no campo. Então, pra mim foi um presente de Deus ter recebido esse chamado pelo Memorial através, também, da CPT, que eles combinaram e arrumaram um transporte, porque era muito longe e a gente não tinha condições e o Memorial promoveu essa viagem junto com a CPT pra nós. Então, assim, sou muito grata a eles e principalmente agora que eles estão com a ideia de fazer uma Escola Agrícola para os filhos dos agricultores. [...] É uma experiência muito boa, onde a gente só aprende a manter os alimentos orgânicos[44].

Questionada sobre deixar o campo, esta jovem agricultora ressalta sua paixão e orgulho pelo lugar onde vive e o desejo de nunca abandoná-lo:

> Eu, jamais! Essa ideia não existe no meu pensamento. Por que antes de ter essa formação de técnico em agroecologia eu já tinha esse pensamento de não sair do campo, né, que foi de onde eu nasci, de onde eu me criei e de onde eu quero permanecer até o fim, né, criando os meus filhos. E é isso, o campo, muitas vezes o pessoal tem preconceito, né, porque é do sítio, mora nisso, mora naquilo, mas não vê a realidade por trás, né? Ave Maria! A gente é muito feliz no sítio, né, não tem barulho, a gente cria, a gente planta. Então, no futuro a gente tá pensando quando a gente tiver no nosso assentamento a gente pretende manter uma feira nas cidades. Então, assim, eu me sinto realizada em morar no sítio! Eu tava contando até uma história, não sei se foi pra Josilene ou se foi pra uma amiga nossa, que o menino me

[44] Entrevista de Maria José dos Ramos Pereira à autora, em 07.06.2014.

> chamou de caipira do sítio e eu olhei pra ele e disse: Com muito orgulho! Sou do sítio com muito orgulho! Né? Falo isso de boca cheia. Nós somos agricultores e agricultoras e vou ser agricultora até morrer! [riso]

Assim como Josilene, Maria José é ex-acampada da Fazenda Antas e está à espera da posse da terra na qual espera casar e criar os filhos. Seu relato expõe o quanto o lugar onde nasceu é importante e como é feliz por viver plantando e apreciando um silêncio que só o sítio tem. Transmite, ainda, a emoção de quem não quer perder a identidade mesmo ao enfrentar preconceitos por morar na zona rural. Como outros jovens ela poderia migrar para os grandes centros, mas seu amor pela terra fala mais alto.

Aguardando a construção de uma EFA – que vai contribuir para que outros agricultores(as) se apaixonem pelo campo com a intensidade de Maria José –, o MLC segue realizando, com o apoio da CPT, um trabalho de sensibilização dos agricultores(as) dos assentamentos do seu entorno sobre as demandas da luta camponesa hoje, que tem o agronegócio como grande adversário, como indica Pereira (2009, p. 162): "Por todo o país, vêm-se investimentos em infraestrutura: rodovias, ferrovias, portos, aeroportos. Tornam-se escandalosos os recursos destinados para o agronegócio em comparação com os destinados à reforma agrária". Em reação a este favorecimento das elites agrárias, o MLC entende que é necessário mobilizar e capacitar os camponeses para que eles busquem políticas públicas que os beneficiem, impedindo-os de sucumbirem diante do agronegócio.

Entendemos este trabalho de sensibilização do MLC como uma pressão para que através destas políticas, o Estado brasileiro cumpra o Artigo 11, parágrafo 1º (a), do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que sugere aos Estados-Partes:

> Melhorar os métodos de produção, conservação e distribuição de gêneros alimentícios pela plena utilização dos conhecimentos técnicos e científicos, pela difusão de princípios de educação nutricional e pelo aperfeiçoamento ou reforma dos regimes agrários, de maneira que se assegurem a exploração e a utilização mais eficazes dos recursos naturais (PIDESC, 2013, p.31).

Nesse sentido, uma pesquisa de Rodrigues (2011) a respeito das Políticas Públicas de Combate à Pobreza Rural no Brasil aponta que, embora apresentem falhas, os projetos Cooperar e o Pronaf melhoraram a qualidade de vida no campo paraibano; sobretudo, nos assentamentos Dona Helena, no município de Cruz do Espírito Santo e Padre Gino, no

município de Sapé, que hoje comercializam sua produção, sem agrotóxicos, na Feira Agroecológica da Ecovárzea. Esta autora ainda destaca as ações da CPT no sentido de organizar os camponeses politicamente e para as questões da terra com discussões ligadas: "ao uso e manejo dos solos e das florestas, economia solidária, composição de parcerias com outros movimentos sociais, projetos de Reforma Agrária, Agroecologia dentre outros" (RODRIGUES, 2011, p. 66).

Para Luizinho, que iniciou as feiras agroecológicas na várzea paraibana e há doze anos administra uma delas na Universidade Federal da Paraíba, elas são positivas, porque dão autonomia para os agricultores(as) comercializarem produtos sem agrotóxicos, tais como: frutas, batata, milho, feijão, legumes e hortaliças, além de tapioca, bolos, carnes de galinha e de bode e peças de artesanato fabricadas nos assentamentos. O discurso do diretor do MLC aponta para a mobilização e organização da classe camponesa para a conquista da Reforma Agrária hoje, e para a importância do homem e da mulher do campo se manterem sem atravessadores:

> [...] eu acho que só há Reforma Agrária no país por que o povo faz. Se o povo não acampa, não luta por terra, então não tem terra, não tem Reforma Agrária. Isso pra mim é claro. Outra coisa, pra se avançar na terra (uma coisa é lutar pela terra, outra coisa é você se manter na terra!), também há um processo de luta organizativa, de estrutura, que você precisa está se organizando pelo crédito, pela educação, pela saúde, etc. Então, há um processo organizativo, ou seja, tem que haver um processo organizativo de luta na comunidade pra que ela conquiste aquilo que já é de direito! É um absurdo isso! [...] Então, pra mim o que destaca a Reforma Agrária na Paraíba, é o processo das feiras agroecológicas. Ou seja, foi o início da discussão e implantação, do processo agroecológico em determinados grupos no estado da Paraíba [...] E depois de 2001, quando foi implantada a Ecovárzea pra cá, nós temos hoje uma faixa aí de 40 a 45, não tenho o número exato, de 40 a 45 feiras no contexto agroecológico no estado da Paraíba. Então, tanto faz ser feiras agroecológicas como não, mas pessoas que estão organizadas, que estão produzindo e que estão comercializando seus produtos. Então, isso é interessante. Isso é importante. Isso dá autonomia às pessoas.

No final de maio de 2014, foi inaugurado, no assentamento Canudos, localizado em Cruz do Espírito Santo, às margens da BR 230, entre João Pessoa e Campina Grande, o Centro de Comércio da Agricultura Familiar (CCAF), formado por 32 assentamentos de oito municípios paraibanos, e que foi organizado pela CPNAF (Cooperativa dos Produtores Nordestinos da Agricultura Familiar). Funcionando de segunda a sexta, este Centro

disponibiliza os mesmos produtos da feira administrada por Luizinho na UFPB (INCRA, 2014).

A partir de uma visão geral, as políticas públicas são formuladas quando o Estado avalia os problemas dos cidadãos adotando o planejamento como ingrediente principal para "estruturar, atender" e resolver estes problemas (VAZQUEZ; DELAPLACE, 2011, p. 52). No Brasil, cabe ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), elaborar Políticas Públicas de Reforma Agrária e executar o ordenamento fundiário nacional, como consta em sua primeira diretriz estratégica:

> O INCRA implementará a reforma agrária promovendo a democratização do acesso à terra através da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e gerenciará a estrutura fundiária do país, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária, para a redução da violência e da pobreza no campo e promoção de igualdade (INCRA, 2013).

O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) é responsável, por sua vez, pelos programas de agricultura familiar no campo e por cuidar dos assentamentos e populações ribeirinhas, atingidos por barragens ou por obras de infraestrutura e do meio ambiente. O MDA aparece no Programa Nacional de Direitos Humanos-PNDH-3, encarregado de "Garantir que nos projetos de reforma agrária e agricultura familiar sejam incentivados os modelos de produção agroecológica e a inserção produtiva nos mercados formais" (BRASIL, 2010, p. 48).

Em 2005, na presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, foi lançado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), fruto de um intenso esforço de movimentos sociais, trabalhadores e trabalhadoras rurais, e de debates acadêmicos. As metas do II PNRA são ousadas e se configuram no maior plano de reforma agrária do Brasil, prevendo, além do assentamento das famílias e do crédito fundiário, a estabilidade na terra e condições para que homens e mulheres produzam, gerem renda no campo, e tenham direito à saúde, educação, energia e saneamento.

Eis o trecho da Reforma Agrária proposta por este Plano:

> A reforma agrária é mais do que um compromisso e um programa do governo federal. Ela é uma necessidade urgente e tem um potencial

> transformador da sociedade brasileira. Gera emprego e renda, garante a segurança alimentar e abre uma nova trilha para a democracia e para o desenvolvimento com justiça social. A reforma agrária é estratégica para um projeto de nação moderno e soberano (BRASIL, 2005, p. 5).

Dados do INCRA mostram que, entre 1994 e 2013, foram assentadas 1.288.444 famílias em assentamentos da Reforma Agrária no Brasil, das quais 20.782 estão na Paraíba (INCRA, 2014). Outro levantamento desse órgão, divulgado em 2013, assinala a Paraíba como um dos estados com o maior número de famílias assentadas; são 14,4 mil que ocupam 284,5 mil hectares de terras em 302 assentamentos, dos quais 33 foram criados pelo próprio estado paraibano e aprovados pelo INCRA (G1 PB, 2014).

No município de Sapé, onde está situado o MLC, números do INCRA estadual informam a existência de 7 assentamentos, com 613 famílias assentadas[45].

Voltando para as ações do MLC, a construção de sessenta casas para as famílias que vivem em área de risco às margens do Rio Gurinhém, em Barra de Antas, é mais um projeto em andamento. Existe um processo na Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), fruto de uma parceria Memorial-Comunidade Barra de Antas, que visa à construção das referidas casas que, com as enchentes do rio, ficam inundadas e precisam ser desocupadas. Sobre o desejo de alcançar essa meta, considerada uma bandeira de luta do MLC, Toninho explica: “não tem sentido desapropriar uma casa enquanto o povo está sem casa”. Eduardo, por sua vez, lembra: “nós temos famílias aqui, que moram quatro famílias dentro de uma casinha, do tamanho de nada. Nós temos casa de taipa, ainda, que não foram construídas em alvenaria”.

Lima Jr (2001) diz que é preciso uma mobilização coletiva para reivindicar direitos sociais, uma vez que, apesar de constar na Constituição Federal, estes não são justiciabilizados e não têm aplicação efetiva. Também, porque a reinvindicação de um único prejudicado dificilmente seria atendida. Portanto, este pedido de moradia digna que o MLC tem feito ao governo do Estado contempla os direitos econômicos, sociais e culturais do PIDESC, que o Brasil incorporou na sua Constituição Federal.

A construção de uma ponte molhada e de estradas adequadas para o acesso às visitações do MLC e de Barra de Antas, também são ações que a direção desta entidade vem executando. Os pedidos foram encaminhados para os governos municipal e estadual e sempre estão na pauta das suas reuniões ampliadas.

---

[45] Os assentamentos e números de famílias assentadas são: 21 de abril (60); Boa Vista (121); Nova vivência (48); Padre Gino (62); Rainha dos Anjos (49) Santa Helena (206); Vida Nova (68).

Para denunciar a situação precária na qual vivem os moradores(as) de Barra de Antas e sensibilizar os seus visitantes, segundo Eduardo, o MLC adotou a seguinte estratégia:

> O Memorial tem dois acessos, três. Um é pelo rio, quando está no período de seca dá pra gente passar. Um outro é do lado do Memorial e um outro passa dentro da Comunidade. Então, a própria direção do Memorial disse o quê? Um dos acessos a gente vai fechar, por quê? Porque a delegação, os estudantes, as pessoas que vierem visitar o Memorial, eles também têm que saber a realidade da Comunidade. Ou seja, chega só no Memorial, vê o histórico e vai embora... Não! Passa na comunidade, vê um pouco da nossa realidade como que é a vida desse povo, pelo menos um pouquinho, você já percebe quando passa que é um povo simples, é um povo carente mesmo de tudo!

3.1.2 Desapropriação da Fazenda Antas

A participação ativa na desapropriação da Fazenda Antas[46], próxima à sua sede, foi uma ação significativa do MLC concernente à luta por direitos sociais, que resultou numa conquista histórica. O conflito nessa Fazenda, que já durava sessenta anos, configurando-se numa das mais longas disputas por terra do país, teve início com João Pedro Teixeira e com as Ligas Camponesas. Logo, desapropriar a Fazenda Antas seria fazer justiça à luta de João Pedro Teixeira e dos seus companheiros.

O pedido de desapropriação foi feito ao INCRA sob alegação de que a Fazenda Antas não estava cumprindo sua função social. Então, após um longo processo que corria na justiça desde a década de 1990, com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 05 de fevereiro de 2014, em favor dos acampados que ali viviam, esse conflito tende a caminhar para o fim.

Durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, em 2006, a Fazenda Antas já tinha sido desapropriada, mas Sebastião Figueiredo Coutinho (Sebastião Coutinho) entrou com um recurso e o decreto foi suspenso em 2007, pela ministra do STF, Ellen Gracie. Após recurso do INCRA, o processo foi julgado e os agricultores(as) só estão esperando a terra ser vistoriada por este órgão para entrarem nela.

---

[46] O MLC contribuiu na divulgação de um abaixo-assinado, organizado pela CPT, em favor da desapropriação da Fazenda Antas. Disponível em: <http://www.projetoigreja.com.br/falapovo/destaque.asp?idMenuV=DDDVFFJC6X&idNoticia=7432>. Acesso em: 02 mar. 2014.

Mas até que essa vitória fosse alcançada, os sem-terra acampados foram vítimas da violência do ex-proprietário com destruição de lavouras, agressões, despejos e assassinatos. Então, diante das constantes ameaças de mortes e de expulsão com tiros, das 85 famílias que viviam acampadas na Fazenda Antas, 57 chegaram a reivindicar a terra, mas apenas 11 ficaram e serão beneficiadas após dezesseis anos.

Sebastião Francisco da Silva (Bastos Bita), agricultor de 66 anos, conheceu os filhos de João Pedro Teixeira e ajudou a fundar o acampamento da Fazenda Antas. Como uma testemunha que acompanhou de perto o conflito e a violência que sofreu nesta Fazenda, relata:

> [...] Eu posso dizer assim: Eu tenho sessenta anos de luta, porque derna de menino que eu luto [...]. Depois que eu tô aqui, com uns cinco anos mais ou menos, ou seis, aí a gente olhemo aí pra acampar na terra. Aí foi a turma de gente aqui, ajeitemo aqui e fomo acampar na terra. E até hoje, faz dezesseis anos, a gente tamo aí. Lutemo muito aí. Levamo tanta da carreira, gente aí que apanhou muito, ainda. O irmão dele aí [apontando para Alan] mesmo ainda apanhou, foi preso. E a luta aqui era grande! Depois a gente aqui mesmo levava carreira, aí eles atirando na gente! Propriamente a polícia mesmo chegava aí de noite, que aí tinha um galpão grande [apontando para frente da casa] aí era onde a gente se escondia de noite mode as balas. Um bocado, era mulé com criança, com tudo, tava dormindo... dava fé! E ali do outro lado, a polícia, ali, com dois, três camburão ali e a bala comendo, entupindo pro lado de cá. A felicidade da gente era essa casa aqui e um galpão que tinha ali que a gente ficava por trás da casa. Até aí na vizinhança, aqui em cima, caía bala ali pra dentro da casa do povo.[47]

Quando dissemos que o conflito nessa região tende a caminhar para o fim é por que mesmo com a decisão favorável do STF, os agricultores não podem entrar na terra com suas famílias, por medo de represália e da violência do antigo proprietário, que age com apoio de jagunços e da polícia, como destaca Bastos Bita:

> Quando não é uma coisa é outra, né? Justamente, que nem tem essa área de terra, faz dezesseis anos e a gente não pode botar o pé dentro dela. Por que é? Por que não falta capanga, né? Só que maneirou mais um pouco, mas também ninguém vai confiar, né? [...]. Faz mais ou menos uns anos que pararam mais isso aí Alan? [Alan: cinco anos]. É. Agora, era capanga e polícia, né? A polícia mesmo, fiquei fei de ver o camburão ali rodando em cima e a bala comendo entupida ai! [...] E a gente sempre continuando na luta, né? E até hoje que a gente vem batalhando. Sempre não falta, agora faz

[47] Entrevista de Sebastião Francisco da Silva à autora, em 07.06.2014.

> que nem o ditado: não falta conflito não, quando não é um conflito de uma coisa é de outra. Que nem agora, a luta da terra mesmo, agora que a gente foi ganho a terra e eles ainda tão aí trabalhando dentro, revirando [voltando-se para Alan], derna de ontem, Alan, que tem uma máquina ali, trabalhando direto... Aquilo parece que é descobrindo pedra, né negócio de trator não, é de máquina mesmo.

O depoimento de Bastos Bita evidencia um problema comum em nosso país: a impunidade em favor dos proprietários rurais, que sempre procuram meios de se contrapor às decisões judiciais. Exemplo disso são as máquinas trabalhando na Fazenda Antas, já desapropriada, como prova da intimidação e do desrespeito à lei.

Sebastião Coutinho, 73 anos, ex-proprietário desta Fazenda, é um modelo da força e resistência dos proprietários rurais às decisões favoráveis aos sem-terra e à reforma agrária deste país. Numa matéria de O Globo ele demonstra repulsa aos sem-terra ao acusá-los de receberem apoio do INCRA. Alegando que a decisão do STF foi injusta, Sebastião Coutinho vem tentando provar que sua terra é produtiva: “Tem muitas informações falsas ali. Minha propriedade cumpre sim sua função social. Funcionários do INCRA atuam junto com os sem-terra. Não bastasse, miseravelmente, não fiz uma defesa à altura (no STF) e, por isso, tive uma votação desfavorável" (O GLOBO, 2014).

O argumento de Sebastião Coutinho não se aplica ao que determina o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), artigo 2º, parágrafo 1º, sobre a função social da terra que ocorre quando esta:

> a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
> b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
> c) assegura a conservação dos recursos naturais;
> d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

As normas apresentadas foram reforçadas nos artigos 184 e 186 da Constituição Federal de 1988, que orientam ao proprietário produzir e cuidar da terra zelando pelo meio ambiente e pelos recursos naturais, se relacionando bem com seus trabalhadores, assegurando-lhes os direitos previstos na lei. Cabe ao governo federal fiscalizar e desapropriar as terras que não estejam cumprindo sua função social, sendo este um meio que a Constituição tem de

distribuir terras para quem dela precisa. Mas quando há lentidão nas desapropriações, a forma encontrada pelos sem-terra é a ocupação, sem violência, como ocorreu na Fazenda Antas.

Entretanto, com estas ocupações, os futuros donos da terra passam a enfrentar a represália dos antigos proprietários, que não medem esforços para recuperar seu patrimônio. Assim, neste conflito da Fazenda Antas, como a maioria dos fazendeiros que têm suas terras desapropriadas, Sebastião Coutinho reivindicou um valor maior do que o estipulado pelo INCRA e aprovado pelo STF. Sobre estes valores outra matéria de O Globo, indica: "O INCRA estima em R$ 2 mil o hectare, que totaliza pouco mais de R$ 1 milhão. Já o proprietário fala em R$ 50 mil o hectare. Por suas contas, o governo terá que desembolsar para ele R$ 25,1 milhões. Uma diferença de R$ 24 milhões" (ÉBOLI, 2014).

Com este pedido, fica clara a intenção deste ex-proprietário em tirar vantagem e dificultar a finalização do processo. Ele insiste no fato de que os sem-terra ocuparam sua fazenda ilegalmente e que a repressão dos seus jagunços contra os acampados foi necessária para proteger sua terra. Ao apresentar-se como vítima, ainda acusa o INCRA de ser parceiro dos sem-terra e de conspirar com os agricultores(as) de Barra de Antas. Sobre as acusações de terem encontrado armas e munições em sua Fazenda, ele responsabilizou os sem-terra de as terem implantado (O GLOBO, 2014).

Alan, que serviu de testemunha, lembra-se do arsenal encontrado naquela Fazenda:

> Você falando sobre violência, desde de 97 que constantemente tinha violência, né? Inclusive foi constatada que o Ministério Público Federal, com o pessoal dos direitos humanos tiveram aqui, se eu não me engano em 2002, 2003 e fizeram uma grande apreensão na própria Fazenda, né? Inclusive eu fui testemunha do Ministério Público, onde foi apreendido dois rifles, uma doze, dois revólveres 38 e mais de quatrocentos cartuchos de munições variadas e uma palmatória e um óculos de alcance e um facão rabo de galo. E eles diziam que onde pegasse um trabalhador na fazenda estourava as mãos com a palmatória. E foi constatado num processo no foro, em Sapé, já foi arquivado esse processo, mas ainda existe lá.

Ainda naquela matéria de O Globo, um repúdio às figuras de João Pedro e de Elizabeth Teixeira é demonstrado por Sebastião Coutinho quando ele diz que, pela graça de Deus, nunca tinha visto João Pedro e que não acredita que Elizabeth tenha sido presa pelo Exército. Os direitos humanos também são rejeitados por este proprietário, que vê seus militantes como meros defensores de bandidos.

A foto 23, à esquerda, mostra o que restou de uma palhoça, ocupada por Alan, no antigo acampamento da Fazenda Antas. Na foto 24, à direita, vemos um grupo de agricultores(as) festejando a desapropriação desta terra com seus instrumentos de trabalho para o alto, lembrando os festejos das Ligas Camponesas e dos movimentos sociais do campo, hoje. Neste grupo, da direita para a esquerda estão: Bastos Bita (primeiro, de camisa branca e boné), Josilene (segunda, de preto) e Alan (quarto, de camisa branca e boné).

Foto 23 – Resto da palhoça de Alan – antigo acampamento da Fazenda Antas

Fonte: Acervo da autora.

Foto 24 – Agricultores(as) comemorando a desapropriação da Fazenda Antas

Fonte: Hans von Manteuffel[48]

Mesmo diante dos impasses e da violência, as famílias que lutaram por essa terra aguardam, ansiosas, o dia em que poderão ocupá-la, transformando-a no assentamento Elizabeth Teixeira, em homenagem à sua luta pela Reforma Agrária.

Em depoimento à autora, Elizabeth destacou sua satisfação em participar da inauguração deste futuro assentamento que receberá o seu nome: “No momento em que houver essa comemoração lá, eu estou lá presente, falando sobre a minha luta e a luta de João Pedro Teixeira e de todos os companheiros brasileiros”.

Acerca desse momento tão esperado, Luizinho, que dialogou com o governo do Estado em favor da desapropriação da Fazenda Antas, diz que o MLC está acompanhando e se esforçando para resolver as questões pendentes para as famílias tomarem posse da terra. Já o relato de Alan enfatiza a participação do MLC nesta conquista e a importância do futuro assentamento:

[48] Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/stf-poe-fim-ao-mais-longo-conflito-de-terra-para-reforma-agraria-11687965#ixzz2uFUcKfQs>. Acesso em: 08 abr. 2014.

> O apoio é muito importante, porque já foi feito vários documentos, né? Ofício, denunciando a violência que a gente sofreu na área. O Memorial sempre teve junto, a direção sempre apoiou e pessoas daqui acompanham a luta, parceiras do Memorial, da direção. Então, isso é tudo bom, tudo importante, porque é uma luta só! A luta de João Pedro, a luta do Memorial e a luta pela terra hoje. A implantação do assentamento vai ser o sonho de João Pedro, a terra que João Pedro viveu mais Elizabeth, que perderam suas famílias, que foi devastada.

Ao falar dessa conquista histórica Josilene, que viveu no acampamento, também ressalta o apoio do MLC:

> A conquista é só alegria, não é? [riso]. Com certeza, o Memorial acompanhou! Principalmente Genaro, também, que faz parte da diretoria. Ele participa das reuniões semanais também. Sempre que ele pode participa, também, dando esse acompanhamento, junto com a CPT. A diretoria, em geral, sempre participa. Participou muito dessa desapropriação, porque sempre que a gente precisava de apoio (ir pra o Incra, precisava de uma pessoa lá para nos acompanhar também), eles iam com a gente, iam nos ajudar. Uma conquista muito interessante mesmo. Graças a Deus!

O depoimento de Josilene transborda alegria. Seus olhos brilham ao falar da conquista da terra e do acompanhamento do MLC. Entretanto, é preciso lembrar que, nesses dezesseis anos de espera, ocorreram momentos tristes, e vidas foram ceifadas como a do agricultor Sandoval Alves de Lima, que lutou por esse assentamento, mas, assim como João Pedro, não sobreviveu para ver a terra conquistada.

Amigo de Sandoval, num misto de dor e saudade, Alan recorda a trama que tirou a vida do companheiro de luta:

> Sandoval, ele era uma das lideranças do acampamento, né? [...] Ele tinha uma consciência muito, eu posso dizer que é uma consciência digna de saber que o outro tá precisando mais de que ele. Ele tirava a roupa do couro e dava pra aquelas pessoas. Às vezes, eu tenho, assim certo anseio de falar nele por que a gente se emociona muito, né? [silêncio, emoção]. Mas Sandoval era uma das lideranças do acampamento que o pessoal queria que ele tombasse, né? Inclusive, tentaram a morte dele. O antigo proprietário, daqui dessa casa, do Memorial, Jorge Rodrigues, com o proprietário Sebastião Figueiredo Coutinho e os dois capangas tramou a morte dele. Tanto o de Bastos Ramos como o de Jorge Rodrigues tramou a morte dele. Ele, a gente tinha ido pra uma reunião lá em Boa Vista e no sábado mataram ele, quando a gente vinha chegando da reunião. E numa quinta-feira, dois dias antes de ele morrer, ele

> tinha contado pra gente um sonho, né? Que Rubens dava um tiro tão grande nele, ele dizia que era uma dor tão grande! E quando foi no sábado, mataram ele mesmo, o cara que ele sonhou matando ele, matou ele. Às vezes, ainda, eu não gosto nem de comentar, por que às vezes volta, fica meio pesado, mas eu falando nele a gente desabafa.

O relato de Alan constata que a violência no campo não cessou desde a morte de João Pedro Teixeira e que o sangue camponês ainda é derramado nos conflitos por terra no Brasil. Sua voz embargada ao falar da perda do amigo, nos remete a Bosi (1994) quando ela diz que a memória nos faz rir ou chorar, a depender do momento em que é evocada. Ao selecionar um momento de dor, a memória de Alan camuflou sua alegria, porque Sandoval não estará do seu lado quando o assentamento for consolidado.

Para Ricouer (2007, p. 436), quando um episódio nos toca, uma "marca afetiva permanece em nosso espírito". A perda de Sandoval fincou esta marca na vida de Alan, que também sofreu agressões e ameaças de morte, sendo mais uma vítima da força que os latifundiários exercem em nosso país, que, apesar dos avanços e das políticas públicas dos assentamentos, ainda não efetivou a Reforma Agrária. Eis o relato do agricultor:

> [...] E eu fui levado pra sede da Fazenda, na frente de três cavalos, aonde meu ombro era constantemente espumado com espuma do cavalo, né, eles dando peitada, dizendo que não sabia onde tava que não dava um tiro em mim e acabava com a minha vida, né? E o meu irmão, deram umas duas cipoadas de jucá que meu irmão não aguentou e mandou correr, meu irmão chegou a correr uns cem metros e depois caiu com uma dor e gritando. Aí o pessoal do acampamento, os companheiros, viram aí foram buscar ele lá, caído, né, com uma dor, foi tão grande! E de antemão, várias noites a polícia chegava dando tiro no acampamento e aonde a gente teve que cavar um buraco com um metro pra não ser atingido, né, por que de repente a gente tava lá, quando pensa que não, começava eles dá tiro pro acampamento, ou perseguição nas pistas.

A violência sofrida por Alan e por seu irmão, e a morte de Sandoval no berço das Ligas Camponesas, mostram que as disputas por terra no país continuam fazendo vítimas. Dados do Caderno Conflitos no Campo Brasil (2013), da CPT nacional, indicam que a violência rural persiste atingindo sem-terra, índios, posseiros, lideranças indígenas, pescadores, trabalhadores rurais, assentados e pequenos arrendatários. Em 2013, ocorreram 34 assassinatos, dos quais os índios foram os mais atingidos, com um total de 13 mortos. Na

Paraíba, um conflito na Fazenda Santa Cruz, em Campina Grande, tirou a vida do jovem líder Leandro Soares de França Silva, de 24 anos.

Além de assassinatos, o desaparecimento forçado de camponeses pela violência dos proprietários rurais e/ou por agentes do Estado, que vitimou Pedro Fazendeiro e Nêgo Fuba, continua existindo; a despeito do agricultor e defensor dos Direitos Humanos, Almir Muniz da Silva, 40 anos, que sumiu sem deixar rastros, no dia 29 de junho de 2002, quando voltava no seu trator para a Fazenda Tanques, em Itabaiana.[49] Sua morte é atribuída a um policial civil.

Por encaminhamento da Dignitatis – Assessoria Técnica Popular, da CPT e da Justiça Global o sumiço deste agricultor foi submetido à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), tendo em vista que, apesar das evidências, o Estado brasileiro encerrou as investigações em 20 de março de 2009, sem elucidar as circunstâncias ou os responsáveis pelo seu desaparecimento (CASO DE DESAPARECIMENTO..., 2014).

O caso de Almir Muniz não é o único que tramita na CIDH contra a omissão do Brasil em investigar crimes contra trabalhadores rurais. Os casos da líder sindical Margarida Maria Alves e de Manoel Luís da Silva também foram encaminhados para esta Corte.

Vale lembrar que, em 2009, o Brasil foi condenado pela OEA em dois casos que envolveram trabalhadores rurais do MST: o Caso Escher e outros vs. Brasil, pela instalação de grampos nas linhas telefônicas de membros de duas Cooperativas ligadas ao MST, e o Caso Garibaldi vs. Brasil, pelo assassinato do trabalhador rural Sétimo Garibaldi (CORTEIDH, 2014).

A morosidade, parcialidade e impunidade da justiça que levaram a estas condenações vêm favorecendo os assassinatos no campo, como aponta o último relatório da CPT:

> Como sistematicamente a CPT tem denunciado, a impunidade tem sido uma das principais causas da continuidade dos assassinatos no campo. Financiados por latifundiários e representantes do agronegócio, pistoleiros continuam a assassinar trabalhadores rurais sem terra, indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores, posseiros, assentados e lideranças que fazem a luta pelo direito ao acesso e à permanência na terra. Sem punição exemplar para os criminosos, a impunidade funciona como uma espécie de

[49] Neste conflito da Fazenda Tanques, também foi assassinado o trabalhador rural Severino Moreira da Silva, em 1986, com envolvimento da família Veloso Borges. O imóvel foi desapropriado em 25/03/2004, originando o assentamento Almir Muniz da Silva, em homenagem a este agricultor desaparecido. Sobre este conflito ver o artigo Disputas territoriais na Paraíba: um olhar sobre a ação das instituições do estado frente à violência no campo, de Luanna Louyse Martins Rodrigues, 2011.

> “licença para matar”, ou seja, o pistoleiro, assalariado do crime, que comete um assassinato a mando de alguém e não é punido, não pensará duas vezes para aceitar outra empreitada criminosa. O mesmo acontece com o mandante da morte (CONFLITOS NO CAMPO, 2013, p. 115).

Situado em frente a uma grande propriedade, que os separa apenas por uma cerca, como mostra a foto 25, o MLC tem envidado esforços para lutar contra essa impunidade e em favor da vida.

Foto 25 – Memorial das Camponesas e propriedade rural

Fonte: Acervo da autora

3.1.3 Acervo

O acervo que o MLC vem organizando é composto por: livros; fotografias; banners; quadros; uma carteira das Ligas Camponesas; cordéis; boletins informativos; cartazes; reportagens; um microfone usado por João Pedro Teixeira nas reuniões das Ligas, dissertações; monografias; vídeos e as fitas com as entrevistas do livro Memórias do Povo. Parte do acervo que traz matérias do jornal A União sobre as Ligas Camponesas, na década de 1960, foi reproduzido a partir dos originais pertencentes à Fundação Joaquim Nabuco/PE, pelo governo do estado paraibano, que doou banners com fotos de João Pedro e família.

Ao entrar no MLC, o visitante se depara com a imagem da foto 26, que registra um dos últimos momentos de João Pedro Teixeira vivo. De camisa branca, mangas compridas, ele está sentado à direita de Elizabeth e cercado pelos onze filhos e filhas. Esta é uma das poucas fotos que restaram de João Pedro, visto que as outras foram destruídas com o Golpe de 64.

Foto 26 – João Pedro Teixeira e família

Fonte: Acervo MLC – Reprodução autora

Já a foto 27 traz um quadro de João Pedro Teixeira, a qual reproduz o que a ditadura tentou destruir ao eliminar registros da família Teixeira.

Lembramos que nosso destaque para esse líder não pretende excluir a participação de outros mártires camponeses. Alguns deles estão expostos em quadros no MLC, a exemplo de Nêgo Fuba, Pedro Fazendeiro e da sindicalista Margarida Maria Alves, assassinada em 1983.

Foto 27 – Quadro de João Pedro Teixeira

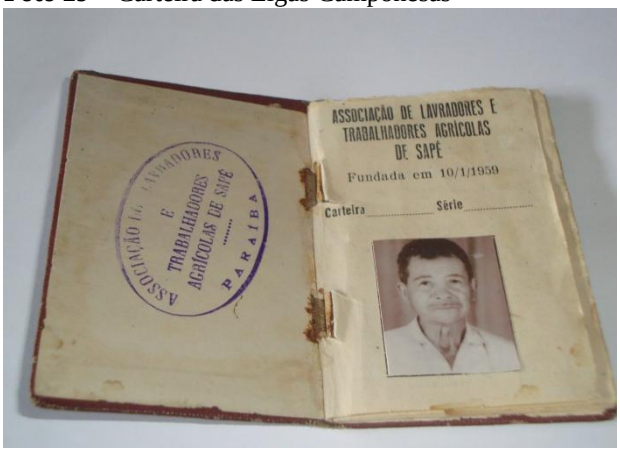
Fonte: Acervo MLC – Reprodução autora

Outros itens que compõem o acervo do MLC é o microfone usado por João Pedro nas reuniões das Ligas e a carteirinha de um associado deste movimento, que vemos nas fotos 28 à esquerda e 29 à direita. Estes objetos têm um valor inestimável para o MLC, por serem os únicos resgatados até o momento:

Foto 28 – Microfone usado por João Pedro nas Ligas

Fonte: Acervo MLC – Reprodução autora

Foto 29 – Carteira das Ligas Camponesas



Fonte: Acervo MLC – Reprodução autora

Exposta uma pequena parte do acervo existente no MLC, ressaltamos que este vem aumentando na medida em que pesquisas, documentários e trabalhos acadêmicos são realizados e retornam para esta organização. A busca por documentos do período das Ligas é uma ação que o MLC vem desenvolvendo, como explica Alan:

> Uma parte do acervo foi o próprio Estado que fez a pesquisa no Engenho Galileia, mas que o Memorial tá mantendo, fazendo pesquisa, né? Pessoas que participam da direção do Memorial, que sabe onde tem uma documentação que vai lá pede. Ou os companheiros, que tem documentação, falando sobre as Ligas Camponesas, do Memorial, doa pra gente. Por exemplo, tem vários pesquisadores e pessoas que lançam livros que doa a história. [...] O pessoal faz trabalho de monografia doa pra o Memorial, faz pesquisa e doa uma cópia pra o Memorial. Então é isso, é esse o trabalho do Memorial.

3.1.4 Relação Memorial-Comunidade Barra de Antas

Como enunciamos, Barra de Antas é uma comunidade pobre, que passou a fazer parte dos projetos do MLC. A importância de lutar pelo bem-estar desta comunidade, ao reivindicar direitos básicos de sobrevivência e de cidadania, é descrita por Luizinho, diretor do MLC:

> [...] Então, nesse contexto todo de luta, de organização de conquista não dá pra fazer um trabalho como esse e esquecer uma comunidade vizinha, principalmente uma das comunidades mais pobres do nosso município de Sapé, que o Memorial é vizinho, na verdade. [...] Então, há uma preocupação, na verdade, no início da ONG, muito mais com a Comunidade Barra de Antas, no sentido mais de reconhecer a vida, dar qualidade a vida, de dizer que a vida precisa ser preservada, ela precisa estar em primeiro momento nas discussões de que muitas vezes nas questões do Memorial. Ou seja, a gente marcou uma reunião com o governador – em nenhuma vez das reuniões a Comunidade Barra de Antas deixou de estar na pauta – ela está lá na pauta. Por quê? Por que a Comunidade Barra de Antas precisa de casa, a Comunidade Barra de Antas precisa de saúde, precisa de saneamento básico, precisa de uma série de itens que o setor público infelizmente não aplica. Então, é preciso estar no diálogo não só com o governo estadual, mas também com os prefeitos ou o prefeito de Sapé, que a gente tem relacionado.

Embora muitos projetos sociais ainda estejam em andamento, a relação que o MLC vem construindo com Barra de Antas só tende a favorecer os seus habitantes, uma vez que suas reivindicações, antes esquecidas, entraram na pauta dos governos municipal e estadual após a junção de forças Memorial-Comunidade.

A faixa reivindicando direitos sociais que vemos na foto 30, exibida no 52º aniversário de morte de João Pedro Teixeira, neste ano de 2014, evidencia o comprometimento que o MLC tem com as questões sociais de Barra de Antas.

Foto 30 – Celebração do 52º aniversário de morte de João Pedro Teixeira

Fonte: Acervo da autora

Para Eduardo, presidente da Associação de Barra de Antas, o apoio do MLC para as questões sociais é importante, pois: “não adianta a gente só trazer a cultura, resgatar a história e o povo que participou dessa história, continuar na mesmice sem ter moradia, sem saúde, sem educação, sem lazer, sem os direitos básicos de cidadão”. As possibilidades de

desenvolvimento e infraestrutura que o MLC vem gerando em Barra de Antas são destacadas por esse presidente:

> [...] nos últimos anos, depois da existência do Memorial, a gente tem tido bastantes avanços. A gente tem sempre colocado, até no município, isso, que a gente tem um grande tesouro nas mãos e a gente ainda não tá sabendo utilizar. Por que isso, você sabendo utilizar direitinho com a estrutura, com acessibilidade de qualidade pra que venham mais delegações visitar esse Memorial, tudo isso vai trazer o quê? desenvolvimento, turismo rural, aumenta a economia local. Quando vêm visitas? A comunidade já faz sacolé, faz pastel, faz tapioca, faz bolo e vende! Vem uma delegação maior, aí já pergunta se tem alguém que pode fazer almoço pra quarenta pessoas. Então aquela família se junta e faz um almoço, ou seja, está mudando a vida da comunidade! E o desejo da gente é que isso venha mais forte, ou seja, flua melhor!

Figura de referência e um dos fundadores do MLC, Eduardo tornou-se um elo entre esta entidade e Barra de Antas. Como conhecedor do lugar pobre onde cresceu, seu relato aponta para a geração de renda que uma infraestrutura adequada poderia levar para aquela Comunidade.

Por se tratar de um patrimônio histórico, após a inauguração do MLC, houve melhorias na Comunidade, que passou a receber atenção do poder público, especialmente com relação às estradas de barro, que, em época de chuva dificultava o acesso tanto para Barra de Antas quanto para o MLC. Embora estas estradas ainda não tenham sido asfaltadas, pelo menos a terraplanagem está sendo realizada, coisa que raramente acontecia antes da existência do MLC, como relata Eduardo:

> E a partir do momento dessa desapropriação, dessa intitulação de posse, aqui, do Memorial, a gente realmente melhorou a nossa vida, na comunidade, porque é uma parceria muito boa! A gente tem, por exemplo, as estradas... passava anos que vinha uma máquina fazer uma terraplanagem! Hoje, a gente dá uma ligada, a gente consegue. A máquina vem, no ano, quatro, cinco, seis vezes, por quê? Por que a gente diz olha: A Comunidade precisa! A Comunidade tem um patrimônio histórico lá. Merece ser visitada e pra ser visitada a estrada tem que tá melhor.

A melhoria das estradas para facilitar a chegada ao MLC está sempre em pauta. Na reunião ampliada do dia 02 de fevereiro de 2014, da qual participamos, a Prof.ª Iranice Muniz, assessora jurídica desta entidade, propôs um pedido de alargamento de dois metros da estrada para a ampliação da passagem de carros. A este pedido existem entraves do governo

municipal que não assume a construção das estradas por se tratar de uma área rural, com poucos habitantes.

Apesar dos obstáculos e das transformações mínimas que vêm ocorrendo em Barra de Antas, para Alan, o importante é que a sua Comunidade está sendo lembrada através do MLC: "[...] antigamente a comunidade era bem esquecida. Por conta do Memorial hoje, tá, não vou dizer 70%, mas tá pelo menos 40% melhor, né?".

A porcentagem apresentada por Alan chama atenção para o grau de abandono de Barra de Antas. Tomando por base sua estimativa, ainda há muito que ser feito e a parceria Memorial-Comunidade é imprescindível para o desenvolvimento e fortalecimento de ambos.

Quanto à importância desta parceria, Eduardo lembra que algumas reivindicações desta Comunidade eram antigas e ocorreram através do trabalho em conjunto com o MLC. No tocante à saúde, por exemplo, eles recebiam visita de uma equipe médica apenas de dois em dois meses e, com a presença do MLC, um Programa Saúde da Família está para ser instalado. Já a reforma da Escola de Ensino Fundamental Barra de Antas, reivindicada há mais de dez anos, por estar sem condições de funcionar, foi realizada pelo governo municipal de Sapé neste ano de 2014. Assim Eduardo descreve essa parceria:

> Tem sido uma relação muito positiva, né? Uma parceria na verdade. A gente tem discutido vários assuntos. A gente discute na Associação e a gente traz pra o Memorial e a gente trabalha isso em coletivo, em conjunto [...]. Isso tudo parceria Comunidade-Memorial, Memorial-Comunidade e aí a gente vai atrás de prefeitura, atrás do governo do Estado, ou seja, é uma junção de forças! Mas que em primeiro lugar está essa parceria muito importante que a gente tem que é o Memorial e a Comunidade.

Trazer os moradores de Barra de Antas e dos assentamentos vizinhos para junto de si tem sido uma preocupação do MLC para fortalecer essa relação Memorial-Comunidade, frisada por Eduardo. Desta maneira, Josilene afirma que sua aproximação com o MLC se deu através de Alan, que sempre convidava os moradores da Comunidade e os acampados da Fazenda Antas para o visitarem. Seu testemunho revela o medo que ainda sentia em pronunciar o nome de João Pedro Teixeira e a alegria de estar participando das reuniões, colaborando para divulgar o MLC:

> Antes a comunidade não tinha esse conhecimento. Ainda ficava um pouco assustada quando falava o nome João Pedro Teixeira, porque não tinha esse conhecimento. Aí através do Memorial a diretoria começou a se reunir. Inclusivamente [sic] eu, né? Eu me sentia assim até um pouco curiosa porque eu dizia: o que está acontecendo no Memorial, que é uma movimentação de carro vai, carro vem e a gente não ficava por dentro do que

> tava acontecendo. Aí um dia, recebi o convite pelo companheiro Alan, né, de participar das reuniões. [...] Eu junto com Maria José a gente ficou por dentro dos assuntos como é que era a luta de João Pedro, como foi, e começamos também fazer convite pra comunidade, junto com a direção do Memorial. Aí foi quando a Comunidade começou a ficar um pouco por dentro, começou um pouco a chegar aqui no Memorial.[50]

A aproximação de Maria José com o MLC foi semelhante à de Josilene:

> [...] Quando a diretoria começou a analisar que o Memorial estava só, sem a comunidade, então começaram a puxar a comunidade, principalmente eu e Josilene, a gente foi uma das primeiras, através de convite. [...] No começo, como Josilene disse, eu via os carros passando, eu via as reuniões, só que era só entre si, né? Alan sempre convidava o pessoal, mas eu nunca tinha participado e a partir do momento que eu comecei a participar eu comecei a ler os livros de João Pedro, comecei a ler os banners, então eu digo: É a minha história! [riso] É a nossa história, é a nossa luta! Então a gente tem que preservar essa história, tem que dar continuidade a esse mandado de João Pedro, a essa história dele, a esse trabalho. E foi muito bom, eu comecei a ler os livros dele, os banners pra passar pra os outros também: Olhe, vamos no Memorial! O Memorial é isso, é aquilo. Ele promove isso. Foi uma bela história de João Pedro, que inclusive, é a história de nós, que moramos na nossa comunidade, então é a nossa história, é a história aonde a gente tem que lutar por ela, né, não deixar morrer. Foi o sonho de João Pedro e o sonho que ele deixou pra nós, né, que nos consideramos filhos dele por participar dessa comunidade, desse Memorial.[51]

A satisfação em conhecer uma história que também é sua, sabendo que pode divulgá-la é sentida no relato de Maria José quando ela exclama: "É a minha história!" e diz que é preciso continuar o "mandado" de João Pedro. Suas palavras também evidenciam o cuidado do MLC em preservar a memória e a identidade do grupo ao qual pertence, memória esta que, para Delgado (2006, p. 38), "é base produtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas. É elemento constitutivo do auto-reconhecimento como pessoa e/ou como membro de uma comunidade pública, como uma nação, ou privada, como uma família".

Os convites de Alan levaram Josilene e Maria José, únicas mulheres de Barra de Antas, a participarem do MLC. A alegria que sentimos nos depoimentos de Josilene e de Maria José em conhecer e fazer parte do MLC nos remete à fala de Toninho quando ele diz que a chegada do MLC em Barra de Antas contribuiu para elevar a autoestima dos seus moradores, que, inclusive, começaram a falar sobre as Ligas, assunto proibido naquela região. Assim ele reflete:

---

[50] Entrevista de Josilene da Silva Oliveira à autora, em 07.06.2014.
[51] Entrevista de Maria José dos Ramos Pereira à autora, em 07.06.2014.

> [...] os eventos que têm todo ano, ali, ajudam muito a Comunidade! Eu acho que a Comunidade mudou muito depois que o Memorial chegou. A autoestima da Comunidade! O pessoal começa a falar mais. O pessoal, na época das Ligas, do Golpe Militar, entende? Ninguém mais queria falar em Ligas Camponesas. Então, quando nós chegamos aí na Comunidade o povo não queria falar como se desconhecia tudo que significou a luta. E agora não. Quer dizer, com todo esse movimento que o Memorial trouxe para aquele lugar, para aquela Comunidade, então, o que eu sinto é que cresceu a autoestima da Comunidade, apesar de toda carência que ainda tem! E também vão perdendo o medo de falar. Então, já aparecem pessoas que começam a falar de João Pedro Teixeira, falar da luta. Então, eu acho, assim, que foi uma grande contribuição.

Com relação a esta autoestima que o MLC proporciona à comunidade de Barra de Antas, resgatando suas memórias e identificando-as ao grupo a que pertence, Ferreira traz a seguinte consideração:

> Na busca de afirmação dos seus direitos e identidade, esses grupos têm procurado as raízes históricas nas tradicionais fontes documentais impressas, mas, sobretudo, nas fontes construídas pela história oral, a partir dos recursos memorialistas que desnudam as violações sofridas ou em curso, as lutas pessoais e coletivas empreendidas, enfim, que fazem aflorar sentimentos que elevam a autoestima (FERREIRA, 2007, p. 150).

Esta manifestação e aproximação das pessoas para falar de um assunto abafado, é resultado, também, do trabalho da Rádio Comunitária do MLC, como ressalta Alan:

> A rádio, também, é um pouco de levar conhecimento pra as pessoas que ainda não tem conhecimento e outras pessoas, que viveram a época, que pelo medo da ditadura tá voltando pra vim visitar o Memorial, como tem muitos da família de Elizabeth que sofreram, agora tá se chegando mais. Outros vizinhos aqui da própria comunidade aqui de Chã de Barra tá vindo. Pessoas que a gente nem sabia tá chegando ao Memorial dizendo que passou, que lutou na época das Ligas. E é isso, o Memorial tá sendo parceiro de todo mundo!

O retorno de indivíduos, que por várias décadas ficaram em silêncio por medo de exporem suas memórias “proibidas”, como as classificaria Pollak (1989), insere o MLC como um lugar de libertação, se nos remetermos a Le Goff (1992).

Embora as aproximações estejam ocorrendo, a divulgação do que o MLC representa em Barra de Antas e na circunvizinhança é delicada, porque a maior parte dos moradores(as) é desconfiada. Existem poucos envolvidos no MLC, que precisa de pessoas da região para participar da diretoria e difundir os seus ideais. O próprio Luizinho, que nasceu e se criou em Barra de Antas, diz que demorou a conhecer a história da casa que se transformou no MLC.

A questão do silêncio sobre a história de João Pedro e Elizabeth Teixeira no berço das Ligas Camponesas denuncia o quanto a repressão latifundiária e militar intimidou os habitantes dessa região. Por medo, os mais velhos calaram-se quando poderiam presentear os jovens com suas lembranças, como orienta Bosi (1994).

Mas este silêncio é compreensível em se tratando do trauma que se abateu sobre a região das Ligas, não só com os envolvidos, mas com os seus familiares, e com aqueles que perderam amigos(as). Calar-se não significa esquecer-se, mas proteger-se, pelo menos por um tempo, de lembranças dolorosas, que podem vir à tona no momento certo, como indica Pollak (1989, p. 3):

> O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.

Enquanto espaço de resistência, o MLC tem a capacidade de redistribuir estas “cartas políticas e ideológicas” e fazer ecoar a voz dos indivíduos que confiavam suas lembranças apenas aos amigos ou a grupos mais próximos. Pois, na medida em que estes indivíduos o visitam e conhecem a história de João Pedro (história do verdadeiro herói, na concepção de Luizinho), se reconhecem nela e perdem o medo de falar, confrontando a história oficial.

O significado da luta camponesa e a propagação da memória para que este significado não seja abafado é uma ação que o MLC vem realizando a passos lentos, porém, com dedicação. No seu entorno, esse trabalho, que já era feito por seus membros recebeu apoio de estudantes da UFPB, a exemplo de Tamis Talieh que, ao visitar as casas de Barra de Antas para realizar uma pesquisa acadêmica sobre os problemas da comunidade, aproveitou para falar sobre o MLC. Ainda que de forma embrionária, o resultado dessa dedicação já pode ser vista, sobretudo nas caminhadas do dia 02 abril, como relata Eduardo:

> Hoje a gente tem o 02 de abril, a gente vê, por exemplo, a escola local toda participando, antes não vinha. A comunidade vizinha, aqui mais próxima, Chã de Barra, por exemplo, o pessoal participa. A própria Comunidade, em si, a parte religiosa que não participava, já participa ativamente das caminhadas, né, dos momentos aqui do Memorial... Ou seja, aos poucos, sempre eu digo, é um processo que não é rápido, é lento. É lento por que é o seguinte: a gente, hoje, chegar pra família Teixeira e querer que eles falem que o processo das lutas camponesas foi positivo pra eles, é você querer demais! Por quê? Por que é você mexer com a vida deles! Quantas renúncias não foram feitas?

3.1.5 Visitas

Conforme levantamento no livro de registro do MLC, referente aos anos de 2010, 2012, 2013 e primeiro semestre de 2014, o número de visitantes vem crescendo, sobretudo a partir de 2012, com a desapropriação do terreno e o tombamento da casa. A Tabela 1 foi construída a partir desse levantamento, contudo, o resultado não corresponde à realidade do fluxo de pessoas que visitam o MLC, posto que, em algumas visitas, o livro não é assinado. Essa ausência de registro não se dá por falta de compromisso do responsável pelo MLC, mas pelo acúmulo de tarefas que este exerce e pela falta de pessoas capacitadas para controlar as visitas.

Tabela 1: Quantidade de visitantes do MLC – Período: 2010, 2012, 2013, 2014

Categoria	2010	2012	2013	2014	Total Geral
Caminhada 02 de abril	110	x	48	151	309
Instituição de Ensino Superior	28	67	83	79	257
Instituição de Ensino Fundamental	78	327	119	x	524
Instituição de Ensino Fundamental e Médio	x	x	76	19	95
Escola Agrícola	x	18	4	x	22
Instituições Públicas	13	18	20	x	51
Movimentos sociais/Sindicatos	x	40	4	x	44
Público em Geral	x	67	141	85	323
Pesquisadores/Jornalistas/TV	1	2	21	3	27
Total	229	539	516	337	1652

Fonte: Livro de visitas do MLC.

Os segmentos registrados no livro de visitas são: agricultores(as), assentamentos, estudantes do ensino fundamental e médio, estudantes universitários dos cursos de Agroecologia, Pedagogia, Geografia e História, pesquisadores brasileiros e estrangeiros, jornalistas, emissoras de rádio e de televisão, representantes políticos, de sindicatos, de movimentos sociais, dos direitos humanos, representantes da CNV e Secretaria de Direitos Humanos, entre outros.

Além de elevar a autoestima de Barra de Antas, como destacou Toninho anteriormente, as constantes visitas que o MLC vem recebendo projetou esta Comunidade não só para Paraíba e para o Brasil, mas para o mundo[52], como assinala Eduardo:

> Através do Memorial hoje, a nossa Comunidade Barra de Antas, ela é conhecida nacional e internacional. A gente deixou de ser Barra de Antas e passa a ser terra das Ligas Camponesas, aonde tem o Memorial João Pedro Teixeira. Então, hoje, tem uma referência! É tanto que as visitas que a gente tem recebido aqui é muitas! [sic] Pessoas do nosso estado, pessoas do exterior que vêm aqui. Várias delegações, vários estudantes de congressos nacional, internacional, que visitam a comunidade.

Com o crescente número de visitas, que coloca Barra de Antas como um polo turístico (próximo dali existe o Memorial Augusto dos Anjos), o MLC e a Associação intensificaram as reivindicações de infraestrutura e demandas sociais, porque entendem que não adianta o avanço do MLC se a comunidade vive na miséria, sem saúde, educação, estradas, moradia e lazer. Sendo atendidas, estas reivindicações contribuem para que o MLC siga enxergando e valorizando a cultura camponesa, preservando a memória e promovendo direitos humanos, como destaca Toninho:

> Essas reuniões mensais, o site, as visitas (a quantidade enorme de visitas que o Memorial recebe de universidades, de turistas, estrangeiros), então, é uma quantidade enorme de estudantes, de sindicatos, de estudantes mesmo. Eu mesmo levei dois grupos de mestrado da agroecologia de Bananeiras para estudar lá. Então, quando tem grandes eventos em João Pessoa muitas vezes o pessoal vai visitar o Memorial, então, eu acho que isso é uma forma de preservar a memória e promover os direitos humanos, não é?

[52] Equipes da Áustria e de Portugal realizaram matérias no MLC em 2013.

No que tange à preservação da memória, Toninho ainda lembra que acolher Juliana Teixeira, professora de história e neta de Elizabeth Teixeira nas atividades do Memorial, foi uma conquista importante, sobretudo pelo crescimento de Juliana, que se tornou uma militante das Ligas Camponesas. Por ser a única da família a se envolver e divulgar a luta dos avós ela se torna uma memória viva. O depoimento de Juliana revela o que sente em relação à luta dos avós e à criação do MLC:

> Pra mim é uma sensação maravilhosa, não é? Eu me sinto muito honrada em continuar esse trabalho belíssimo de reviver a memória dos meus avós, de mostrar a importância que eles tiveram, né, pra sociedade. Então, pra mim é sempre uma honra está presente no dia a dia, mostrando, principalmente para os jovens, esta história tão bonita! E o Memorial só veio contribuir, não é? [...] Eu acho que foi uma grande vitória, do povo, não é, conseguir esse Memorial, que pudesse retratar a história dos meus avós, que pudesse fazer esse resgate pra o povo, pra nossa história, pra que as crianças, jovens, pudessem conhecer [...].

Além de Juliana, o MLC conseguiu aproximar os filhos de Pedro Fazendeiro (Náugia e Valter Araújo) e a sua neta Slanna Araújo, que o visitaram e participaram do 52º aniversário de morte de João Pedro. Na ocasião, a poesia "Ao meu nobre pai Pedro Fazendeiro e outros tantos companheiros", que Náugia fez em homenagem ao pai, foi recitada para os presentes.

3.2 ELIZABETH TEIXEIRA: PAIXÃO E LUTA

Embora seja a principal personagem, ainda viva, ligada à história do MLC, não está nos limites desse trabalho discorrer, minuciosamente, sobre a vida de Elizabeth Teixeira, especialmente porque existem obras de referência sobre a sua trajetória na luta por terra antes e após o Golpe Civil-Militar de 1964[53]. Contudo, acreditamos que uma lacuna ficaria aberta neste capítulo se não contemplássemos momentos da vida dessa mulher. Assim, delineamos algumas linhas do amor e do propósito que uniu Elizabeth a João Pedro Teixeira, evidenciando as consequências da ditadura civil-miliar na sua família e a sua participação no Memorial das Ligas Camponesas.

[53] Para aprofundamento no tema, ver os livros: Eu Marcharei na tua luta, (BANDEIRA, 1997); Elizabeth: mulher da terra, (ROCHA, 2009) e João Pedro Teixeira: um mártir do latifúndio (NUNES, 2013).

Num dia nublado – como mostra a foto 31 –, conseguimos permissão para fotografar a casa onde Elizabeth morava com os pais quando conheceu João Pedro, aos 15 anos de idade. A autorização foi dada por seu sobrinho, que passamos a chamar de M, em respeito ao seu pedido para manter-se no anonimato, porque o seu pai não gosta de falar sobre as Ligas Camponesas.

Foto 31 – Casa de Manoel Justino, pai de Elizabeth Teixeira

Fonte: Acervo da autora

De acordo com M, as duas primeiras portas fechadas, que vemos do lado esquerdo da casa, eram do armazém que pertencia ao seu avô, Manoel Justino[54]. Neste armazém ocorreu o primeiro encontro e as primeiras trocas de olhares entre Elizabeth e João Pedro quando este ia fazer compras para a pedreira na qual trabalhava, próxima dali, nas terras dos Ribeiro Coutinho, no Sítio Anta (BANDEIRA,1997). João Pedro e Elizabeth não imaginavam que, após aquele encontro, formariam um casal que entraria para a história: ele, como "o Cabra Marcado para Morrer" (título eternizado no documentário de Eduardo Coutinho), ela, como uma "Mulher Marcada para Viver" (expressão usada por Genaro Ieno), com plenos 89 anos.

A mãe de Elizabeth era de família de latifundiários e o seu pai, Manoel Justino, um pequeno proprietário rural, que tinha mercearia em casa, entretanto, o fato de pertencer a uma família de posses não impediu Elizabeth de largar tudo para ser feliz ao lado de um homem humilde. Movida por uma dessas paixões, que, segundo Nunes, (2013, p. 42) "costumam mexer com os indivíduos", aos 17 anos Elizabeth resolveu fugir, enfrentando o seu pai, que

[54] Esta informação foi confirmada por Elizabeth em depoimento à autora.

não aceitava o seu namoro com João Pedro, por ser este preto e pobre. Antes de fugir, porém, em depoimento a Bandeira (1997, p. 43), Elizabeth se lembra da época do namoro em 1940:

> No início do namoro não era como hoje, um amor pegado, beijo, não, eu nunca... Desde o início até o dia em que eu fugi com ele, eu nunca tinha pego sequer na mão dele, não. Nós se namorava assim: se olhava, ele mandava uma carta, eu outra. O primeiro encontro que eu tive pessoalmente com João Pedro, pra falar com ele, foi na noite que eu fugi, que eu me encontrei com ele, ali a gente apertou a mão um do outro, abraçou um o outro, foi bom, foi muito bom.

Deste primeiro abraço inocente e prazeroso entre Elizabeth e João Pedro, seguiram-se o casamento de muito amor, o nascimento dos filhos(as), as privações financeiras, a morte de João Pedro e da filha Marluce Teixeira e a separação dos filhos(as) como decorrência do Golpe Civil-Militar de 64.

Por ter assumido o lugar de João Pedro na Liga Camponesa de Sapé, no enfrentamento aos proprietários rurais da várzea paraibana, Elizabeth sofreu várias prisões e entrou na lista das mais procuradas do novo regime instaurado, por isso, passou oito meses presa no Grupamento de Engenharia da Capital paraibana. Ao ser liberada e outra vez convocada para se apresentar ao Exército, já sabendo do desaparecimento de Nêgo Fuba e de Pedro Fazendeiro, e por temer cair nas mãos do Coronel de Polícia Luiz de Barros, Elizabeth decidiu fugir levando apenas um dos filhos. Esta fuga deu início a um período de dezessete anos de clandestinidade em municípios do Rio Grande do Norte, primeiro em Jucurutu, onde passou alguns meses, depois em São Rafael, no qual usou o nome falso de Marta Maria da Costa.

Neste período, Elizabeth trabalhou na roça, como doméstica e como professora para sobreviver, e, após a Lei de Anistia, foi resgatada deste município pelo cineasta Eduardo Coutinho, em 1981, para dar continuidade ao documentário “Cabra Marcado para Morrer”, cujas gravações se haviam iniciado em fevereiro de 1964, antes da eclosão do Golpe. A identidade e o desejo de mudança ficaram contidos durante os anos em que Elizabeth não pode falar, mas a partir do momento em que resgatou sua identidade ela expressou o que ficou preso por dezessete anos. No final do referido documentário é possível ver Elizabeth discursando contra a democracia brasileira que não alimenta quem tem fome.

Com a morte do marido, Elizabeth assumiu dois grandes desafios para uma mulher da época: a presidência da Liga Camponesa de Sapé e o trabalho de atriz naquele documentário. Este trabalho artístico de Elizabeth torna-se secundário face à sua dedicação à causa camponesa, no entanto, destacamos sua entrega nesse desafio, pois, embora representasse a si

mesma, ela ingressava num ambiente desconhecido ao enfrentar câmeras em 1964. Mesmo assim, ela encarou o desafio, porque sempre estava "para o que desse e viesse", como costuma dizer em suas entrevistas.

O primeiro encontro entre Elizabeth Teixeira e Eduardo Coutinho foi em abril de 1962 quando o luto já fazia parte da família pelo assassinato de João Pedro, como mostra a foto 32, que em nada lembra a imagem que vimos na foto 26, em que a família estava completa e com roupas claras.

Foto 32 – Elizabeth Teixeira e filhos(as), em 1962

Fonte: Página eletrônica do MLC[55]

Sobre quando foi procurada por Eduardo Coutinho, para filmar "Cabra Marcado para Morrer", em Rocha (2009, p. 151), Elizabeth lembra que resistiu ao convite:

> O cineasta retornou e quis filmar a nossa casa, as crianças juntas, a família toda reunida. Conversou comigo a respeito do filme e me convidou insistentemente, para representar, na tela, eu mesma. Expliquei que eu não era artista, não tinha jeito para isso. Além do mais, não dispunha de tempo livre. Coutinho não desistiu. Tentando escapar da insistência, disse-lhe que, na Liga Camponesa, nada era decidido sem ser discutido com os companheiros da Diretoria. Coutinho se dispôs a ir, imediatamente, conversar com os companheiros. Tanto insistiu que acabei tendo que acompanhá-lo até a Liga.

[55] Disponível em:<http://www.ligascamponesas.org.br>. Acesso em: 20 mar. 2013.

Não fosse a insistência de Eduardo Coutinho, este documentário não teria a participação desta mulher, que, apesar de não ser "artista", cumpriu bem o seu papel eternizando este trabalho, considerado um dos mais importantes e premiados documentários do Brasil. Cabe destacar o profissionalismo e a sensibilidade de Eduardo Coutinho, que estreitou laços com Elizabeth Teixeira[56], reencontrando suas filhas e filho que estavam no Rio de Janeiro, e comprando a casa em que ela vive até hoje, no bairro de Cruz das Armas, em João Pessoa.

Em 1984, após o término das filmagens de "Cabra Marcado para Morrer", Eduardo Coutinho promoveu um encontro, no Rio de Janeiro, entre Elizabeth e três dos seus filhos. Esse encontro foi registrado na foto 33, na qual se veem, da direita para a esquerda: Eduardo Coutinho; Marta Teixeira; José Eudes; Elizabeth Teixeira e Marinês Teixeira, com uma criança no braço.

Foto 33 – Encontro de Elizabeth com as filhas e filho, em 1984

Fonte: A família de Elizabeth Teixeira. Documentário.

Antes desse encontro, o sofrimento de Elizabeth nos anos de clandestinidade, forçada a viver longe da família e dos filhos(as) que foram divididos e criados por famílias diferentes, deixou sequelas e foi o início de outras tragédias por sua escolha em "marchar na luta" de João Pedro Teixeira, como ela mesma diz.

[56] Por mais de trinta anos, Eduardo Coutinho manteve contato com Elizabeth. Em 2013 ele fez o documentário A Família de Elizabeth Teixeira, com depoimentos dos seus filhos (as). Após mais essa contribuição para a memória nacional, neste ano de 2014, aos 80 anos de idade, Eduardo Coutinho foi tragicamente assassinado pelo próprio filho, que tinha problemas psicológicos.

Como Elizabeth sofreu por lutar pela dignidade humana! Na foto 34 podemos ver o estrago que o regime militar causou na vida desta mulher. Comparando sua fisionomia aos 37 anos, à esquerda e com 54, à direita, sua expressão transmite mais do que a ação do tempo.

Foto 34 – Elizabeth Teixeira em 1964 e 1981, após a Anistia

Fonte: Página eletrônica do Diário do Nordeste[57]

Elizabeth teve parte da sua vida roubada, primeiro pelo Grupo da Várzea, que assassinou o seu marido e motivou a morte da sua filha; depois, pelo regime militar que a privou do convívio familiar. No primeiro momento, sua filha mais velha Marluce Teixeira, aos dezesseis anos, cometeu suicídio por não suportar vê-la sendo presa e por acreditar que ela morreria da mesma maneira que o pai. Sobre esse momento, que ocorreu em consequência das suas atividades nas Ligas Camponesas, Elizabeth lembra:

> [...] Eu volto pra casa, que quando eu chego em casa, meu filho, com pouco tempo chegam dois carros de polícia, um carro grande e um pequeno, cheio de policiais! Mas esses policiais, quando saltaram do carro, arrodeando a minha casa dando tiro e mais tiro, mais foi tanto tiro, em volta da minha casa! Tanto tiro! Que acontece a minha filha mais velha, Marluce, me abraçou e disse: "Minha mãe, vão tirar a sua vida. Assim como tiraram a do meu pai. Meu pai lutava só para o bem da classe trabalhadora. Que ele dizia não só o trabalhador do campo, como o trabalhador da cidade merece um salário digno para sobreviver na cidade com seus filhos, com a sua família. Foi tirada a vida de meu pai e vão tirar a sua. A senhora vai presa, mas não vai ter o direito de voltar e vão tirar". Eu digo: Não minha filha, eu volto. Aí eles mandam eu entrar dentro do carro e me traz presa. [...] Aí eu volto, meu filho, que quando eu chego em casa, a minha filha está morrendo, a minha filha Marluce Teixeira, estava morrendo. De dezesseis anos já morrendo. Aí ela disse: "Mãe, eu estou morrendo, eu tomei um veneno e o utensílio que eu ingeri o veneno está aí em cima da mesa, a senhora pode olhar".

[57] Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/blogdecinema/category/mostras-nacionais-de-cinema/>. Acesso em: 20 set. 2013.

Como mensurar a dor dessa mãe que, ao voltar para casa após ser presa, encontrou a filha nos últimos suspiros por ter ingerido veneno? Drama. Essa é a palavra que melhor retrata a vida de Elizabeth Teixeira, que, mesmo após todos os infortúnios que viveu não abandonou o ideal de luta de João Pedro. Sua escolha a faria pagar um alto preço, pois a força da elite agrária da várzea paraibana, aliada à impunidade do Estado, não ceifou apenas a vida do seu marido e a da sua filha, Marluce. Seus filhos: Paulo Teixeira; José Eudes e João Pedro Teixeira Filho (Pêta), também foram vítimas desta escolha.

Paulo chegou à idade adulta, casou e teve dois filhos, mas morreu jovem. Segundo Elizabeth sua morte decorreu do tiro que levou na cabeça aos dez anos de idade, após o assassinato de João Pedro, porque depois deste tiro ele perdeu a saúde.

Pêta, por sua vez, que foi criado pelo avô e por um tio, assassinou o irmão José Eudes porque este pensava como a mãe e estava à frente de uma Associação beneficente, que levava o nome do pai, João Pedro Teixeira. A morte de José Eudes foi mais um baque na vida de Elizabeth, que presenciou a tragédia. Como matou o irmão porque o seu tio se sentia prejudicado e temia perder terras com aquela Associação, Pêta foi assassinado, sem esclarecimentos da motivação do crime, possivelmente como queima de arquivo.

Para Carlos, no início Pêta não era contra José Eudes, que cuidava de uma terra herdada por Elizabeth, mas, como era submisso ao tio e ao avô, cumpriu à risca os conselhos destes para acabar com a Associação, o que resultou na morte de José Eudes (FAMÍLIA DE ELIZABETH TEIXEIRA, 2014, 42’02”).

Ao relembrar sua experiência nas Ligas Camponesas e na clandestinidade, nos seus testemunhos atuais, Elizabeth já não menciona estas mortes dolorosas, o que nos remete, outra vez, a Bosi (1994) quando esta diz que, por vezes, a memória seleciona o que deve ser lembrado e adormece o que causa dor.

Com a criação do MLC, Elizabeth Teixeira tem uma motivação a mais para viver e manter vivas as lembranças familiares e das lutas camponesas. De acordo com Toninho, a presença de Elizabeth, aos 89 anos, nas celebrações em memória a João Pedro Teixeira e outras programações do MLC é uma força que alimenta a todos que formam esta instituição de memória e de luta, que já está planejando o seu aniversário de noventa anos.

Visivelmente cansada na celebração do dia 02 de abril de 2013, Elizabeth encosta a mão esquerda no pilar do MLC para discursar sobre a luta de João Pedro e a lentidão da Reforma Agrária, com vemos na foto 35. Quando prometeu ao marido que assumiria o seu lugar, Elizabeth não estava brincando, pois, excetuando-se os anos de clandestinidade, nos quais foi obrigada a calar-se, em momento algum se eximiu da luta. Quando poderia estar

descansando, faz questão de contribuir para que o sonho da Reforma Agrária seja alcançado e a violência no campo tenha fim.

Foto 35 – Elizabeth Teixeira no 51º aniversário de morte de João Pedro

Fonte: Acervo da autora

Então, familiarizada com microfones, filmadoras e multidões, Elizabeth segue dando palestras e participando de eventos em prol da Reforma Agrária, de melhorias no campo e em defesa dos direitos humanos. Por sua dedicação, já recebeu várias homenagens, como a Medalha Augusto dos Anjos (Sapé), o Prêmio Bertha Lutz (Senado Federal), o prêmio Marcha das Margaridas[58] (Brasília) e o prêmio Medalha ao Mérito (UEPB), entre outros.

Sempre aberta a entrevistas, Elizabeth não se cansa ao falar da luta do marido e não se incomoda quando é procurada. Sua paixão e admiração por João Pedro é tanta, que em vários momentos ela não se inclui no discurso, deixando de lado a sua importância, como mostra neste depoimento à autora: **"**É uma lembrança do meu maridinho, uma lembrança da luta dele! Eu acho é bom que venha! Foi muito bom você vir tomar conhecimento. Muito obrigada a você e a todos que lembram a luta de João Pedro Teixeira em nosso país, o Brasil".

Ter pessoas dispostas a ouvi-la falando do "maridinho" faz com que as lembranças de Elizabeth não sejam desprezadas na nossa sociedade. Como alerta Bosi (1994, p. 82), ao destacar que com o desprezo dos velhos houve um declínio na arte de contar histórias e os jovens perdem com isso, pois, "um mundo social, que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos, pode chegar-nos pela memória dos velhos".

[58] Esta Marcha é realizada pelas mulheres do campo em busca de cidadania contra a pobreza e a violência. O nome é homenagem a Margarida Maria Alves, líder do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande-PB, assassinada em 1983 por usineiros.

Para esta autora, o destino dos velhos não deveria ser um asilo, pelo contrário, "durante a velhice deveríamos estar ainda engajados em causas que nos transcendem, que não envelhecem, e que dão significado a nossos gestos cotidianos" (BOSI, 1994, p. 80). Sempre pronta para narrar sua história, Elizabeth traz este significado para sua vida, renovando forças e retardando o envelhecimento. Talvez por isso tenha uma memória privilegiada e permaneça ativa fazendo jus ao título de "guardiã da memória das Ligas Camponesas", que lhe atribuiu Rangel (2000).

Sentimos essa satisfação no seu depoimento sobre a criação do Memorial das Ligas Camponesas em homenagem à sua luta e de João Pedro: "Eu sinto uma emoção muito grande!". No que se refere às comemorações do dia 02 de abril, ao futuro do MLC e à implantação da Reforma Agrária, Elizabeth declara que o seu desejo é:

> [...] Que ele permaneça, né, a memória de João Pedro Teixeira, aquela personalidade, né, que lutou [...] Eu acho, minha filha, que a nossa luta, a minha luta e a de João Pedro foi uma luta de vitória, porque com essas memorações, a nossa casa, que nós moramos, não é? [...] Então, o que eu vejo é isso, a memoração de João Pedro está válida no nosso país, no nosso Brasil. Agora, o que João Pedro me dizia, todos os dias, que iam tirar a vida dele, mas que a Reforma Agrária ia ser implantada em nosso país... Quantos anos do assassinato de João Pedro e a Reforma Agrária não foi implantada em nosso país? Que o homem do campo ainda sobrevive sem condições de terra para plantar, para sobreviver.

3.2.1 Reencontro da família Teixeira: uma visita especial

O reencontro de todos os filhos(as) da família Teixeira no MLC, ocorrido em julho de 2014 só foi possível pela ação da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba[59], que conta com um Grupo de Trabalho sobre a "Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses", coordenado pela Profa. Iranice Gonçalves Muniz, já citada anteriormente por sua atividade como assessora jurídica do MLC. Faz parte do trabalho do GT colher depoimentos dos familiares dos camponeses mortos e daqueles que sofreram perseguição e violência de jagunços ou da própria polícia do estado paraibano entre os anos de 1958 e 1988, ou seja, antes e após o Golpe Civil-Militar (PARAÍBA, 2014).

[59] Para esta ação a CEVPM-PB contou com o apoio do MLC, da Universidade Federal da Paraíba e da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro.

O MLC também tem contribuído para localizar camponeses, vítimas do regime civil-militar ou dos proprietários rurais. A atuação da Prof.ª Iranice tanto no MLC quanto na CEVPM-PB tem sido importante no cruzamento de informações, resgate da memória e esclarecimento das violações aos direitos humanos, praticadas pelo Estado naquele regime. Diante disso, na reunião ampliada do MLC, em 02 de fevereiro de 2014, ao falar sobre as oitivas que a CEVPM-PB vinha realizando, Iranice solicitou a colaboração dos presentes para convidar mais pessoas para darem seus depoimentos sobre as Ligas.

A CEVPM-PB, que já ouviu as filhas de Pedro Fazendeiro, realizou uma oitiva com a família de Elizabeth Teixeira no dia 25 de julho de 2014, como mostra a foto 36, na qual se encontram, do lado direito da mesa, (Carlos, Elizabeth Teixeira, Isaac, Marinês, Marta e Maria José) e do lado esquerdo os integrantes desta CEVPM-PB (Fábio Freitas, Waldir Porfírio, Lúcia Guerra, Iranice Muniz e Paulo Giovani Nunes).

Foto 36 – Oitiva da CEVPM-PB com Elizabeth Teixeira e família

Fonte: Acervo da CEVPM-PB

Esta oitiva proporcionou um reencontro histórico entre Elizabeth Teixeira e suas filhas Marta Cristina Teixeira e Marinês Altina Teixeira, que não se viam há trinta anos[60] e foram trazidas do Rio de Janeiro através de uma parceria entre a CEVPM-PB e a Comissão da Verdade daquele Estado, e destas com as irmãs e irmãos: Maria José; Maria das Neves; Carlos e Isaac.

[60] Em 1984, após o término da filmagem de Cabra Marcado para Morrer, Elizabeth foi levada ao Rio de Janeiro por Eduardo Coutinho para visitar Marta, Marinês e José Eudes, que estava morando neste Estado (Documentário: A família de Elizabeth Teixeira, 2013)

Um dia após darem seus testemunhos, que serão disponibilizados no relatório final da CEVPM-PB, Elizabeth e família visitaram o Memorial das Ligas Camponesas, ou seja, a casa da qual foi arrancada e em que os seus filhos(as) tiveram a infância interrompida pela repressão dos latifundiários e do regime militar. Foi um encontro emocionante e valoroso não só para Elizabeth e seus filhos(as), mas para toda a família Teixeira: sobrinhos (as); netos(as) e bisnetos (as), que puderam se reunir e também se conhecer. Passaram-se cinquenta anos para que esta família voltasse ao lar e sentisse o calor de um abraço novamente.

A imagem que vemos na foto 37 parece atualizar o tempo "tornando-o tempo vivo e pleno de significados no presente" (DELGADO, 2006, p. 38). A impressão que temos é de um encontro familiar com Elizabeth (sentada, de preto), ao lado de Isaac (boné vermelho). Em pé, por trás desta matriarca, da esquerda para direita, estão: Marta; Carlos; Maria José; Marinês e Maria das Neves. Como a observar o que restou da sua família, entre Carlos e Maria José está João Pedro, numa foto da década de 1960, que apresentamos anteriormente.

Foto 37 – Visita de Elizabeth e família ao Memorial das Ligas Camponesas em 2014

Fonte: Acervo da autora

Diante da compreensão e simpatia da família Teixeira, que permitiu a presença de estranhos, num momento tão íntimo, alegre e também doloroso, tivemos o privilégio de compartilhar dessa visita histórica, sobre a qual registramos poucos momentos, em respeito à privacidade que a ocasião exigia.

Logo ao entrar na casa em que viveram Maria José, Marta e Maria das Neves evocaram suas lembranças, buscando reconhecer os cantinhos que marcaram suas infâncias. Enquanto exploravam a casa, mesclando sorrisos e silêncios, foi possível ouvir perguntas como: "Olha Marta, aqui era o quarto de mamãe, você lembra?".

Pensativa e introspectiva, Marta ensaiou alguns sorrisos, porém, o seu semblante não escondia a dor de estar ali após tantos anos. Na maior parte do tempo ela permaneceu em silêncio, embalada por suas lembranças.

Surpreendemos Carlos a verificar os livros e objetos da estante do MLC. Já Isaac observou, atencioso, as matérias do Jornal A União sobre as Ligas e sobre o assassinato do seu pai e, após algumas voltas pela casa, ficou sentado na sala, sozinho.

Um momento que chamou nossa atenção foi o reconhecimento que Elizabeth fez dos filhos(as) pequenos nas fotos que preenchem as paredes do MLC, comparando-os à fase adulta.

O retorno dos filhinhos de Elizabeth, como ela costuma chamá-los, para a casa em que viveram quando crianças e da qual saíram órfãos de pai, de mãe e de irmãos, entrou para a história. A emoção que invadiu aquela casa não pode ser transmitida, porque só estes órfãos sabem a dor que sentiram quando foram arrancados do lar e, posteriormente, separados. Entretanto, podemos destacar fragmentos de alguns testemunhos da família.

Após serem retirados da casa, Maria José ressaltou a dor de ver os irmãos serem divididos na calçada da casa do avô Manoel Justino. A imagem daquela partilha, realizada num fim de tarde em uma calçada, ainda permeia suas lembranças, sobretudo porque ela não entende como um avô não permitia que os netos entrassem na sua casa. Outro momento lembrado por Maria José refere-se ao dia em que ela se matriculou numa escola, sozinha, aos nove anos de idade, por que a tia que a criou não quis acompanhá-la.

No documentário "A família de Elizabeth Teixeira", de Eduardo Coutinho (2014), Marinês também lembra que foi impedida de botar os pés nesta mesma calçada aos 10 anos de idade, quando o seu avô que a criava, a expulsou de casa[61]. Na ocasião, Manoel Justino entregou uma mala para Marinês, levou-a para uma estrada, e pronunciou uma frase que ela jamais esqueceria: "a primeira rural que você ver, você pega. Tá vendo esse mundo todo aí? Ele é todo seu. Não olhe pra traz" (A FAMÍLIA DE ELIZABETH TEIXEIRA, 2014, 29'09").

Sozinha e sem rumo, ironicamente Marinês foi parar na casa de Antonio Vitor[62], onde não podia circular na parte interna por ser filha de João Pedro. Então, morando no quintal da casa ela precisou lavar carros para sobreviver, até que sua irmã Marta mandou buscá-la para o Rio de Janeiro, aos doze anos de idade (A FAMÍLIA...,28'25").

---

[61] Marinês foi expulsa porque tomava banho no açude, com os primos, enquanto as fraldas que tinha ido lavar quaravam no sol. Algumas mulheres passaram e falaram para o seu avô que ela estava "fazendo safadeza".

[62] Antonio Vitor comprou a casa de Manoel Justino, em que João Pedro morava com Elizabeth quando foi assassinado.

Para Marinês, a distância criou uma frieza muito grande entre mãe e filhos (as), por isso ela diz que aceita, mas não entende a postura de Elizabeth em não procurá-la depois do reencontro em 1984, promovido por Eduardo Coutinho (A FAMÍLIA...,20’59”).

Isaac, por sua vez, ao lembrar-se do período que viveu em Cuba, destaca que as lágrimas caem mesmo pela dificuldade de adaptação, com a saudade do pai, da mãe e dos irmãos e diz: “nós tivemos a infelicidade de perder praticamente os dois juntos” (A FAMÍLIA...,33’40”).

O trecho de um poema de Náugia Araújo, que tinha dez anos quando seu pai, Pedro Fazendeiro, desapareceu, representa o mesmo sofrimento de Isaac e dos seus irmãos e irmãs:

> Ai! Quão grande foi essa dor,
> Que tem por nome orfandade!
> Que magoa corações, independente da idade.

A foto 38 mostra o momento em que Maria José (calça preta e blusa branca), pôde se reunir com os irmãos e irmãs na mesma calçada em que foram separados em 1964.

Foto 38 – Reencontro na calçada do avô Manoel Justino em 2014

Fonte: Acervo de Marta Teixeira.

Além da dor, sentimentos de gratidão e de esperança foram mostrados naquela visita. Para Carlos, o período de clandestinidade que passou com a mãe não foi em vão, porque foi reconhecido pelo Estado, por meio da Comissão de Anistia. Já sua filha Kilva Teixeira, resumiu aquele encontro após cinquenta anos, como um momento de vitória da família

Teixeira, que em apenas dois dias de convívio demonstraram que o elo de amor que os une é mais forte do que a tragédia que os separou.

Para Marinês, reencontrar a família se tornou tão ou mais importante do que o dia do nascimento dos seus filhos. Emocionada, ela agradeceu à Comissão Estadual da Verdade por proporcionar aquela alegria, que jamais imaginou que pudesse acontecer.

Ressaltamos que faltaram, nesse reencontro, Marluce, José Eudes e Paulo que morreram em consequência da luta dos pais. Assim, o agradecimento de Marinês é gentil se pensarmos que como responsável pela tragédia que envolveu sua família, o Estado brasileiro não está fazendo mais do que a sua obrigação ao reuni-los novamente com vistas a se redimir dos abusos cometidos na Ditadura Civil-Militar.

A foto 39 registra o reencontro da família Teixeira na parte externa da sua antiga casa junto aos representantes da CEVPM-PB, de professores universitários, agricultores(as), estudantes, CPT e da equipe do Memorial das Ligas Camponesas, que conquistou e tem mantido esse patrimônio histórico.

Foto 39 – Elizabeth Teixeira e família, CEVPM-PB, CPT e outros visitantes

Fonte: Acervo da autora

3.3 MANUTENÇÃO, AUTONOMIA E DESAFIOS DO MLC

Constituído juridicamente como uma ONG, o Memorial das Ligas Camponesas não dispõe de recursos financeiros e é mantido por doações dos filiados, de políticos, de visitantes

e do público em geral, como enunciamos. Não ter como se manter financeiramente é uma das maiores dificuldades que esta organização enfrenta, por isso, estas doações são importantes para a sua manutenção. Na concepção de Luizinho, esta falta de recursos:

> [...] é um dos pontos ideais, porque você não faz determinadas ações sem dinheiro. O Memorial, na verdade, da gente, não tem um recurso. A ONG não tem recursos próprios, ela recebe algumas doações que vêm de fora, da própria Tonny, a Marlene também tem contribuído, outras pessoas têm contribuído, mas recurso específico, o Memorial não tem. Vive, na verdade, de doações e a gente precisa que as pessoas possam ouvir, possam entender e possam estar doando essas questões, recurso. Porque não é todo mundo que doa, só quem conhece a história, quem tem aquele desejo, que acha que, na verdade, pode contribuir, deve contribuir. Aí também tem uma caixinha no Memorial, para quem vai visitar, né? É interessante que está lá, à disposição para as pessoas contribuírem.

O fato de não ter como se sustentar, não foi empecilho para o MLC criar uma barreira contra intervenções político-partidárias. Diante das necessidades, as ajudas são bem vindas, sobretudo para a realização de projetos a partir de convênios, mas, manter a autonomia política e ideológica é uma das prioridades do MLC. Em vista disso, o seu Estatuto foi criado para barrar pressões que o impeça de tomar suas próprias decisões, como adverte Eduardo: "Se você é político e quer ajudar, ajude! Mas a autonomia do Memorial ela prevalece. [...] Agora se tem um político que quer ajudar, veio aqui o governo e fez uma ação, veio um prefeito e fez tudo bem!". Este zelo com a autonomia está presente no artigo 26, § 1º, do Estatuto do MLC que proíbe algumas participações na diretoria:

> Não poderá ser votado ou quando eleito, permanecer no cargo, seja o mesmo de direção, conselho fiscal ou qualquer outro que venha a ser instituído, o associado que exercer cargo ou função pública de livre nomeação e exoneração, bem como receber subsídios ou qualquer numerário a título de favorecimento pessoal ou familiar, de forma ilícita, dos poderes públicos constituídos (ESTATUTO MLC, 2006).

Na pauta para discutir os preparativos do dia 02 de abril deste ano de 2014, foi estipulado o tempo de participação de cada segmento para não privilegiar representantes partidários. Esta cronometragem passou a ser prioridade desde o cinquentenário, em 2012, quando alguns políticos se apoderaram do tempo e a programação saiu do controle do MLC.

Sobre este zelo contra os oportunistas, Alan observa:

> A gente da direção não quer que na hora chegue político A ou B dizendo que é ele que tá promovendo a história, porque, afinal, sempre teve o Memorial aí na luta e a gente precisa de muitas coisas na comunidade e nenhum partido, nem o governo municipal, nem o governo estadual chega dizendo que vai fazer, né? A gente quem tá correndo atrás, mas quando tem um evento, eles querem se aproveitar, e aí a gente tá de olho já prá não deixar eles se aproveitarem [...].

Esta proteção é endossada pela Rádio Comunitária do MLC (que tem sido usada para integrá-lo à Barra de Antas, e não para promover políticos), e por um grupo que atua como força motriz para os encaminhamentos do MLC. São apoiadores presentes como Genaro Ieno (professor aposentado da UFPB), Marlene Burgers (CPT), Alder Júlio (professor aposentado da UFPB), João Fragoso (bancário aposentado), Eduardo Costa (Secretário de Agricultura de Sapé/Presidente Associação Barra de Antas), entre outros.

Conforme o depoimento de Alder Júlio, qualquer entidade que queira zelar pela autonomia não deve fechar as portas para o diálogo, mas, é necessário "saber pisar em ovos", discutindo com várias forças, buscando atingir seus objetivos sem que sua liberdade e autonomia sejam comprometidas. Sobre a postura do MLC nessa questão, assinala:

> Desse ponto de vista, há, na minha avaliação, uma sabedoria destacada dos membros da direção de lidarem com essas forças, tanto em âmbito do Estado da Paraíba, quanto também do âmbito dos municípios. Acho que em determinado projeto um contribui mais outro contribui menos. É difícil dizer que o município de Sapé não contribua, inclusive, tem funcionando como Secretário da Agricultura de Sapé, um membro que é da Comunidade Barra de Antas, que é Eduardo, que também é uma das figuras de referência da própria coordenação do Memorial. Então, evidentemente, aqui e acolá, de maneira tópica, alguma contribuição sai. Agora, a contribuição mais forte, de fato, até aqui tem sido a do Estado, do ponto de vista da desapropriação, do tombamento também.

Embora tenha um papel de destaque na história do MLC pelas ações apresentadas por Alder Júlio, o governo estadual não exerce pressão sobre esta entidade. É o que relata Toninho ao lembrar que, apesar de o governador Ricardo Coutinho atender prontamente ao pedido de desapropriação do MLC, por entender sua importância histórica para a Paraíba e para o Brasil, sempre respeitou a liberdade política dos que o integram. Existe um diálogo aberto entre eles e este governo:

> Não se intromete nas nossas atividades, certo? Então, nos dá total liberdade pra fazer a gestão como a gente quer. Então, nós não nos sentimos atrelados a nenhum partido. Temos amigos do PT, temos amigos do PSB – Luiz

> Couto, Anastácio, o próprio Ricardo e outras pessoas que estão ligadas a partidos – e nós cuidamos muito disso, de ter autonomia para gente fazer uma gestão político-pedagógica da forma como a gente faz. A gente não sente nenhum constrangimento, nenhuma coação por parte do governo.

O relato de Toninho mostra o bom relacionamento que o MLC busca manter na esfera política, além do respeito às escolhas do grupo no tocante a partidos. Esse respeito também acontecia nas Ligas Camponesas, como indica Rocha (2009, p. 68).

> Quando João Pedro Teixeira, João Alfredo Dias, Pedro Inácio de Araújo, Walter Acioly, e outros companheiros discutiam a criação da Associação, nunca disseram que era do Partido Comunista, até pelo contrário, nas reuniões foi decidido que seria proibido falar em política partidária, pregar qualquer ideologia e religião. Os associados e dirigentes podiam ter seus vínculos tanto com a Igreja quanto com os partidos, mas, dentro da Associação, não era admitido.

No tocante aos desafios, além das ações que o MLC vem realizando, a construção de um Anexo para abrigar equipamentos, arquivo e objetos que ocupam a casa sede, deixando-a com maior espaço para visitação, é um dos propósitos desta entidade. Esse Anexo ofereceria oficinas e seria composto por salas de reunião, de informática, secretaria, banheiro, copa e espaço para acomodar estudantes, pesquisadores, agricultores(as) e público em geral.

Conforme o artigo 3º, parágrafo 1º, do seu Estatuto, para alcançar seus objetivos a ONG Memorial das Ligas Camponesas "poderá firmar convênios e parcerias com pessoas jurídicas de direito público e privado, contratar e obter recursos a estabelecimentos federais e estaduais de crédito". Tomando por base este Estatuto, Luizinho destaca a corrida do MLC por editais que contemplem a construção do Anexo:

> Outra coisa é a possibilidade de conseguir alguns projetos para implementação do Anexo, por exemplo, mas isso a gente está em discussão. Quando abre alguns editais, que há possibilidade de se fazer, a gente tá fazendo. Buscamos já alguns, mas não conseguimos. Mas a ideia é exatamente essa, buscar outras figuras que a gente tem conhecimento que abraça a causa pra que a gente possa conseguir recursos para implementar. Principalmente o Anexo, porque é muito dinheiro, né, uma construção maior e precisa buscar viabilidade de um projeto, por exemplo, fundação Banco do Brasil ou outros, né? Alguns editais de projetos que sejam lançados a gente tá tentando ver para ver se consegue recurso pra fazer isso.

Toninho, por sua vez, evidencia que o Anexo servirá para acolher o acervo do MLC que está crescendo e que se constitui numa tarefa desafiadora, pois, a meta do MLC é ampliar o acervo das Ligas Camponesas de todo o estado paraibano:

> Um outro desafio, é aumentar o acervo, não é? Isto aí eu acho que é importante por que o nosso sonho, nosso objetivo é o Memorial das Ligas e das Lutas, entende? O nosso objetivo é transformar realmente o Memorial num acervo de todas as lutas, não é? A gente sabe que na Paraíba nós temos mais de trezentos assentamentos, entende? De 80 prá cá, por exemplo, foram assassinados 25 trabalhadores na luta pela terra. Então, a gente acredita que os assentamentos é resultado da territorialização das Ligas Camponesas, é resultado de tudo isso. Depois vieram os Sindicatos Rurais, Margarida Alves e tal. Então, o que nós temos hoje nesses trezentos assentamentos é fruto de uma luta que já vem das Ligas, que já vem de antes. E aí a gente, como desafio grande, é pouco a pouco ir aumentando o acervo das Ligas, não é? Conseguindo mais documentação, por isso que a gente precisa do Anexo e também começar a resgatar a história da luta da terra na Paraíba. Toda a história de luta dos assentamentos, hoje, não é?

Na reunião ampliada do dia 02 de fevereiro de 2014, observamos o empenho do MLC para ampliar o seu acervo. Numa discussão sobre o evento da Resistência em Mari, a Irmã Marlene afirmou que tinha muitas fotos, enquanto Iranice informou que Antonio Augusto Almeida iria doar fotos e um filme para o MLC.

Outro desafio diz respeito à contratação de funcionários para cuidar da casa, uma vez que, com a desapropriação da Fazenda Antas e futura posse da terra, Alan não poderá exercer as funções que vem desenvolvendo. Eduardo explica como vem trabalhando em busca destes funcionários, principalmente para a área administrativa do MLC, que é deficiente:

> [...] estamos tentando, agora, em parceria com o município... vai ser contratado funcionários pra melhorar a estrutura, a gente precisa de pessoas! Que Alan vai sair, por conta da luta, né, pela conquista da terra ele vai morar no assentamento e o Memorial vai fechar? Não. A gente não pode manter financeiramente, então, vamos pra prefeitura, fazer uma parceria, um convênio, lá, que o município disponibilize três funcionários pra cá! Fique um na limpeza, um pra manutenção e fique um outro pra questão de arquivo pra direção, que está precisando! Então a gente tá vendo isso! Ah, mais é o prefeito que vai indicar, é o prefeito que vai fazer a política? Não. Quem vai indicar é o Memorial, que a gente quer pessoas da região. Pessoas que conheçam. Não é alguém que caiu de paraquedas, apareceu ontem, vem, não! Você tem que ter vivido o processo! Por que não adianta trazer alguém de fora, tem que ser alguém daqui! Se ainda não está com toda a história na memória a gente faça uma capacitação, faça uns momentos de treinamento.

No discurso de Eduardo vemos novamente uma preocupação com a autonomia do MLC. Embora busque e precise de parcerias ele cuida para que as solicitações partam do próprio MLC e não de políticos. Suas palavras apontam também para o respeito, valorização e formação do pessoal de Barra de Antas, na medida em que os indica para assumir os cargos.

Relativo ao treinamento deste pessoal, Eduardo lembra que, na qualidade de Secretário de Agricultura do município de Sapé e apoiador do MLC conseguiu, em parceria com o IFPB, três cursos importantes para os jovens de Barra de Antas e circunvizinhança. Os cursos são de Agricultura Familiar (seguindo a linha de Quintais Produtivos), Piscicultura e de Agente Cultural. Este último foi escolhido exatamente para capacitar futuros funcionários do MLC, como relata Eduardo:

> [...] nós pensamos nos dois Memoriais que a gente tem no município. Nós temos o Augusto dos Anjos, que é lá na Usina Santa Helena e temos o João Pedro Teixeira. Se a gente conseguir montar duas turmas, será duas turmas ministradas nos próprios Memoriais. Uma no João Pedro Teixeira e uma outra lá no Augusto dos Anjos. Por quê? Por que a gente entende que a gente tem jovens aqui, pessoas que podem contribuir. Agora tá precisando a gente dá uma treinada neles, uma orientada melhor para eles vir contribuir. Por que eu vou passar, Alan vai passar, Luizinho, como presidente, vai passar. Socorro, irmã Marlene, um dia a gente vai sair daqui e a gente não quer que se acabe, a gente quer que continue o trabalho. Acho que a sementinha foi plantada, a gente tem que cultivar! Eu me sinto muito feliz em ver que a gente começou o processo e que hoje avançou bem mais. A equipe tá assumindo... Do meu jeito, da minha forma, quando posso, no meu tempo, contribuo. Às vezes vêm delegações, Alan tá sozinho, eu venho prá cá, dou apoio, explico um pouco o que eles querem saber.

O relato de Eduardo remete a um dos principais objetivos do MLC: a perpetuação da memória. Capacitar pessoas para substituir a equipe atual do MLC é transmitir a memória para que ela não se perca no tempo, como explica Delgado (2006, p. 57):

> O conhecimento sobre o passado enriquece o presente com resíduos ampliados sobre tempo que já se foi (o ser de ontem é o ser de hoje). Dessa forma, passado e presente existem simultaneamente. A humanidade, sabedora dessa dinâmica vital de preservação da consciência de si mesmo para as futuras gerações, dedica-se a tarefas de preservação no presente, que um dia será passado e à conservação de registros, informações, monumentos, enfim luzes para seu reconhecimento conquanto ser no tempo.

Ainda concernente aos desafios, buscar meios para se autosustentar, definindo critérios de parceria e de relacionamento com os poderes públicos, para não se partidarizar é o

caminho que vem sendo percorrido pelo MLC, pois a falta de recursos o impede de desenvolver projetos que lhe dariam mais liberdade como relata Toninho:

> [...] Eu acho que é uma das dificuldades que a gente tem. Tentamos duas vezes projetos grandes, mas não conseguimos nada ainda. Teve um projeto grande agora dos Direitos Humanos, que nós tentamos, concorremos, perdemos (a Iranice ajudou muito nesse projeto), mas não conseguimos ser aprovados [...] realmente nós não conseguimos e estamos com dificuldade pra gente ser mais reconhecido a nível nacional e ter outros benefícios que poderiam nos dar mais liberdade. [...] Há uma necessidade, então, de criar projetos pra que a gente possa ser mais autossustentável [riso].

Nessa busca por recursos, Toninho lembra que em 2012, o MLC concorreu ao Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos, que ocorre bienalmente, com o intuito de divulgar o seu trabalho nacionalmente e adquirir fundos para benfeitorias, como a construção do Anexo.

Embora não tenha ganhado o prêmio de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), o fato de poder participar do concurso foi um meio de divulgar o MLC e uma vitória porque ele recebeu menção honrosa. Otimista, Toninho informou, em reunião ampliada, que já enviou um novo projeto para concorrer ao Prêmio neste ano de 2014 e acredita que o MLC tem chances de ganhar, devido às conquistas de 2012 como a desapropriação e o tombamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir a trajetória prevista no projeto da dissertação, alguns elementos merecem destaque nestas considerações finais, mas antes de qualquer reflexão sobre o conteúdo da pesquisa, merecem destaque os que dizem respeito às fontes. Em primeiro lugar, o acervo do Memorial das Ligas Camponesas está em construção e assim apresenta limitações quanto a documentos sobre as Ligas Camponesas, embora o empenho no sentido de ampliá-lo tenha sido uma preocupação constante. Em segundo, mesmo com o uso da crítica e cotejamento entre as informações, os depoimentos se constituíram na mola mestra desta pesquisa. A riqueza das informações e detalhes, bem como a seriedade e o compromisso para manter viva a memória e a história das lutas camponesas no Nordeste e na Paraíba, fizeram com que os depoimentos dos que atuam, direta ou indiretamente, no MLC, se tornassem fundamentais para a elaboração deste trabalho, unindo informações e emoções.

Vale destacar as intrínsecas relações entre lutas camponesas e a implementação dos direitos humanos. Como foi abordado no capítulo 1, enquanto os direitos humanos civis e políticos foram elencados na Declaração do Homem e do Cidadão de 1789, os direitos humanos econômicos, sociais e culturais surgiram, vagarosamente. Iniciaram com a Constituição Francesa de 1791 e de 1848, a Constituição Mexicana de 1917, a Constituição Alemã de 1919 e foram avançando com a Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, de 1918 (adotada na Revolução Russa); a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e o Pacto Internacional de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966; até serem incorporados nas Constituições modernas dos países que se dizem democráticos.

A atual Constituição Federal brasileira se destacou por praticamente reproduzir o preâmbulo da DUDH no que diz respeito à igualdade, à liberdade, à segurança e aos direitos econômicos e sociais. Mas até o nascimento desta Constituição democrática, o país passou por períodos conturbados como a ditadura civil-militar (1964-1985) que ficou marcada por violar os direitos humanos civis e políticos, e perseguir seus adversários.

As mortes, torturas e desaparecimentos forçados ocorridos durante o regime civil-militar caminharam para o fim com a Lei de Anistia de 1979 que anistiou tanto os perseguidos quanto os repressores do regime. Esta Lei impediu que os casos fossem investigados e que a memória do período fosse reconstituída. Portanto, com a pressão da sociedade, especialmente dos familiares dos mortos e desaparecidos do regime, em 1995 o Governo Federal criou a

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos para reconhecer as mortes e desaparecimentos, encontrar os corpos e indenizar os familiares das vítimas.

Após a CEMDP, o Estado prosseguiu criando políticas de reconciliação com o país que resultaram na criação da Comissão de Anistia, em 2001; no Programa Nacional de Direitos Humanos – 3, de 2009, que reconhece o Direito à Memória e à Verdade como um direito humano; e na Comissão Nacional da Verdade, de 2011, para dar continuidade aos trabalhos iniciados pela CEMDP. Entre as atividades da CNV, está o esclarecimento das violações aos direitos humanos, ocorridas entre 1946-1988, para evitar que elas caiam no esquecimento ou voltem a se repetir.

Na Paraíba, a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória vem realizando audiências públicas com as vítimas do regime militar, e neste ano de 2014, lançou o Relatório Parcial de suas atividades no qual apresentou os encaminhamentos sobre o desaparecimento de Pedro Fazendeiro e de Nêgo Fuba. O avanço neste caso foi a localização do Major Cordeiro, que vive no Rio de Janeiro, e foi intimado para depor sobre o desaparecimento desses líderes.

Para quem o Exército entregou Pedro Fazendeiro e Nêgo Fuba? Onde estão seus restos mortais? A resposta para essas questões depende da memória e, principalmente, da vontade do Major Cordeiro em elucidar um mistério que há cinquenta anos atormenta e queima nos corações dos familiares daqueles líderes.

A partir dos depoimentos colhidos pela CEVPM-PB conhecemos o sofrimento que ainda permeia as lembranças das vítimas do regime civil-militar, pois só com os testemunhos é possível conhecer a dor alojada no coração de quem presenciou esse regime e que não pode ser expressa em documentos.

Vivenciamos hoje uma inversão. O Estado brasileiro que perseguiu, torturou e matou durante o regime civil-militar é o mesmo que hoje vai atrás das vítimas em busca de reconciliação, ao lhes propor reparação moral e econômica além de buscar a elucidação dos casos. Este pedido de desculpas é o mínimo que o país pode fazer porque não há como trazer de volta as mães, pais, irmãos(ãs), filhos(as) que morreram ou desapareceram durante a ditadura.

Pedro Fazendeiro e Nêgo Fuba não voltarão. Os anos que Elizabeth Teixeira passou na clandestinidade, sem o direito de criar os filhos, também não voltarão. A dor dos familiares dos mortos e desaparecidos não cessa, como vimos nos seus testemunhos.

Os laços cortados entre Elizabeth e seus filhos e filhas dificilmente serão refeitos porque alguns aceitam, mas não entendem a postura da mãe. Como sofreu Elizabeth Teixeira,

tendo que fugir por amor à família! Sim, porque ela fugiu para garantir a sua sobrevivência e a dos filhos(as) que, como vimos no depoimento de Maria José, escaparam de ser queimados porque a mãe não estava junto deles após o Golpe.

Ao promover a visita de Elizabeth e de sua família ao Memorial das Ligas Camponesas, neste ano de 2014, a CEVPM-PB, com o apoio do MLC, teve o propósito de reaproximar mãe e filhas, separadas por cinquenta anos. Esta reparação é tão ou mais importante do que a econômica, porque só quem acompanhou aquela visita presenciou a angústia que o regime militar fincou na família de Elizabeth, especialmente da sua filha Marta Teixeira, que vive no Rio de Janeiro. Se este reencontro conseguir quebrar o abismo que se instalou entre Elizabeth e suas filhas, o Estado terá reparado o que fez no regime militar.

Conforme expomos, as Ligas Camponesas foram organizadas no Nordeste nas décadas de 1950 e 1960 com o fim enfrentar a inexistência dos direitos sociais no campo e contra a violência dos latifundiários que, com o desenvolvimento industrial, o aumento das usinas e o avanço do capital do campo, os expulsavam de suas terras sem direito à indenização.

Na Paraíba, apesar de tolerante com as Ligas, o governo de Pedro Gondim, de características populistas, manteve-se omisso diante do conflito agrário que começou a ceifar a vida dos camponeses na medida em que as Ligas cresciam, especialmente a de Sapé. Gondim fazia vistas grossas à violência do Grupo da Várzea para o qual a justiça não era aplicada, a exemplo da falta de punição para o latifundiário Aguinaldo Veloso Borges, responsável pelo assassinato de João Pedro Teixeira, em 1962.

A expansão e conquistas sociais das Ligas ocorreram ao lado de uma campanha pela Reforma Agrária que se propagou no Brasil com o amparo do presidente João Goulart que, além de levar os direitos trabalhistas para o campo, anunciou a Reforma Agrária.

Contudo, vale ressaltar que, apesar dessa conjuntura favorável à expansão e ao fortalecimento do movimento, as divergências internas sobre os rumos da Reforma Agrária – que no I Congresso de Belo Horizonte aprovou a “Reforma na Lei ou na Marra” de Francisco Julião – contribuíram para o afastamento das lideranças das Ligas da Paraíba e de Pernambuco, bem como para o enfraquecimento do movimento. Então, quando o Golpe Civil-Militar de 1964 se aproximou, as Ligas já vinham enfraquecendo, apesar das tentativas de reorganização de Julião. Outra causa para o enfraquecimento foi o aumento do número de sindicatos rurais.

O uso do chocalho e os focos de guerrilhas evidenciaram o poder de mobilização das Ligas Camponesas. Mas, a trajetória e a repercussão deste movimento não trouxeram apenas glória, conquistas, grandes concentrações e visitas de ilustres personalidades. Além do ódio e

da violência dos latifundiários, os camponeses sentiram a repressão feroz que se instalou com o Golpe Civil-Militar, apoiado por Pedro Gondim.

Deflagrado o Golpe, houve nítida revanche do Grupo da Várzea para acabar com as Ligas Camponesas, que não teve tempo de reagir contra o novo regime. Assim, demonstrando a aproximação dos latifundiários com as Forças Armadas, as Ligas foram eliminadas e suas principais lideranças perseguidas, a exemplo de Assis Lemos, de Elizabeth Teixeira e dos camponeses que desapareceram.

O Memorial das Ligas Camponesas nasceu em 2006 como uma ressignificação da luta camponesa para exigir do Estado os direitos negados aos camponeses nas décadas de 1950-1960. Ele também nasce clamando por justiça, não só para Pedro Fazendeiro e Nêgo Fuba, mas para os 1.196 camponeses mortos e desaparecidos antes e durante o regime civil-militar, anunciados por Gilney Viana. Também para lembrar o desaparecimento de Almir Muniz e o assassinato de Sandoval Alves, entre outros camponeses que denunciavam a violência e força dos latifundiários ainda existentes no campo brasileiro, bem como a lentidão e parcialidade da Justiça.

Criado por meio de uma junção de forças para dar continuidade à luta de João Pedro Teixeira, o MLC vem priorizando uma formação voltada para a atual realidade dos agricultores(as) que dependem de políticas públicas para permanecerem nos assentamentos ao invés de migrarem para os grandes centros urbanos em busca de emprego. Como disse Luizinho, não adianta apenas criar o assentamento. É preciso apoio, crédito e investimento para que os agricultores(as) possam sobreviver do seu próprio suor e produção sem depender de atravessadores. Possam continuar com as feiras agroecológicas em combate ao agronegócio, que tenta eliminar os pequenos produtores.

Também o MLC não é apenas um patrimônio histórico aberto para visitas. É um espaço com postura de movimento social, que se ergueu para reivindicar direitos humanos civis (de segurança e liberdade), direitos econômicos e sociais (de educação, saúde, moradia, terra, alimentação) e culturais (para manter a identidade camponesa). Um espaço que promove o direito à memória e à verdade quando colabora com a CEVPM-PB para encontrar camponeses que sofreram agressões tanto por parte do Estado quanto dos latifundiários. Finalmente, um espaço de resistência e de luta por democracia, cidadania e liberdade que, apesar de constarem na Constituição Federal do país não são efetivados, especialmente para os grupos marginalizados.

Ao analisarmos a relação do MLC com a Comunidade Barra de Antas confirmamos que ele promove direitos sociais nesta Comunidade, na medida em que prioriza ações voltadas

para a construção de 60 casas (para os moradores que vivem em área de risco, às margens do Rio Gurinhém), além de pontes e melhorias nas estradas. Também por oferecer o curso de informática e instalar a Rádio Comunitária e por proporcionar lazer para os jovens de Barra de Antas e adjacências com a cessão do terreno para o campo de futebol.

Tomando por base os depoimentos dos moradores de Barra de Antas, evidenciamos a satisfação e a esperança que eles sentem após a criação do MLC, porque a Comunidade passou a receber a atenção das autoridades públicas. Esta satisfação – que Toninho nomeou de "autoestima" –, é resultado da preocupação do MLC em colocar Barra de Antas sempre em pauta nas suas reuniões, uma vez que, para a sua direção, não faz sentido o MLC se desenvolver ao lado de uma comunidade que vive praticamente na miséria.

Com relação à preservação da memória, percebemos a dedicação do MLC na divulgação da história de João Pedro Teixeira e das Ligas Camponesas tanto para os moradores de Barra de Antas quanto para os agricultores(as) dos assentamentos circunvizinhos que não conhecem o significado das Ligas ou têm receio de tocar no assunto. Através de convites e da perseverança dos que fazem o MLC aos poucos vêm se aproximando pessoas para conhecer a história desta entidade e até para dizer que foram perseguidas na época das Ligas ou durante o regime militar.

Uma vez erguidas as "memórias subterrâneas" da classe camponesa, o MLC vem se dedicando para que estas não voltem aos escombros. E um dos meios que ele encontra para manter essa memória ativa são as manifestações do dia 02 de abril, que, como vimos, se evidenciaram como o maior evento em memória ao assassinato de João Pedro Teixeira.

Com a participação e o apoio de vários segmentos, inclusive de Elizabeth Teixeira, além de relembrar as atrocidades praticadas pelos latifundiários e pelo regime civil-militar contra os camponeses, as caminhadas, que ocorrem neste evento, denunciam a violência e os conflitos no campo, que continuam fazendo vítimas, a necessidade de políticas públicas para as demandas dos assentamentos e da Reforma Agrária.

Além disso, este evento tem sido importante porque vem conseguindo aproximar moradores de Barra de Antas e dos assentamentos vizinhos, bem como a escola da comunidade e a Igreja que eram distantes.

Nos seus oito anos de existência, as principais conquistas do MLC foram a desapropriação da casa e do terreno, concedidas pelo governador Ricardo Coutinho, e o tombamento pelo IPHAEP. Apesar de poucas, essas conquistas são significativas, pois, a partir delas, o MLC ganhou visibilidade.

Merece destaque o apoio da Igreja Católica, através da CPT, na criação e desenvolvimento do MLC, que em nada lembra o seu desprezo à causa camponesa, descrito por Elizabeth Teixeira ao lembrar que foi hostilizada por esta entidade quando o padre de Sapé não quis rezar a missa de João Pedro. Além de acompanhar os conflitos por terra em todo o país, a CPT mantém uma relação muito próxima com o MLC. Esta parceria foi evidenciada no processo de desapropriação da Fazenda Antas.

Quanto ao modelo organizacional e à manutenção, observamos que, apesar de não ter como se sustentar financeiramente, o MLC é cauteloso em não permitir intromissões político-partidárias nas suas decisões. Existe respeito no processo de escolha política dos membros. Como vimos no depoimento de Toninho, nem mesmo Ricardo Coutinho, que desapropriou a casa do MLC, interfere no funcionamento da entidade, o que demonstra a ética deste governador. Entendemos esta postura do MLC como uma proteção para não cometer os mesmos erros das Ligas, nas quais Assis Lemos e Francisco Julião assumiram cargos políticos que os distanciaram.

Vale lembrar que esforços estão sendo envidados pelo MLC para suprir a carência financeira que o impede de realizar projetos. Assim como em 2012, quando recebeu apenas menção honrosa, neste ano de 2014 está concorrendo ao Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos, com a intenção de utilizar o prêmio de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) para benfeitorias.

Apresentando nossas expectativas para o futuro do MLC, desejamos que, nos próximos anos, ele esteja mais bem estruturado, especialmente na área administrativa, que o Anexo e a EFA (ou Centro de Formação) sejam construídos e que mais documentos e objetos sejam resgatados para aumentar o seu acervo. Além de Eduardo e Alan, imaginamos Barra de Antas mais envolvida com as atividades do MLC, valorizando a importância da memória, não só de João Pedro, mas de todos os que tombaram ao lutar pela posse da terra.

Também, que os entraves e a lentidão judiciária, no processo de desapropriação da Fazenda Antas, não prorroguem o sonho de Alan, Josilene, Maria José e Bastos Bita de inaugurarem o Assentamento Elizabeth Teixeira e finalmente possuírem um pedaço de terra, sem serem surpreendidos por tiros durante as madrugadas.

Com relação à infraestrutura, por estar localizado numa zona rural, constatamos que o número de visitantes no MLC não condiz com a procura que as instituições fazem para Alan, que chega a marcar visitas, que não são concretizadas. Um dos motivos são as estradas de difícil acesso, sobretudo em época de chuvas. Então, considera-se imprescindível o apoio dos governos estadual ou municipal para asfaltar as estradas e valorizar esse patrimônio histórico.

Assim como na época das Ligas, a união coletiva é pregada como essencial para que o MLC possa enfrentar os problemas e lograr o exercício de direitos. Nesse sentido, esperamos que os apoiadores urbanos, tão importantes para o desempenho do MLC, não desanimem, pois não é fácil largar os afazeres e se dirigir para a zona rural, lutar pelos que sofrem com a carência de direitos e de cidadania. Também que a relação destes apoiadores com a direção do MLC não se fragilize diante das dificuldades e das divergências que surgem às vezes. Divergências que atingiram as Ligas e que por não serem bem conduzidas enfraqueceram o movimento. O MLC precisa dessa união e do espírito de luta, porque, através deles, chegou aonde chegou.

Quanto à Reforma Agrária, há muito a ser feito para sua efetivação no país, mas não podemos negar que passos significativos foram dados desde a eliminação das Ligas Camponesas. Resta esperarmos por dias em que os camponeses viverão em paz e em segurança nas suas terras, produzindo para se sustentar, longe da violência.

Esperamos que este estudo possa contribuir para os muitos outros que virão sobre a história do MLC, pois, se a história das Ligas Camponesas conta com uma produção historiográfica significativa, a do Memorial só está começando.

FONTES DOCUMENTAIS

ATA Nº 001 – Da Constituição e fundação da ONG – Memorial das Ligas Camponesas, de 25 de agosto de 2006.

ATA Nº 002 – Das eleições para Diretoria e Conselho Fiscal da ONG – Memorial das Ligas Camponesas, de 06 de janeiro de 2007.

ATA Nº 003 – Das Eleições e Posse da Diretoria e Conselho Fiscal da ONG – Memorial das Ligas Camponesas, de 10 de janeiro de 2010.

ATA Nº 004 – Primeira Assembleia Extraordinária da ONG – Memorial das Ligas Camponesas, de 24 de março de 2010.

ATA da Assembleia Ordinária da ONG – Memorial das Ligas Camponesas, de 02 de fevereiro de 2014.

ATA da Reunião ampliada do Memorial das Ligas Camponesas, de 23 de fevereiro de 2013.

ATA da Reunião ampliada do Memorial das Ligas Camponesas, de 02 de junho de 2013.

AUTO DE IMISSÃO PROVISÓRIA DE POSSE do Memorial das Ligas Camponesas, de 03 de fevereiro de 2012.

BRASIL. Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964. Declaração de interêsse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=114765>. Acesso em: 20 fev. 2014.

_____. Lei nº 4.214 – de 2 de março de 1963 – **DOU** de 22/3/63 – Revogado. Dispõe sobre o "Estatuto do Trabalhador Rural". Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>.Acesso em: 04 mar. 2013.

ESTATUTO ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS. Barra de Antas, de 18 de novembro de 2006.

Fichas de filiados MLC

Livro de registro de visitas MLC

OFICIO nº 004/2011-ONG – MLC **– Solicitação de Audiência**, de 12 de dezembro de 2011.

_____. nº 006/2011 – ONG – MLC – **Solicitação ao governo do Estado de sinalização em rodovia**, de 08 de fevereiro de 2012.

OFÍCIO2 nº 007/2011- ONG – MLC **– Solicitação à SUPLAN**, de 08.02.2012.

PARAIBA. Decreto nº 2.212/2010, de 15 de junho de 2010. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, a área que indica e dá outras providências.

_____. Decreto nº 32.257, de 14 de julho de 2011. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel rural que menciona e adota outras providências.

_____. Decreto nº 32.257, de 14 de julho de 2011. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel rural que menciona e adota outras providências.

JORNAIS

AVALANCHE de camponeses marchou sobre a Fazenda Miriri. **Terra Livre**, fev.1964 – 372. Suplemento Especial. Disponível em: <http://www.armazemmemoria.com.br/LerNoticia.aspx?id=11>. Acesso em: 15 jan. 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – PB. Um longo caminho de luas. **A Voz da Terra**, v. 1, n. 1, out. 1996. Boletim informativo da CPT

FOI conquistada com luta a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Terra Livre,** Jan. 1964, p. 5. Disponível em: <http://www.armazemmemoria.com.br/LerNoticia.aspx?id=11> Acesso em: 15 jan. 2014.

MPF reabre o caso de Pedro fazendeiro. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 22 dez. 2013, página A3-A5.

ONG e Governo municipal discutem desapropriação da casa de João Pedro**. Informativo Memorial das Ligas Camponesas**, Sapé, Maio/Jun. 2010 – Ed. 1- Ano 1.

FONTES AUDIOVISUAIS

A FAMILIA de Elizabeth Teixeira. Direção: Eduardo Coutinho. Documentário (65 min), 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TondnexDVUk>. Acesso em: 07 jul. 2014.

CABRA marcado para morrer. [restaurado]. Direção: Eduardo Coutinho. Documentário, (119 min), 1984. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JE3T_R-eQhM>. Acesso em: 02 jan. 2013.

DEPOIMENTOS ORAIS

Alder Júlio Calado. João Pessoa, em 20 de maio de 2014.
Antonia Maria Van Ham. Entrevista por meio eletrônico, em 21 de maio de 2014.
Antonio Alberto Pereira. João Pessoa, em 11 de julho de 2014.
Cândido Alan Florêncio do Nascimento. Barra de Antas, em 07 de junho de 2014.
Eduardo da Silva Costa. Barra de Antas, em 14 de junho de 2014.
Elizabeth Altina Teixeira. João Pessoa, em 31 de maio de 2014.
Josilene da Silva Oliveira. Barra de Antas, em 07 de junho de 2014.
Juliana Teixeira. Barra de Antas, em 26 de julho de 2014.
Luiz Damázio de Lima. Barra de Antas, em 07 de junho de 2014.
Maciel Ramos da Silva. Barra de Antas, em 14 de junho de 2014.
Maria José dos Ramos Pereira. Barra de Antas, em 07 de junho de 2014.
Marlene Burgers. Barra de Antas, em 26 de julho de 2014.
Hermínio Canova. Barra de Antas, em 26 de julho de 2014.
Sebastião Francisco da Silva. Barra de Antas, em 07 de junho de 2014.

REUNIÕES AMPLIADAS NO MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS

01.09.2012 – 1ª reunião
04.04.2013 – 2ª reunião
01.06.2013 – 3ª reunião
22.03.2014 – 4ª reunião
03.05.2014 – 5ª reunião
26.07.2014 – Visita de Elizabeth e família
06.09.2014 – 6ª reunião

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo. A Lei de Anistia no Brasil: as alterativas para a verdade e a justiça. In: RUIZ, Castor M. M. Bartolomé (Org.). **Justiça e Memória. Direito à justiça, memória e reparação**: a condição humana nos estados de exceção. São Leopoldo; Passo Fundo: Casa Leiria; IFIBE, 2012, p. 197-225.

A CNV**.** Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv>. Acesso em: 30 jul. 2013.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALMEIDA, Antonio Augusto. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por janicleidemorais@hotmail.com, em 23.09.2014.

ALVES, Janicleide Martins de Morais. **Pedro Fazendeiro:** Trajetória, luta e dor de um líder. 2006. 101f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ARAÚJO, Náugia Maria de. **Ao meu nobre pai Pedro Fazendeiro e outros tantos companheiros**. Poema. Disponível em: <http://www.ligascamponesas.org.br/?p=249>. Acesso em: 30 jun. 2014.

ARNS, Paulo Evaristo. In: **Brasil Nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

AUED, Bernadete Wrublevski. **A vitória dos vencidos:** Partido Comunista Brasileiro – PCB e Ligas Camponesas (1955-64). Florianópolis**:** Editora da UFSC, 1986.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BANDEIRA, Maria Lourdes; MIELE Neide; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (orgs.). **Eu marcharei na tua luta!** A vida de Elizabeth Teixeira. João Pessoa: Editora da UFPB, 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BÉCHADE, Maria José. **Casa de João Pedro Teixeira é transformada em Memorial das Ligas Camponesas**. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/13-geral/1043-casa-de-joao-pedro-teixeira-e-transformada-em-memorial-das-ligas-camponesas>. Acesso em: 01 jul. 2013.

BENEVIDES, César. **Camponeses em marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade:** lembrança dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAGA. Medeiros. **Resistência em Mari: c**inquenta anos de luta. Cordel nº 114, 2014.

BRASIL. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à Memória**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

_____. Constituição (1946) **Constituição República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 21 jul.2014.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 dez. 2013.

_____. **II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA).** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasil, 2005. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2013.

_____.**Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SEDH/PR, 2010.

_____. Nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1985.

CAMISASCA, Marina Mesquita. **Camponeses mineiros em cena**: mobilização, disputas e confrontos (1961 – 1964). 2009. 201 f. Dissertação [mestrado].- Faculdade de Filosofia e Ciências Humana, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo Brasil 1962-1985**: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CASO de desaparecimento de trabalhador rural na Paraíba é enviado para OEA. Disponível em: http://dignitatis-assessoria.blogspot.com.br/2009/09/caso-de-desaparecimento-de-trabalhador.html>. Acesso em: 18 nov. 2013.

CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, Ideia,1998.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos.** São Paulo: Saraiva, 2007.

CONFLITOS no campo – Brasil 2013. Coordenação de Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e Flávio Lazzarin. [Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2013. Disponível em: <http://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/344-conflitos-no-campo-brasil-2013?Itemid=23>. Acesso em: 28 jul. 2014.

CONSULTA POPULAR/PB (Grupo de movimentos populares). **João Pedro Teixeira:** vivo na memória e nas lutas dos trabalhadores. João Pessoa: Ideia, 2002.

CORTEIDH. **Caso Escher e outros vs Brasil**. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_200_por.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2013.

_____. **Caso Garibaldi vs. Brasil**. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_200_por.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2013.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O Brasil rumo à sociedade justa. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora da UFPB, 2007, p. 29-49.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral:** Memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DEPUTADO denuncia agressões de policiais contra agente da CPT Paraíba. <Disponível em: http://www.cptnacional.org.br/index.php/noticias/conflitos-no-campo/2123-deputado-denuncia-agressoes-de-policiais-contra-agente-da-cpt-paraiba>. Acesso em: 30 jun. 2014.

ÉBOLI, Evandro. **STF põe fim ao mais longo conflito de terra para reforma agrária**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/stf-poe-fim-ao-mais-longo-conflito-de-terra-para-reforma-agraria-11687965>. Acesso em: 10 fev. 2014.

ELIZABETH Teixeira é homenageada em Brasília durante a marcha das margaridas. Matéria: 04.09.2011. Disponível em: <http://prefeiturasape.blogspot.com.br/2011/09/elizabeth-teixeira-e-homenageada-em.html>. Acesso em: 01 mai. 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: vozes, 2000. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=BIBLIOTLT&pesq=&past>.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.) **O populismo e sua história:** debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Memória e educação em direitos humanos. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora da UFPB, 2007, p. 135-155.

FICO, Carlos. **Além do Golpe:** a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2012.

G1 PB. Incra aponta que Paraíba tem 14,4 mil famílias assentadas em 302 terras. (matéria 13.11.2013) Disponível em: < http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2013/11/incra-aponta-que-paraiba-tem-144-mil-familias-assentadas-em-302-terras.html>. Acesso em 02 mar. 2014.

GOMES, Edielson Gonçalo. **Memorial João Pedro Teixeira**: a história de luta de um camponês. João Pessoa: Imagens e Ideias, 2006.

GRYNSZPAN, Mário. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: FERREIRA, L. J.; DELGADO, L. A. N (org.). **O Brasil Republicano –** O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 317-347.

_____. **A questão agrária no governo Jango.** Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango>. Acesso em: 05 fev. 2014.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2003.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251530>. Acesso em: 15 fev. 2014.

INCRA. Assentados inauguram Centro de Comércio da Agricultura Familiar entre João Pessoa e Campina Grande**.** 03/06/2014. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/assentados-inauguram-centro-de-com%C3%A9rcio-da-agricultura-familiar-entre-jo%C3%A3o-pessoa-e-campina>. Acesso em: 20 jul. 2014.

INCRA participa de discussões sobre criação do museu das Ligas Camponesas na Paraíba. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/incra-participa-de-discussoes-sobre-criacao-do-museu-das-ligas-camponesas-na-paraiba>. Acesso em: 17 mai. 2014.

G1 PB. Incra aponta que Paraíba tem 14,4 mil famílias assentadas em 302 terras. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2013/11/incra-aponta-que-paraiba-tem-144-mil-familias-assentadas-em-302-terras.html>. Acesso em: 05 ago. 2014. (matéria 13.11.2013)

JULIÃO, Francisco**.** ABC do camponês. In: AUED, Bernadete Wrublevski. **A vitória dos vencidos** – Partido Comunista Brasileiro – PCB e Ligas Camponesas (1955-64). Florianópolis**,** Editora da UFSC, 1986, p. 138-146.

_____. Carta de alforria do camponês**.** In: AUED, Bernadete Wrublevski. **A vitória dos vencidos** – Partido Comunista Brasileiro – PCB e Ligas Camponesas (1955-64). Florianópolis**:** Editora da UFSC, 1986, p. 138-146.

LE GOFF. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão [et al]. Campinas, SP: Editora da UNICAMPO, 1992.

LIMA JR, Jayme Benvenuto. **Os Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

LIMA, Tamis Talieh. **A psicologia e o rural:** uma experiência na Comunidade Barra de Antas. [TCC]. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

MAIA, Luciano Mariz. Educação em direitos humanos e tratados internacionais em direitos humanos. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora da UFPB, 2007, p. 85-101.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes: 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História e Memória de lutas políticas. In: MONTENEGRO, Antonio T; Rodeghero Carla S; ARAÚJO Maria Paula (Org.) **Marcas da memória:** história oral da anistia no Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. Disponível em: <http://relaho.org/documentos/adjuntados/article/180/marcasmemoria.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2014

MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) **O Brasil Republicano.** O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-271.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil – 1969. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil**: História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 21-76.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora da UFPB, 1997.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.) **O Brasil Republicano.** O tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MUNIZ, Iranice Gonçalves. **Memorial das Ligas Camponesas:** Um resgate histórico na luta pela reforma agrária e pelos direitos humanos. Disponível em: <http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/VIIencontro/gt11-03.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2013.

MUNIZ, Roberto Silva. **A Fabricação de João Pedro Teixeira**: Como o Herói Camponês. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, 2010.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. Golpe civil-militar na Paraíba e a repressão no imediato pós-golpe. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, S. Paulo. **Anais**... São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312333357_ARQUIVO_Texto anpuh-2011.1.pdf >. Acesso em: 15 jun. 2013.

NUNES, N.S. **João Pedro Teixeira**: um mártir do latifúndio. João Pessoa, Ideia, 2013.

O GLOBO**.** Para dono de fazenda, ocupação por sem-terra foi irregular**.** Disponível em: **<http://oglobo.globo.com/brasil/para-dono-de-fazenda-ocupacao-por-sem-terra-foi-irregular-11687982>. Acesso em: 26 fev. 2014.**

PADRÓS, Enrique Serra. Memória e esquecimento das ditaduras de segurança nacional: os desaparecidos políticos. **História em Revista (UFPel)**. Pelotas, v.10, dez. 2004. Disponível em <http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_10_enrique_padros.pdf - >. Acesso em: 26 fev. 2014.

PARAIBA. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraiba. **Ato Governamental nº 018, de 11 de março 2013**. Disponível em: <http://www.cev.pb.gov.br/RelatorioCEV.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2014.

_____. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. **Audiência Pública**. Sapé, 15 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.cev.pb.gov.br/index.php/inicio/cevpb> Acesso em: 30 jul. 2013.

_____. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. **Criação da Comissão.** Disponível em: <http://www.cev.pb.gov.br/index.php/inicio/cevpb>. Acesso em: 28 jul. 2013.

_____ .. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. **Relatório Parcial.** Disponível em: <http://www.cev.pb.gov.br/RelatorioCEV.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2014.

_____. **Iphaep aprova tombamento da casa de João Pedro Teixeira.** Disponível em: <http://www.paraiba.pb.gov.br/67145/conselho-do-iphaep-aprova-por-aclamacao-tombamento-da-casa-de-joao-pedro-teixeira.html>. (matéria 10.04.2013) Acesso em: 15 abr. 2013.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba:** das Ligas aos Assentamentos Rurais. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2009.

PEREIRA, Joacil de Brito. **A vida e o tempo** (Memórias). Vol. II. João Pessoa: A União, 1997.

PIDESC. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/pacto_dir_economicos.htm>. Acesso em: 10 jan. 2014.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2014.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte e esperança de vida:** uma história das Ligas Camponesas. 2000. 387 f. Dissertação [mestrado]. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2000.

RECOMENDAÇÕES do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC) ao Estado Brasileiro. Disponível em: <http://www.prr4.mpf.gov.br/pesquisaPauloLeivas/arquivos/recomendacoes_CDESC_2003.pdf#page=10&zoom=auto,-100,808>. Acesso em: 08 jan. 2013.

REIS, Rosana Rocha. A América Latina e os direitos humanos. **Contemporânea**, n. 2, p. 101-115 Jul./Dez. 2011.

REIS, Thiago. **Número de famílias assentadas sobe, mas é menor que de anos FHC e Lula**. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/01/numero-de-familias-assentadas-sobe-mas-e-menor-que-de-anos-fhc-e-lula.html>. Acesso em: 04 jul 2014. (matéria: 30.01.2014)

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al]. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

ROCHA, Ayala A. **Elizabeth:** Mulher da terra. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. Disputas territoriais na Paraiba: um olhar sobre a ação das instituições do estado frente à violência no campo**. Revista Geográfica de América Central.** Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. *1-16*. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/viewFile/2403/2299>. Acesso em: 20 jul. 2014.

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira (Org.). **Do Campus ao Campo:** olhares sobre Políticas Públicas dirigidas à pobreza rural no Estado da Paraíba, Brasil. João Pessoa: Editora Universitária/UPFB, 2011.

SALES, Teresa. **Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira**. Disponível em: <http://pensamentopoliticobrasileiro.blogspot.com.br/2009/03/teresa-sales-raizes-da-desigualdade.html>. Acesso em: 25 jul. 2013.

SANTIAGO, Vandeck. Francisco Julião, as Ligas e o Golpe de 64. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil**: História e natureza das Ligas Camponesas-1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 157-186.

SAPEENSE receberá da UEPB medalha do mérito universitário. Disponível em: http://ligascamponesas.blogspot.com.br/2011_08_07_archive.html>. Acesso em 03 jun. 2014.

SEMINÁRIO MEMÓRIA CAMPONESA, 2006. Disponível em: <http://www.ligascamponesas.org.br/wp-content/uploads/2014/06/Seminario-Memoria-Camponesa-1-Mesa.pdf>. Acesso em: 18 mai.. 2014.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. **Nordeste, o Vietnã que não houve:** ligas camponesas e o golpe de 64. Londrina: Editora UEL/Editora da UFPB, 1996.

SOUZA, Francisco de Assis Varela. **A questão Agrária Nacional e Assentamentos Rurais na Paraíba.** João Pessoa: Ideia, 2003.

TARGINO, Ivan; MOREIRA Emília; MENEZES, Marilda. As Ligas Camponesas na Paraíba. Um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **Ruris**, v.. 5, n.1 – março 2011. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/viewFile/962/697>. Acesso em: 15 jan. 2014.

TELES, Janaína de Almeida. Os testemunhos e as lutas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS DE LA MEMORIA, 3. Disponível em: <http://www.derhuman.jus.gov.ar/conti/2010/10/mesa-12/teles_mesa_12.pdf> Acesso em: 15 jun. 2013.

TERENZI, Gabriela; VETTORAZZO, Lucas. **Grupo organiza nova edição de passeata anticomunista de 64.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1426137-grupo-organiza-nova-edicao-de-passeata-anticomunista-de-64.shtml>. Acesso em: 16 mar. 2014.

_____. VASQUES, Daniel. **Marcha da Família com Deus reúne cerca de 700 pessoas em SP; quatro são detidos.** Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1429580-marcha-da-familia-com-deus-reune-cerca-de-500-pessoas-no-centro-de-sp.shtml>. Acesso em: 23 mar. 2014.

TOSI, Giuseppe. Memória, história e esquecimento: a função educativa de memória histórica. In: RUIZ, Castor M. M. Bartolomé (Org.). **Justiça e Memória. Direito à justiça, memória e reparação**: a condição humana nos estados de exceção. São Leopoldo: Casa Leiria; Passo Fundo: IFIBE, 2012, p. 177-195.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História Social dos Direitos Humanos.** São Paulo: Peirópolis, 2011.

UMA visita para Elizabeth Teixeira. Documentário. (13 min). 2011. Disponível em: <http://modooperante.com.br/site/uma-visita-para-elizabeth-teixeira/>. Acesso em: 05 fev. 2014.

VAN HAM, Antonia Maria (Org.). **Memórias do Povo:** João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba – Deixemos o povo falar... João Pessoa: Ideia, 2006.

_____.[mensagem pessoal]. Mensagem recebida por janicleidemorais@hotmail.com em 21.05.2014.

VÁZSQUEZ, D; DELAPLACE, D. Políticas Públicas na perspectiva de direitos humanos**:** um campo em construção. **SUR**, v. 8, n 14, p. 35-65, jun. 2011.

VIANA, Gilney Amorim. **Camponeses mortos e desaparecidos:** excluídos da justiça de transição. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

Viúva de Kennedy no Recife. Disponível em: <http://www.old.pernambuco.com/diario/2003/05/09/urbana11_0.html>. Acesso em: 30 jul. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Carta de anuência

MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro para os devidos fins que a Direção do Memorial das Ligas Camponesas aceita a realização da pesquisa intitulada: **Memorial das Ligas Camponesas: preservação da memória e promoção dos direitos humanos**, que irá ocorrer na sede do Memorial das Ligas Camponesas, localizado no Povoado Barra de Antas, zona rural do município de Sapé, Paraíba. A pesquisadora Janicleide Martins de Morais Alves é aluna do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos/PPGDH, da Universidade Federal da Paraíba/UFPB. A pesquisa está sob a orientação da Profa. Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, ligada ao Departamento de História/UFPB e ao PPGDH/NCDH/UFPB, na linha Direitos Humanos e Democracia: Teoria, História e Política.

João Pessoa, 24 de março 2014

ONG - MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS
Luiz Damazio de Lima
PRESIDENTE

Luiz Damázio de Lima
Presidente

End. Povoado de Barra de Antas, município de Sapé – PB.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
MESTRADO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) Senhor (a) .....

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa sobre o **Memorial das Ligas Camponesas: preservação da memória e promoção dos direitos humanos**, a qual está sendo desenvolvida pela pesquisadora Janicleide Martins de Morais Alves, aluna do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Profa. Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira.

O estudo pretende analisar a importância do Memorial das Ligas Camponesas na preservação da memória e na promoção dos direitos humanos e tem como finalidade contribuir para o resgate da memória das lutas camponesas. Tem ainda como finalidade impedir que as atrocidades cometidas durante a ditadura civil-militar, com apoio dos latifundiários ocorridas nas décadas de 1950 e 1960, na Paraíba e na comunidade Barra de Antas, sejam esquecidas.

Tendo em vista que a situação no campo ainda é precária e que a violência ainda existe, tanto esta comunidade quanto sua população serão beneficiadas com esta pesquisa na medida em que a realidade em que vivem é posta em discussão, chamando atenção do poder público. Nesse sentido, solicitamos a sua colaboração para que a entrevista seja gravada e que possamos usar sua imagem no trabalho. Além do mais gostaríamos de sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área, bem como publicar em revista científica.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo

Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Portanto, atendendo os preceitos éticos legais de pesquisa que envolve seres humanos da Resolução 466/12 de 12 de dezembro de 2012, sua participação nesta pesquisa não apresenta riscos relacionados.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Lembro que este termo deverá ser rubricado na primeira folha e a segunda devidamente assinada pelo(a) entrevistado(a) e pela pesquisadora.

_____ _____

Assinatura do Participante da Pesquisa Assinatura do pesquisador ou Responsável Legal

João Pessoa____/____/_____

Contato com a pesquisadora responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com a pesquisadora Janicleide Martins de Morais Alves.

Endereço profissional: Universidade Federal da Paraíba, Bairro: Castelo Branco, CEP: 58051-900 – João Pessoa, PB, Brasil. Telefone: (83) 3216-7468.

Contatos da pesquisadora: Email: janicleidemorais@hotmail.com. Telefone: (83) 8817-9975 ou (83) 3231-7141.

ANEXOS

ANEXO 01 – Reunião com o prefeito de Sapé para tratar da desapropriação do MLC em 2010

INFORMATIVO MEMORIAL LIGAS CAMPONESAS
Informativo Memorial das Ligas Camponesas

Sapé, Maio/Junho de 2010 - Ed. 1 - Ano I

Evento lembra 48 anos do assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira

Centenas de trabalhadores e trabalhadoras homenageam João Pedro Teixeira em Sapé

A ONG - Memorial da Ligas Camponesas realizou no último dia 02 de abril, uma homenagem à memória do líder camponês João Pedro Teixeira, assassinado no município de Sapé, em 1962. O chefe do gabinete pessoal do presidente da república, Paulo Roberto Martins Maldos participou das homenagens aos 48 anos de morte do líder camponês e visitou as famílias de trabalhadores acampados no povoado de Barra de Antas, povoado do município de Sapé.

O evento contou com uma celebração ecumênica e política, ministrada pelo padre Hermínio Canova, às 15h, logo após, os trabalhadores e trabalhadoras, além de algumas autoridades, acompanharam uma caminhada que saiu do pátio da Escola Municipal Cândida Emília, às margens da Rodovia PB 073, no município de Sobrado, vizinho a Sapé, seguindo até a casa onde morou João Pedro Teixeira e sua família. A caminhada terminou no Memorial João Pedro Teixeira, onde encontra-se um importante acervo de fotos, livros e outros materiais que guardam a história das Ligas Camponesas em Sapé e região. O evento encerrou com a encenação uma peça teatral sobre a vida de João Pedro Teixeira.

O evento foi acompanhado por Elizabeth Teixeira, viúva do camponês, que também visitou o local onde foi assassinato João Pedro.

O Evento contou com a participação do Prefeito de Sapé , João Clemente Neto, do ex-superintendente do Incra/PB, Frei Anastácio, docentes da Universidade Federal da Paraíba, representantes de movimentos sociais e de um grande número de trabalhadores e trabalhadoras de diversas localidade do estado.

Fotos: Jorge Galdino

Elizabeth Teixeira visita monumento construído no local onde João Pedro Teixeira foi assassinado

Elizabeth Teixeira discussa em sua antiga residência em Barra de Antas

Jovens dramatizam a história de João Pedro Teixeira em frente a igreja de Barra de Antas em Sapé

ONG e Governo Municipal discutem desapropriação da casa de João Pedro

Foto: Jorge Galdino

Casa onde João Pedro morou com a família em Barra de Antas

Foto: Ederivaldo de França

Reunião com o prefeito João Clemente para discutir a desapropriação do terreno e da casa de João Pedro

A direção da ONG – Memorial das Ligas Camponesas – está mantendo diálogo com o poder público municipal no sentido de acertar pontos do processo de desapropriação do terreno e do imóvel onde morou o líder camponês João Pedro Teixeira e sua família. A desapropriação resultará em indenização a ser paga pelo município aos atuais proprietários e posteriormente o imóvel será destinado a fins de preservação da história do município.

Segundo o advogado da Ong, Garibaldi Pessoa, a direção do Memorial tem planos de transformar a casa em um museu, que comportará o acervo histórico que está sendo formado na sede provisória do memorial, também localizado em Barra de Antas. "O local será um ambiente de pesquisas, visitação e conservação da história do município, onde o próprio imóvel conta parte de uma das histórias mais importante do nosso país: a história das ligas camponesas. Todo o acervo de fotos, documentos e objetos será disposto no futuro museu das ligas", disse Garibaldi.

O prefeito Sapé, João Clemente Neto (João da Utilar), demonstrou interesse no projeto e já está levantando a documentação do imóvel e brevemente estará providenciando o ato legal de desapropriação. "Vamos inclusive estudar a possibilidade de se criar um roteiro turístico na região, abrangendo a história de Augusto dos Anjos, das Ligas Camponesas e de outros vultos de nossa região como José Lins do Rego em Pilar e pontos históricos como as Pedras de Ingá, já que estamos inseridos em um amplo consórcio de municípios nessa região.

O Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República, Paulo Roberto Martins Maldos, enviado pelo presidente Lula especialmente a Sapé para acompanhar o processo de desapropriação do imóvel, gostou do andamento da organização do evento em que lembrou os 48 anos do assassinato de João Pedro Teixeira e elogiou a Ong pelo trabalho realizado no município. Paulo Maldos também participou das negociações com o prefeito e vai viabilizar os passos seguintes à desapropriação que consistem no tombamento, restauração e transformação do imóvel em museu.

Memorial já conta com importante acervo histórico sobre as Ligas Camponesas

O Memorial João Pedro Teixeira já dispõe de um significativo acervo sobre as Ligas Camponesas. São livros, jornais, fotografias, objetos da época, monografias e vídeos que estão sendo doados por populares, estudantes e entidades. O memorial está localizado no Povoado de Barra de Antas, no Município de Sapé, e está aberto à visitação. Agende uma visita pelo fone: 3283-1020.

ANEXO 02 – OFICIO 004/2011 – Audiência de desapropriação

MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS

Povoado de Barra de Antas – Zona Rural - Sapé-PB – CEP: 58340-000
Contatos: 8836-0340 / 9110-9610 / 3283-1020 (Jorge Galdino)

Ofício nº 004/2011 – ONG – MLC

Sapé, 12 de dezembro de 2011.

Ao Senhor Lúcio Flavio Vasconcelos
Secretário Executivo Chefe da Casa Civil
João Pessoa – PB

Assunto: Solicitação de Audiência.

Senhor Secretário,

1. A Diretoria da Ong – Memorial das Ligas Camponesas – solicita o agendamento de audiência com Sua Excelência o Governador Ricardo Coutinho, para tratar de assuntos referentes ao evento que marca os 50 anos do assassinato de líder camponês João Pedro Teixeira, no povoado de Barra de Antas, em Sapé-PB.

2. Na audiência também serão abordados assuntos referentes à desapropriação do imóvel rural que pertenceu a João Pedro e Elizabeth Teixeira, para a edificação do futuro Memorial das Ligas Camponesas.

3. Certos do atendimento de nossa solicitação, agradecemos antecipadamente a atenção que o Governo do Estado da Paraíba tem destinado a nossa causa.

Respeitosamente,

Luiz Damazio de Lima
LUIZ DAMÁZIO DE LIMA
Presidente

Chefia de gabinete
Nidma Gonçalves
12.12.2011

ANEXO 03 – Decreto nº 32.257/2011 – Desapropriação da casa e terreno

Diário Oficial João Pessoa - Sexta-feir

§ 3° A Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública do Estado da Paraíba terão assento próprio e obrigatório na composição do referido Conselho.

§ 4° O Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública do Estado da Paraíba encaminharão lista tríplice ao Governador do Estado, para a devida nomeação.

§ 5° Os membros titulares terão mandato de 02 (dois) anos com possibilidade de recondução para um único período subsequente.".

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 14 de julho de 2011; 123° da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

DECRETO N° 32.257, DE 14 DE JULHO DE 2011

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel rural que menciona e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições constitucionais que lhe confere o art. 86, inciso IV, da Constituição do Estado, e tendo em vista os Arts. 2°, 4° e 5°, alínea "k" do Decreto-Lei n° 3.365/41,

DECRETA:

Art. 1° Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma faixa de terra rural, com 4,83 hectares, incluindo a casa sede, encravada no imóvel denominado Sítio Antas do Sono, situada no município de Sapé, objeto de matrícula n° 8/1865, fls. 28, do Livro 2-H do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sapé, pertencente ao Sr. Severino Pereira Bastos, limitando, ao norte, com a estrada vicinal do parque de vaquejada; ao sul, com terras do mesmo proprietário; a leste, com a comunidade de Barras de Antas e, a oeste, com o Rio Gurinhém.

Art. 2° O referido imóvel destina-se à instalação do "Museu Histórico das Lutas Camponesas no Nordeste".

Art. 3° É de natureza urgente a desapropriação de que trata este Decreto, para efeito de imediata imissão na posse do imóvel descrito, de conformidade com o disposto no art. 15 do Decreto-Lei n° 3.365/41.

Art. 4° Fica a Procuradoria Geral do Estado, através da Procuradoria do Domínio autorizada a promover, em conjunto ou isoladamente, a desapropriação do imóvel por meios amigáveis ou judiciais.

Art. 5° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 14 de julho de 2011; 123° da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

ANEXO 04 -– Imissão Provisória de Posse

AUTO DE IMISSÃO PROVISÓRIA DE POSSE

Aos **03 (três) dias do mês de fevereiro do ano de 2012 (dois mil e doze)**, nesta cidade e comarca de Sapé, em cumprimento ao mandado de *IMISSÃO PROVISÓRIA DE POSSE* de nº 004, expedido pelo Juízo da 3ª Vara, extraído dos Autos de Desapropriação sob nº035.2012.000.000-1, em que é autor o *ESTADO DA PARAIBA* e requerido *JORGE RODRIGUES DOS SANTOS e SEVERINO PEREIRA BASTOS,* no átrio do Fórum desta comarca **IMITIMOS PROVISORIAMENTE na POSSE de DOIS IMÓVEIS RURAIS FORMADOS POR UMA FAIXA DE TERRA RURAL JÁ SOMADA DE 7,07 há, ENCRAVADOS NO SITIO ANTAS DO SONO, ZONA RURAL DE SAPÉ, DEVIDAMENTE DESCRITOS NOS DECRETOS EXPROPRIATÓRIOS Nº32.257 e 32.889, NA CERTIDÃO DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SAPÉ (EM ANEXO), BEM COMO NO MEMORIAL DESCRITIVO CONSTANTES DOS CITADOS AUTOS, o ESTADO DA PARAÍBA, na pessoa de seu Procurador JOSE MORAIS DE SOUTO FILHO, OAB 2670, Brasileiro, casado, RG 400.713 SSP/PB, CPF 219.890.014-91.**

Efetuada a supracitada IMISSÃO PROVISÓRIA DE POSSE, lavramos o presente auto que, lido e achado de acordo, vai devidamente assinado por nós, Oficiais de Justiça e pelo imitido.

Paulo Roberto de Araújo Silva
Oficial de Justiça Avaliador

Adriana dos Santos Soares
Oficiala de Justiça companheira

JOSE MORAIS DE SOUTO FILHO
Procurador do Estado

Flávia de Sousa Montenegro
Técnica Judiciária

Telmar Santos de Souza
Técnico Judiciário

ANEXO 05 – OFICIO 007/2011 – Solicitação restauração da casa

Presidente

MEMORIAL DAS
LIGAS CAMPONESAS

Povoado de Barra de Antas – Zona Rural - Sapé-PB – CEP: 58340-000
Contatos: 8836-0340 / 9110-9610 / 3283-1020 (Jorge Galdino)

Ofício nº 007/2011 – ONG – MLC

Sapé, 08 de fevereiro de 2012.

Ao Senhor Lúcio Flavio Vasconcelos
Secretário Executivo Chefe da Casa Civil
João Pessoa – PB

Assunto: Solicitação à SUPLAN.

Senhor Secretário,

1. Em decorrência da desapropriação e a Imissão de Posse concedida pelo Juiz da Comarca de Sapé, dos imóveis rurais do Sítio Antas do Sono, no Povoado de Barra de Antas, Zona Rural do Município de Sapé, solicitamos de Vossa Excelência que seja encaminhado requerimento à SUPLAN - Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado, no sentido de prover a devida restauração da casa onde morou o líder camponês João Pedro Teixeira.

2. A medida se faz necessária mediante o estado precário em que se encontra o imóvel, com risco de perder as características históricas, características tão importantes e que motivaram o processo de desapropriação para que no local seja construído o Museu Histórico das Lutas Camponesas no Nordeste.

3. Faz-se necessário ainda que o Estado provenha a devida vigilância para garantir a integridade física do imóvel, evitando assim ações de vândalos que venham a depredar o patrimônio ora adquirido pelo Governo do Estado.

4. Diante das alegações acima elencadas e certos do pronto atendimento de nossas reivindicações, agradecemos a atenção sempre dispensa a nossa instituição.

Respeitosamente,

Luiz Damazio de Lima

Recebido em 08/02/2012
Emmanuel Conserva de Arruda
Chefe de Gabinete do Secretário
Executivo Chefe da Casa Civil

ANEXO 06 – Certidão Comitê de Ética da UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

C E R T I D Ã O

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 5ª Reunião realizada no dia 22/05/2014, o Projeto de pesquisa intitulado: **"MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS: PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS"** da pesquisadora Janicleide Martins de Morais Alves. Protocolo 0141/14. CAAE: 30182514.0.0000.5188.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à apresentação do resumo do estudo proposto à apreciação do Comitê.

Teresa Cristina Cunha
Mat. SIAPE 0331417
CEP-CCS-UFPB

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federa da Paraíba
Campus I – Cidade Universitária - 1º Andar - CEP 58051-900 – João Pessoa – PB
☎ (83) 3216 7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com